

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL DE LIMA FONSECA

**RESSENTIMENTO, IMITAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: PROPOSTAS DE
UMA LEITURA DE ANTONIO NUNES RIBEIRO SANCHES (1747 – 1783)**

UBERLÂNDIA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL DE LIMA FONSECA

**RESSENTIMENTO, IMITAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: PROPOSTAS DE
UMA LEITURA DE ANTONIO NUNES RIBEIRO SANCHES (1747 – 1783)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto História da Universidade Federal de Uberlândia, pela linha de pesquisa Política e Imaginário, como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F676r
2015

Fonseca, Rafael de Lima, 1986-
Ressentimento, imitação e governamentalidade : propostas de uma
leitura de Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1747 - 1783) / Rafael de
Lima Fonseca. - 2015.
134 f.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Portugal - História - Sec. XVIII - Teses. 3.
Sanches, Antonio Nunes Ribeiro, 1699-1783 - Crítica e interpretação –
Teses. I. Abreu, Jean Luiz Neves. II. Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

RAFAEL DE LIMA FONSECA

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu – Orientador

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^a Dr.^a Helena Miranda Mollo

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Prof. Dr. Marco Antônio Cornacioni Sávio

Universidade Federal de Uberlândia – UFU-Pontal

Agradecimentos

Agradeço a Deus.

Agradeço a minha mãe, Olga, a minha única e verdadeira motivação.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu pelo apoio, paciência e intelectualidade. Homem de virtudes asserenadas, que sem elas este trabalho seria sobejamente laborioso.

Agradeço a meus amigos e amigas que tanto me apoiaram nessa jornada. Érick, Jéssica, Letícia, Jorge, Rafael Culica (gil), Gustavo, Fabrícia, Paula, Wantu, Frederico, Flávio, Grego...

Agradeço, por fim, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo amparo financeiro que deu suporte ao desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar nos escritos do exilado médico português Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783) as “forças” que atuam, permeiam e conduzem seus textos. As críticas aferroadas e belicosas a Portugal não são, para nós, apenas respaldadas nos critérios da ilustração, da ciência. Pulula dos seus textos um sentimento de mágoa e angústia para consigo e para com o “cadaveroso reino”. O ressentimento do desterro, assomados à sua curiosidade científica e ao seu caráter reformador são os pilares para compreendermos mais claramente seus apontamentos. Para tal fim e tendo como pano de fundo as reformas pombalinas e as questões levantadas pelo Iluminismo europeu, buscamos apreender como o médico ilustrado lida com o ressentimento (pessoal e advindo do exílio) e com o “atraso” português em nível científico-pedagógico (coletivo e advindo de sua rede de contatos). Por fim, analisamos as correlações entre seus apontamentos e o conceito de Governamentalidade de Michel Foucault.

Palavras-chave: Iluminismo, ressentimento e Governamentalidade

Abstract

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo 1	
1.1 Percurso biográfico.....	26
1.2 Questões de historiografia.....	34
1.3 Formação da Rede de Contatos.....	45
1.4 No contexto das reformas pombalinas.....	51
Capítulo 2	
2.1 Ilustrações e a opinião pública.....	59
2.2 Do caráter reformista do pensamento de Ribeiro Sanches.....	64
2.3 A Imitação.....	86
2.4 Imitar quem.....	89
Capítulo 3	
3.1 A Governamentalidade: Sanches e a gerência dos povos.....	94
Conclusão.....	122
Fontes.....	125
Referências Bibliográficas.....	126

Introdução

Na Ode de Filinto Elísio a António Nunes Ribeiro Sanches, o poeta escreve:

Que importa, oh Sanches, que hajas escrutado
Do Numen de Epidauro altos segrêdos,
Se has-de tocar (um pouco mais tardio)
A méta inevitável?

Em vão, co' a luz do Hippócrates moderno,
No Sanctuario entraste da Natura;
A segadoura fouce não se embóta
Com morredouras hervas.

Em vão, com altos dons, o Céu gracioso
Te enriqueceo o coração, o ingenho;
E fôste util aos Tártaros gelados,
E á muito ingrata Elysia.

Apenas morará teu claro nome
No peito dos amigos saudosos;
Até que venha o Olvido mergulhá-lo
Nas esquecidas ondas:

Onde nadando escuro, e desvalido,
Entre cardumes de vulgares nomes,
Jazerias, se a mão da branda Musa
Te não retira às margens.

Mas não morrerás todo.
A melhor parte De ti, nos vérsos meus, será etérna;
Tens de ser celebrado, enquanto as lêttras

Tiverem amadores” [...]¹

Sem memória não pode haver vida a ser celebrada, eis o que as entrelinhas do poeta dizem. Entretanto, o que sobressalta aos olhos é o teor melancólico, lúgubre, obscuro e tenebroso das estrofes. Parece haver desesperança, desencanto. Uma sensação de impotência diante de algo sinistro e terrível que se apresenta tanto ao poeta quanto ao personagem.

Por outro lado, no poema vemos que há um evidente contraste. Diante desse obnubilado mundo, temos Ribeiro Sanches, que para Filinto Elysio foi glorificado com a luz do Hipócrates Moderno, enriquecido coração e o engenho; enfim, uma “criatura” dotada dos mais “altos dons” em meio às trevas de vulgares nomes.

Com singular exceção², Ribeiro Sanches será sempre lembrado em tons panegíricos³, exaltando suas virtudes de compaixão e seu comprometimento com as ciências. Da Ode, ainda podemos ler informações importantes para nossa introdução. O medo do esquecimento e a necessidade de eternizar figura tão de “enriquecido coração” revelam a obscurantismo em que se encontrava o Reino Português, “onde nadando escuro, e desvalido/ Entre cardumes de vulgares nomes”, estava sujeito ao olvido e ao ostracismo. Na segunda e terceira estrofe, temos outra confirmação do “atraso”, da condição da “íngrata Elysia”, que faz alusão a Portugal. O último verso da primeira estrofe, “A meta inevitável?”, parece querer nos revelar que apesar do que soa ser vão, dos infortúnios e ressentimentos, o progresso virá, apesar que faça esquecer todos aqueles que trabalharam para sua realização.

¹ ELÍSIO, Filinto apud CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier da. *António Nunes Ribeiro Sanches, Médico Higienista* (1699-1783). In: Cadernos de Cultura: Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. XIX. v.1, n.1, p. 19

² Cf. a crítica de António Sérgio ao estrangeirismo de Ribeiro Sanches, ver página 37.

³ Sobre os discursos laudatórios acerca de Ribeiro Sanches ver: Sobre os discursos laudatórios acerca de Ribeiro Sanches ver: RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches* (1699 – 1783). 2013. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013

Dessa forma, concomitante aos saberes científicos em formação, às ponderações sobre o “atraso” do Estado, às críticas aos “estragos” e vícios pululantes, estão dispostas nesta dissertação em correlação com as tensões da condição de exilado, ressentido e revoltoso, de Ribeiro Sanches. Qual é também seu lugar de fala. Está aqui o indivíduo que sente o desterro, a repugnância ao olhar sua pátria supersticiosa, que fala por si, mas sem perder de vista o unísono das vozes advindas de todas as partes. O homem ilustrado ressentido. Em sua trajetória no estrangeiro, o nomadismo do primeiro decênio longe de Portugal oferece a ele a oportunidade de conhecer e criar uma vasta rede de contatos que vão desde o Brasil até a China. É a partir dessas paixões não-ditas (pois jamais versou sobre elas em relação à sua pátria) que todo seu aspecto belicoso nas palavras, de sua crítica aferroada ao atraso português se funda. Estão arvorados num ressentimento peculiar advindos dos anos de juventude ainda em Portugal, em que por mais de vinte anos tivera sua família perseguida pela sua condição religiosa.

Eram judeus obrigados por lei a virarem cristãos-novos. Temos aqui um homem que não perde de vista seu passado, um doutor da memória, mas que se confunde com um outro homem que não deixa de buscar o futuro, numa utopia ao sonhar ver sua pátria desestagnada, livre dos males e vícios, juramentada pela Espada e a Cruz, mas socialmente avançada e esclarecida, o cientista.

Neste trabalho partimos da hipótese de que a obra de António Nunes Ribeiro Sanches, embora esteja atrelada aos *estrangeirados* e ser defensora da renovação do conhecimento científico em Portugal, revela, à primeira vista, uma dimensão híbrida por apresentar um caráter reformista objetivamente respaldado nas premissas básicas da ilustração, a saber, a razão como instrumento e efeito das ações dos homens. Entretanto, não nos é claro que em Ribeiro Sanches o viés revolucionário tão comum aos franceses, por exemplo, seja um elemento basilar em seus apontamentos. Desse modo, os escritos sobre política e educação

oferecem a oportunidade de situar a especificidade de suas ideias frente ao contexto histórico-cultural vivenciado em Portugal e outros países da Europa em meados do século XVIII.

Ribeiro Sanches é comumente colocado na órbita dos “estrangeirados”. Por esses, entendem-se os letrados, a maioria de origem judaica, que saíram de Portugal expulsos ou por vontade própria, em busca de um conhecimento científico mais apurado. Deram início a um movimento de crítica às questões portuguesas no tocante ao arcaísmo que a península se encontrava em face aos demais países da Europa (França, Inglaterra e Rússia).⁴

Inicialmente, o projeto tem como objetivo compreender de que forma a crítica prática Iluminista⁵ se manifesta nos escritos de Sanches e de que forma o pensamento desse autor pode ser caracterizado pelo *hibridismo*⁶ de ideias em relação ao Estado, à educação e à religião.

Para tanto, propomos como um eixo de análise para leitura dos textos de Sanches a ideia de *hibridismo*. Tal noção corresponde a duas forças contrárias que se confrontam nos escritos de Sanches. De um lado, a manutenção de um Estado monárquico, de um Rei déspota, regular e absoluto; doutro, da necessidade de reformas que Portugal deveria sofrer para equiparar-se ao quadro geral das ciências e saberes no restante da Europa. Reformas na educação, na medicina, na cultura religiosa dos súditos, na política de Estado. Ainda que tais reformas *a priori* ilustradas são feitas e pensadas por Sanches dentro de um quadro extremamente absolutista, com o estado diminuindo ainda mais a margem de pensamento livre do súdito. O hibridismo é então uma possibilidade mais nítida de compreender os

⁴ Sobre a questão dos “estrangeirados” e sua influência na cultura portuguesa debruçaram-se vários autores, dentre os quais pode-se citar: FALCON, José Francisco Calazans. *A época pombalina* (Política econômica e Reformismo Ilustrado), p. 319-322; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do Reformismo Ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*, p. 13-22.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999; HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011

⁶ Alguns termos criados por nós como *hibridismo*, *utilidade pública* e *autonomia* virão em itálico.

chamados “paradoxos do iluminismo”⁷, elucidados por Kenneth Maxwell. Para Maxwell, em sua biografia do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo),

A história da administração de Pombal é, por consequência, um antídoto importante para a visão excessivamente linear e progressiva do papel do Iluminismo no século XVIII na Europa e da relação entre o Iluminismo e o exercício do poder do Estado. [...] Como [se] tentou demonstrar, algumas das peculiaridades de Pombal bem valem ser consideradas num contexto comparativo. E a história dos paradoxos do governo de Pombal tem o mérito de ajudar a esclarecer alguns dos *paradoxos mais intrigantes que se encontram por trás da coexistência das tradições reformistas e autoritárias* tanto na parte sul quanto na parte norte da Europa⁸

O mesmo “paradoxo” também é percebido em Ribeiro Sanches. Mas, como veremos, ele não elimina uma leitura peculiarmente singela de seus textos, pois o paradoxo é basicamente uma contradição de ideias. Para nós, ao contrário, a contradição de ideias, sua positividade, evidencia uma tensão mais profunda no pensamento de Ribeiro Sanches. Ainda em relação ao Marquês de Pombal, Maxwell, citando António Ribeiro dos Santos, define que o conde de Oeiras “quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la; quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo”⁹. Essas e outras contradições são basilares para explicar as dimensões dos usos da Razão e do poder autoritário das ideias no iluminismo¹⁰, além de nos dizer que a contradição é inerente às ideias reformistas e às ações advindas delas. A leitura paradoxal feita por Maxwell de Pombal ganha, assim, uma dimensão negativa e caleidoscópica dos movimentos das ideias no século XVIII.

⁷MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 186. Grifo nosso.

⁸MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p. 172 e 173.

⁹António Ribeiro dos Santos, apud MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p. 2.

¹⁰ISRAEL, J. *Iluminismo Radical: A filosofia e a construção da modernidade [1650-1750]*. São Paulo: Madras, 2009.

A coexistência entre os apontamentos reformistas e um valor na tradição (no caso do Marquês de Pombal, das ações autoritárias) nos levou a optar pela ideia de *hibridismo* em detrimento de paradoxo, que melhor exemplificará as perspectivas de Ribeiro Sanches, evidentes nos seus apontamentos quando comparado ao que vinha acontecendo na França, por exemplo, quando leem-se os escritos de Voltaire ou mesmo Rousseau – sendo esses dois pensadores bastante criticados por Ribeiro Sanches¹¹. É válido ressaltar que a perspectiva de “paradoxo do iluminismo” só é possível se tivermos em mente uma ideia primeira e mais objetiva do que seria a Ilustração, se pensado enquanto tipo ideal: devastador revolucionário do mundo antigo, propagador das luzes. Somente assim é possível compreender que as luzes são uma ideia límpida e seus borrões (causados por sua luminosidade fulgurante) tornam-na paradoxal. Escapar à ideia rígida do iluminismo é cair nos seus paradoxos.

Assim sendo, não existe de fato uma ideia de paradoxo, o que temos são leituras do momento histórico alcunhado de Iluminismo – o século XVIII e seus usos e abusos da Razão – com um pano de fundo do ideal de iluminismo sobre elas. A ideia totalizadora vista de forma retroativa. Para nós são apenas olhares distintos sobre um mesmo evento.

Ademais, a ideia de crítica prática permite uma possibilidade de observar, por meio dos escritos de Sanches, como o seu “iluminismo” destoava da universalidade de ideias dadas pela historiografia em relação ao período, como se fosse um século de preparação para a revolução, de libertação de práticas assumidamente tradicionais.¹² Assim, o hibridismo, em detrimento de paradoxo do Iluminismo é um conceito atrelado à relação de duas condições reais dos ilustrados: às suas relações com o passado e com o presente, e suas perspectivas de

¹¹ Cf. Fernando Machado, Ribeiro Sanches fez anotações contrárias em diversos parágrafos do Emílio de Rousseau. Ver seção Apêndice em: MACHADO, Fernando Augusto. *Educação e cidadania na ilustração portuguesa*: Ribeiro Sanches, Porto, Campo das Letras, 2001

¹²KOSSELECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 111

futuro. Sem excluir a contradição de ideias ou atitudes ao acolhê-las dentro de um mesmo quadro de pensamento.

Analisando atentamente os escritos de Sanches fica claro que ele não partilhava de algumas ideias que, por exemplo, estão em Voltaire,¹³ sua “Ilustração” destoava-se. Em uma carta a um nobre russo, Sanches defende, por exemplo, a necessidade da religião para a instrução do jovem fidalgo:

Quando comecei esta carta, não pensei falar de Religião; mas tendo reflectido na grande voga dos livros do Senhor Voltaire, do Senhor Rousseau de Genebra e de um milhar de brochuras que procuram destruir a Religião e fazer perder o seu respeito, pensei que seria útil a um Jovem Fidalgo Russo ser instruído sobre a Necessidade e absoluta carência que cada Reino, cada República, têm da santa Religião, que consiste na crença de um Deus, Autor de todo o bem, e de todas as verdades reveladas para o bem dos homens em sociedade.

Mostrar-lhe-ei que um Estado nunca poderá subsistir sem Religião; e que se quiser erradicar esta do coração dos súbditos, esse Estado desfar-se-á em pó e ficará reduzido a nada.¹⁴

Durante os séculos XVI e XVII, vigoravam ainda na Europa traços marcadamente medievais no que tange o trato entre a Igreja e a Sociedade, “a civilização ocidental baseava-

¹³ Para Ribeiro Sanches não poderia haver um estado que não cultuasse a Deus, “Mostrar-lhe-ei que um Estado nunca poderá subsistir sem Religião; e que se quiser erradicar esta do coração dos súbditos, esse Estado desfar-se-á em pó e ficará reduzido a nada” (ver nota 12); Para Voltaire, todavia, as luzes não podem subsistir com a Igreja. O filósofo francês tinha como principal alvo de críticas a Bíblia e suas absurdidades: “Os judeus não podem ter imaginado o dilúvio universal, a não ser depois de terem ouvido falar de alguns dilúvios particulares. Como não tinham o menor conhecimento do globo, tomaram a parte pelo todo, e a inundação de uma pequena região pela inundação da terra inteira”, e criticava que a “discórdia foi o berço da religião cristã e será provavelmente seu túmulo. Desde que os cristãos existem, eles insultam os judeus, seus pais; insultam os romanos, sob cujo império vivem; insultam a si mesmos reciprocamente. Mal predicaram Cristo, acusam-se uns aos outros de anticristos.” VOLTARE. *Deus e os homens*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 97 e 160

¹⁴ SANCHES, António Ribeiro. *Plano para a Educação da Fidalguia*. Universidade da Beira Interior: Covilhã – Portugal 2003, p. 11.

se em um núcleo compartilhado de fé, tradição e autoridade.”¹⁵ A Igreja organizava sobejamente a vida social e política,

tratava-se de uma civilização na qual quase ninguém desafiava a essência da cristandade ou as premissas básicas daquilo que era considerado um sistema ordenado por meio da força divina de aristocracia, monarquia, propriedade da terra e autoridade eclesiástica.¹⁶

É sobre esse acervo político e social, em que a religião revelada era a autoridade sobre os corpos e as mentes, que os pensadores radicais dos séculos posteriores irão revolucionar. O germe da Ilustração está no absolutismo.¹⁷ Em termos históricos, a relação entre o Estado e a Igreja entrava em crise. A longa relação entre eles em seu desafio de “confessionalizar” os povos sempre obtiveram enorme sucessos:

Fossem católicos, luteranos, calvinistas ou anglicanos, os europeus ocidentais tinham sido agrupados em blocos doutrinários coesos deveras resistentes às teologias rivais. No entanto, quando a primeira leva de dissidência deixou de ser teológica e passou a ser filosófica, houve uma perda inexorável de coordenação na colaboração entre Estado e a Igreja nas esferas cultural, educacional e intelectual.¹⁸

Jonathan Israel identifica duas frentes principais de combate ao trabalho “confessionalizador” feito em conjunto pelo Estado e Igreja, a saber: os ilustrados moderados e os ilustrados radicais. Os primeiros respaldavam-se nas ideias do extermínio “ignorância e da superstição [que] iriam trazer imensos benefícios à humanidade, ao mesmo tempo que alertavam – quase sempre de maneira tão estridente quanto seus oponentes conservadores –

¹⁵ ISRAEL, J. *op cit.*, p. 31

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ ISRAEL, J. *op cit.*, p. 32

¹⁸ ISRAEL, J. *op cit.*, p. 35

sobre os terríveis perigos inerentes à proliferação da convulsão intelectual.”¹⁹ Israel descreve-os como “ilustrados com honestidade”, pois se viam confrontados entre duas frentes: combatiam os vícios morais e intelectuais de um lado e, de outro, lutavam contra o ateísmo latente dos Ilustrados Radicais.

Na outra vertente, os ilustrados radicais, ateus ou deístas, rejeitavam o passado, não havia qualquer compromisso com os antigos. Compreendiam que a luta deveria ser para “destruir na íntegra as estruturas existentes”, excluindo do entendimento do mundo a liturgia e a cosmologia cristã, recusavam a

intervenção de um Deus providencial na vida humana, negando as possibilidades de milagres, da recompensa e da punição na existência após a morte, troçando das autoridades eclesiásticas e recusando aceitar que há uma hierarquia social ordenada por Deus, ou concentração de privilégio, ou posse da terra pelos nobres, ou da sanção religiosa para a monarquia.²⁰

Podemos encontrar elementos desse radicalismo ilustrado nos textos irônicos e sarcásticos de Voltaire, como *Cândido ou otimismo*, em que o personagem homônimo, ao passar por uma série de desventuras, reviravoltas, punições, humilhações e perdas persiste em acreditar na Filosofia dos mundos possíveis de Leibniz. Talvez seja o primeiro ataque literário a uma filosofia ou visão de mundo. Em *Cândido*, Voltaire levou ao extremo a condição humana decaída e perdida, a essência negativa do homem, indo contra toda a filosofia aristotélica e leibnizeana. Está no texto toda a impossibilidade de felicidade, de que esse seja o melhor dos mundos, em que a ação que temos nesse mundo está conjugada com a vontade e a necessidade de mundo.²¹

¹⁹ ISRAEL, J. *op cit.*, p. 36

²⁰ ISRAEL, J. *op cit.*, p. 39

²¹ VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo*. Trad. Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM, 1998

O Iluminismo lembrado pela historiografia como uma época em que um novo modo de pensar, de agir e de sentir surgiu.²² Há, nesse século, uma profunda transformação mental e social, levada a cabo por livres pensadores cheios de uma vontade de mudança sobre todas as coisas estabelecidas.²³ Há uma progressiva e aprofundada argumentação em favor do “poder temporal sobre o espiritual, tal como este se afirmava anteriormente enquanto critério derradeiro de organização da vida terrena do homem”.²⁴ Neste período, o século XVIII, a *secularização* é um fenômeno próprio do Iluminismo, expressão de uma nova forma de liberdade e autonomia, de estar no mundo do homem moderno.²⁵ O filósofo alemão Immanuel Kant, em resposta à pergunta *O que é esclarecimento?*, feita em nota de rodapé num artigo de um periódico protestante, elucida de maneira bastante clara o que é o século das luzes:

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade auto-imposta. Menoridade é a incapacidade de usar seu próprio entendimento sem qualquer guia. Esta menoridade é auto-imposta se sua causa assenta-se não na falta de entendimento, mas na indecisão e falta de coragem de usar seu próprio pensamento sem qualquer guia. Sapere aude! (Ouse conhecer!)²⁶

É a necessidade de voltar-se para si, guiar-se pela razão, “pensar por si mesmo” e alcançar por sua própria vontade a *razão humana universal*. Abandonar a “covardia” e a “preguiça” do pensar. Dito assim, essa vontade da razão não foi ouvida ou dita em uníssono, são vários os iluminismos que encontramos: é, antes de mais nada, um momento de um

²²Paul Hazard, *La crisis de la Consciencia Europea*. (trad.), Madrid: Ediciones Pegasos, s.d. / Robert Darnton, “Os Filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*”, in: *O Grande Massacre dos Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*, (trad.), Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 251. Ver ainda Peter Gay, o qual sublinha o “positivismo militante e revolucionário” das Luzes, “em princípio e na prática”, crítico. (Peter Gay. *The Enlightenment: an interpretation. The Science of Freedom*. NY/London: W.W. Norton & Company, 1969, vol 2, pp.322-323).

²³SILVA, Ana Rosa Coclet da. *A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777*.

Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II – 2003, p. 1.

²⁴DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, s/d, p. 90.

²⁵SILVA, Ana Rosa Coclet da. *op. cit.*, p. 3.

²⁶KANT, Immanuel. *O que é esclarecimento?*. [online] Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm> Acesso em 15 de maio de 2011.

cosmopolitismo na sua forma mais pura. Há as conciliações entre fé e ciência, mas há também sua veemente proibição; as tradições filosóficas compartilham o espaço com as inovações racionais, a filosofia experimental, teocentrismo e o antropocentrismo.²⁷ É um momento de efervescência em que o radicalismo habita o mesmo espaço da moderação.²⁸

Os apontamentos de Ribeiro Sanches elucidam como a difusão das novas ideias implicam em uma necessidade de organizar sistematicamente os novos valores e conhecimentos, fazendo ser urgente, em Portugal, a reforma do ensino.²⁹ É nesse sentido que a Ilustração é o momento oportuno de surgimento de “sistemas pedagógicos”, bem como a fundação de diversas instituições científicas, como Escolas e Academias, consolidando, simultaneamente, o ‘pragmatismo científico’ e o ‘estatismo’ de sua produção”³⁰.

Assim, a educação ganha uma conotação potencializada de transformação política no quadro geral do século XVIII, é o instrumento e efeito de intervenção na realidade; instrumento por ser o modo, o caminho transformador, secularizado; efeito, porque garante a mudança da realidade vigente que é a sua própria causa. Dessa forma, seja nos países com uma Ilustração mais radical, como a França, ou mesmo naqueles em que a moderação era nítida, como a Inglaterra, as reformas das doutrinas pedagógicas foram elaboradas. Seja nos países de forte tradição católica ou protestante, a educação renovada “apresentou-se se como um baluarte primordial no processo de secularização da sociedade”.³¹

A moderação ou radicalismo do iluminismo, propostos por J. Israel, parecem dar conta do universo dos apontamentos de Ribeiro Sanches, pois o médico beirão está no ponto em que as duas perspectivas (moderadas e radicais) adentram: a prática da observação pela

²⁷SILVA, Ana Rosa Coclet da. *op. cit.*, p. 4.

²⁸ISRAEL, J. *op. cit.* p. 36

²⁹SILVA, Ana Rosa Coclet da. *op. cit.*, p. 4.

³⁰SILVA, Ana Rosa Coclet da. *op. cit.*, p. 5.

³¹SILVA, Ana Rosa Coclet da. *op. cit.*, p. 5.

experiência; ou seja, o dia-a-dia das relações sociais é, em Sanches, um fator tão importante quanto a generalização filosófica. É nessa condição dupla que Sanches opera o *hibridismo*.

O hibridismo, como mencionado, foi também pensado em uma espécie de conciliação entre o antigo e moderno. Ainda que Sanches não tenha escrito necessariamente sobre esse ponto, nunca deixou de aludir em seus escritos à necessidade de que os alunos das escolas de medicina e demais ciências soubessem ler em latim, não somente para as rezas e missas, mas para aprofundarem o conhecimento da ciência dos antigos, criando consciência histórica e também um certo cosmopolitismo entre a tradição e a modernidade que se afigurava.³²

Juntamente com o inglês e o francês, as línguas mortas deveriam ter uma utilidade ao bem público. Em termos práticos, Sanches parte de dois grandes princípios adotados por ele: *autonomia e utilidade pública*³³. Tudo o que for criado, trabalhado, fabricado deve possuir uma utilidade ao Estado e, conseqüentemente, ao bem público. É nesse ponto que os apontamentos de Sanches ganham os contornos mais nítidos de hibridismo, pois ilustrar o súdito não é a finalidade, é o meio caminho para a finalidade que são a ordem, o bem e a utilidade pública.

A relação entre o antigo e o moderno em Sanches se dá num sentido de convergência entre os termos: não renegar o passado, mas tirar dele o exemplo que lhe serve ao presente, que lhe seja útil. O passado é um arcabouço tipológico mas sempre voltado para o presente. O espaço do passado em Sanches serve para mostrar como se chegou ao atual estado de coisas (o seu presente). Em vários de seus apontamentos é visível o uso da narrativa histórica para o julgamento de questões do presente. O passado, o antigo, torna-se subserviente à necessidade do presente, o moderno.

³²SANCHES, António Ribeiro. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 Dezembro. 2011.

Para corroborar com essa leitura é válido irmos ao dicionário de Raphael Bluteau. Os termos *antigo* e *moderno* em seu dicionário correspondem exatamente a esse ponto: antigo, remete àquilo que se deu, ao antigo, ao que é de outrora, refere-se aos homens antigos, os primeiros habitantes. Assim, é possível ler que não há uma quebra de relação com esse *antigo*, uma quebra no sentido, o antigo é elástico, está na possibilidade de recuperá-lo a ser aquilo que se perdeu, e é no fato de poder narrá-lo, redizê-lo e reescrevê-lo que ele subsiste ao presente. O moderno, em Sanches, atrai o passado, isto é, não se determina mais por ele.³⁴

O verbete *moderno* é consideravelmente menor, possui apenas um parágrafo. Isso se dá porque a elasticidade do conceito é quase inexistente, remete à coisa dessa era, dos últimos tempos, dessa parte. O moderno só existe em sua relação com o antigo, ele diz respeito à distância que mantém com o passado.³⁵ Por si só, o presente (o moderno) inexistente. Em Sanches, em contrapartida, há uma profunda ênfase no moderno, naquilo que o circula. Se dissemos que o passado está para Sanches como um modo tipológico de rever o presente, o moderno (esse presente) em si é deveras mais importante para mudar o próprio presente. Esse é um ponto pouco discutido em sua bibliografia, mas de grande valia para compreender a relação de Sanches com seus contemporâneos: em todos seus apontamentos o arcabouço de formas e conteúdos a serem imitados encontram-se nas coisas que estão sendo vividas à sua volta. É na imitação política e social de Veneza, de França, de São Petersburgo, no presente que Sanches encontrará a saída para estagnação portuguesa. O antigo, para Sanches, tem um valor profundo de emolduração, mas um passado escolhido, no seu caso, a poesia de Camões, que ele mesmo editou e reimprimiu com o intuito de fazer fundar uma nacionalidade na mocidade que escapava a Portugal:

³⁴ Para saber mais sobre essa relação entre presente e passado no mundo moderno, principalmente, no que diz respeito ao século XVIII, ver: KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

³⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. A consulta ao dicionário de Bluteau foi feita através da internet pelo endereço <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>

Que considerem agora aquelles que tem pela maior fidelidade de um estado a boa educação da mocidade, que effeitos não produziria nella, se nas escolas onde se aprende a ler e escrever ou nas do latim, se explicassem aquelles logares em que o Poeta exprime, com imagens tão vivas e amaveis, a fidelidade e a obediência devida aos Paes e ao seu Soberano; a esperança e um animo invicto aos perigos; a circumstancia das grandezas humanas e o pouco que são o illustre do nascimento, honras e riquezas, ao serem declaradas com a virtude, valor, sciencia, industria e amor do bem publico! Este e outros muitos preceitos da vida civil, que se lêem neste Poema, formariam em tenra idade um character nacional tão louvavel e de tanta importancia no resto da vida, que Portugal veria ainda renascer homens tão excellentes, como o Poeta cantou em todas as suas obras.

Se tivesse tanta fortuna que fizesse presente a Portugal do mais excellente Auctor classico para a instrucção da sua mocidade; se eu visse ainda que havia mestres tão amantes da sua patria e da virtude, que adoptassem este Poeta para instruir e plantar no coração dos seus discipulos os fundamentos de toda a felicidade humana, ficaria bem recompensado do trabalho que tomei em imprimil-o e da despesa que fiz imitando as edições do melhor Elzevir para merecer esta obra (ainda por este titulo) o nome de primeiro Autor classico portuguez. Então ficarei satisfeito por que contribui para augmentar a gloria da nação portugueza: e que dei motivo de lembrar-se das acções heroicas que tem obrado, para perpetual-as por esta instrucção á mais dilatada posteridade³⁶

Dito assim, para adentrarmos aos escritos impressos de Ribeiro Sanches, devemos antes focalizar o ponto de partida em que se concentram todos os seus textos e o ponto de chegada. Para além das reformas educativas, a motivação inicial de Sanches advém de sua compreensão "do entendimento humano"³⁷. Ela tem a premissa de compreender como o

³⁶ LEMOS, Maximiano. *Introdução*. IN: SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a educação da Mocidade*. 2011, p. 8

³⁷ Cf. Locke e Hume, o entendimento humano é o processo, da mente ou do espírito, de raciocinar e estabelecer relações entre as ideias e as experiências que as originaram. Para estes filósofos, é a capacidade humana que nos permite conhecer o ser e as coisas. Sendo assim, o entendimento humano, é propriamente o uso da razão.

homem é capaz de apreender algo no mundo das coisas, por quais meios ele o compreende, e por quais processos isso se dá. Primeiramente exposta em 1753, em um texto sobre as Paixões da Alma, Sanches nos dá a brecha do entendimento em torno do que seus escritos giram. Não são somente sobre reformas e ressentimentos. Há igualmente uma percepção do entendimento humano que antecede e coordena todos os seus apontamentos posteriores.

Dessa forma, é elementar discutir sua concepção do "entendimento humano" nas suas partes mais específicas, pois sua compreensão dará nova possibilidade de leitura de seus textos sobre educação – que iam no sentido contrário ao de Rousseau³⁸, priorizando o ensino de da nobreza. Bem descrita, poderemos então compreender, por exemplo, o porquê de Sanches não postular o ensino universal, mas somente do ensino da corte. Muitos leitores de Sanches vêem essa falta de universalidade da educação como o ponto fraco de seus apontamentos. Mas nós tentaremos mostrar que ela possui um porquê que advém da visão de Sanches acerca do entendimento humano, isto é, do processo de compreensão das coisas (das ideias, da natureza).

No lado oposto, a finalidade de toda sua obra está voltada ao bem público, ou melhor, à utilidade pública. Todos os escritos de Sanches, sem exceção, tocam nesse ponto elementar: a utilidade pública das ações dos súditos e dos nobres. Portanto, teremos de um lado o entendimento humano e do outro lado a utilidade pública de todas as ações dos súditos perante o Estado. Ao fim, veremos que elas se complementam para além de processo de mudança do ensino, do seu método. Em Sanches, é possível antever a partir dessa convergência alguns primeiros indícios daquilo que Foucault denominou de “governamentalidade”.³⁹ Por este conceito, o autor entende que seria a ruptura ocorrida entre

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anuar Alex. São Paulo: Nova Cultural, 1991; HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Editora Escala, 2003.

³⁸ Ver nota 9

³⁹FOUCAULT, Michel. *A “Governamentalidade”*. In: _____. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos*, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

os séculos XVI e XVII da arte de governar respaldada na tradição moral (sabedoria, justiça) e nas virtudes (prudência, reflexão), para a racionalização da arte de governar, não mais visando o príncipe, mas o Estado. Para Foucault, a “governamentalidade [é] o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”⁴⁰

Há também uma outra faceta dessa abordagem em que a figura de Ribeiro Sanches, do homem dedicado ao saber e à ciência, ser sempre louvada. Sanches é sempre lembrado como o “grande sábio”⁴¹. Nesse ponto devemos considerar que a obra de Sanches foi relegada por mais de cem anos às bibliotecas particulares, foram poucas as impressões (50 ao todo de *Cartas para a Educação da Mocidade*, sua obra principal) que fez em vida. As suas cartas foram lançadas de forma integral apenas em 1922, advindas de biblioteca particular, a do Dr. José Carlos Lopes.⁴² É interessante ressaltar a necessidade de se exaltar uma pessoa que até onde se sabe foi pouco lida pelos seus contemporâneos. A exaltação, então, apenas por sua experiência médica, diria alguns, já seria o suficiente. Mas o que nos impele a não excluir essa questão em primeira instância é o fato de que a não circularidade de seus textos revela outro aspecto da ciência no século XVIII, o de se fazer parte de uma seleta rede de correspondentes, de ser parte de um grupo exclusivo. Ora, os elogiosos, como se verá, são todos homens da ciência ou que têm da ciência a ideia de forma pura ilustrada do saber.

Neste sentido, por detrás de todo o discurso panegírico em torno de Ribeiro Sanches encontra-se uma nova compreensão da ciência no iluminismo: a do indivíduo divulgador dessa mesma ciência. Nesse sentido, um de nossos objetivos repousa em compreender que todo o discurso laudatório em torno de Ribeiro Sanches, assomados aos seus apontamentos, são evidências de uma nova ciência política que nasce, uma genealogia do poder. Uma

⁴⁰FOUCAULT, 2001b, p. 1.604

⁴¹LEMOS, M. *op. cit. Loc cit.*

⁴²*Idem. Ibidem*

instituição que formada compactuará com vários setores do Estado para então gerir a população.

Assim, para atar todas essas pontas das leituras sobre Ribeiro Sanches, voltemos, inicialmente, para Kant, cujo sobrepeso das palavras em seu texto sobre Esclarecimento deram as leituras do século XVIII um importante fio condutor: o uso da razão para escapar de uma condição de menoridade intelectual e também de atitude frente aos antigos. É importante salientar que para Sanches é na cultura do passado atrelada à construção do presente que está a saída daquela menoridade. Mas não devemos nos esquecer da realidade do exílio, das perseguições, da condição miserável em que viveu Sanches alguns anos na França, do sucesso na Rússia, da fuga noturna de Portugal, são todos elementos tão caros a ele como a Razão kantiana: ressentimento, mágoa e angústia nutrem inauditamente sua vontade de reformismo da pátria desterrada, paixões que não devem passar ao largo de sua visão de mundo.

Nessa dissertação priorizamos os textos produzidos por Sanches quando de sua estadia em Paris (1747-1783). Essa escolha levou em consideração os escritos considerados pela historiografia como os mais relevantes de sua produção. Neste sentido, os textos não mencionados ou não fizeram parte do recorte temático ou não foram possíveis de serem consultados. De todo modo, o grosso da produção de Sanches e suas concepções encontram-se nos textos abaixo citados.

Origem da denominação de Cristão Velho, e Cristão Novo, em Portugal, e as causas da continuação destes nomes, como também da cegueira judaica: como método para se extinguir em poucos anos esta diferença entre os mesmos súbditos, e cegueira judaica; tudo para aumento da Religião Católica e utilidade do Estado, de 1748; Ribeiro Sanches pretende, nesse texto, colocar regras para pôr fim à dicotomia “Cristãos Novos”/”Cristãos Velhos”. Elenca regras para que o Reino luso converta os judeus de forma paulatina, com a finalidade de eximir as diferenças religiosas, unir os súditos e aumentar os fiéis católicos.

Cartas para a educação da mocidade, de 1761: essa é a obra fundamental de Ribeiro Sanches. Nela ele pretende, de forma sistemática, justificar a tutela de ensino pelo Estado, o ensino que até então estava a cargo dos religiosos. Pretende a educação da juventude, desde o primário ao universitário.

Dissertação sobre as paixões da alma, de 1753: esse texto é, sem dúvidas, aquele que mais lançará luz à hibridez de nosso autor. Sua conotação filosófica demonstra um lado mais especulativo de Sanches, mas, ao mesmo tempo, mantém sua face empírica e reformista.

Método para se estudar medicina, de 1761: Ribeiro Sanches aponta a importância para a renovação do método para se estudar medicina. O autor disserta sobre as qualidades necessárias – nos alunos – para se aprender a Medicina. A necessidade de se ter um vasto conhecimento que vai de História à Lógica filosófica. Compreende-se, então, nessa obra, um afastamento considerável de como se ensinava medicina em Portugal, de forma mais próxima ao empírico.

Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente, de 1761: nessa obra Sanches argumentará sobre a necessidade de se fundar uma Universidade Real, que não mais seria ligada à Igreja, em Portugal. Para tal, descreve com minúcia sobre o objetivo e o fim último dessa universidade: “ensinar as ciências”. O autor faz os apontamentos necessários no que concerne às leis que regem a universidade, da fundamentação jurídica para que seja empreendida, sobre as funções do Juiz Fiscal, do calendário, dos exames, dos honorários.

Carta a Joaquim Pedro de Abreu, de 1760: a carta tratará de suas argumentações acerca da necessidade de se ter em Portugal um ensino voltado para as ciências da natureza e a filosofia moral. Sanches fala da necessidade de se aprender as línguas estrangeiras, do estado da ciência médica e, por fim, da reformulação sobre a educação para que deixe de ser uma educação baseada na técnica e no empirismo.

Tratado da conservação da saúde dos povos, de 1757: texto que trata da higiene e das contribuições do saber médico para diminuir a mortalidade dos súditos.

...

No capítulo I, fazemos uma breve anotação biográfica. Em seguida, assinalamos as principais leituras historiográficas feitas sobre o médico cristão-novo. Doravante, analisamos a formação da rede de contatos e suas imbricações na formação crítica de Sanches. Ao fim, buscamos contextualizar os apontamentos do nosso autor e suas correlações com as reformas pombalinas.

No capítulo II, aprofundamos nossas leituras nos textos de Sanches. Primeiramente, discutimos acerca da questão da opinião pública dentro do Iluminismo. No subcapítulo seguinte, analisamos a necessidade das ações dos súditos serem voltadas para a utilidade pública. Em seguida, procuramos descrever o entendimento do sábio médico sobre a questão da “Imitação”, para a conservação do Estado. Por fim, abordamos as *Cartas para a educação da mocidade*, de 1761. O tema central do capítulo está na sua busca pelo entendimento das ideias de Sanches, num caráter mais específico e também geral. Específico, por tratar de pontos mais distintos que são pouco explorados noutros apontamentos; geral, porque traz todos esses pontos discutidos em um só texto. Por ser um texto mais amplo, lemos os vários níveis de pensamento de Ribeiro Sanches: crítica à Igreja, aos súditos, à educação, às questões sociais e monetárias, à cultura portuguesa e à estagnação política.

Ao fim, no capítulo III, lemos outros apontamentos de Ribeiro Sanches, procurando contribuir com uma leitura distinta das suas críticas e proposições com respaldo no conceito de “Governamentalidade”. É nesse capítulo que poderemos compreender que, para além de uma leitura que tente inserir Sanches no hibridismo de ideias, ele faz parte de uma racionalidade sobre governo, vinculada aos dispositivos de poder e também à instituição de novos saberes. Ele dá ao Estado uma nova arte de Governar.

Ao fim, o que se busca ao longo das páginas seguintes é uma leitura dos textos de Sanches que extrapolam sua figura enquanto médico. Busca-se, dessa maneira, lançar um olhar que procura compreender as ideias de Sanches no âmbito da Ilustração portuguesa e seu caráter híbrido.

Capítulo 1

1.1 Percurso biográfico

*Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem que ainda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*
Canção do Exílio, Gonçalves Dias

*Incômodo semelhantes sucederiam a todo aquele Legislador
que, de um Reino Velho, instituído com a Leis do Fanatismo, com as
Leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súditos, leis sem
objeto algum para aumentar a população, sem objeto para a defesa
geral do Estado, quisesse de um jato reformar este cadaveroso Reino
e formar dele um Novo [...].*

Excerto de Ribeiro Sanches de 1777 sobre os motivos da estagnação portuguesa

As epígrafes desvendam a nós o caráter duplo do sentimento daquele em exílio, a nostalgia e elevação, no poema de Gonçalves Dias; o ressentimento e a crítica, no excerto de Sanches. A duplicidade dessa condição de exilado ou desterrado não se subscreve apenas a uma questão de sentimento ou paixão, envolve também, a perda, o trauma e a exclusão. Noutra ponta, é também responsável por criar nos desterrados estratégias de reconstrução de suas próprias trajetórias em territórios estrangeiros. Novas formas de sentir e ver o mundo.

No célebre poema de Gonçalves Dias, o exílio desperta um sentimento de enobrecimento advinda da nostalgia. O desterro é também o espaço em que se dá a exaltação da pátria. O retorno à pátria é uma quase exigência. A comparação se dá no interstício entre a lembrança da terra deixada e a esperança do retorno.

O excerto de Ribeiro Sanches, ao largo de nostálgico ou de dignificar a pátria deixada, ao contrário rebaixa a condição da terra exilada. É carregado de uma certa amargura revoltosa. Um quê de ressentimento ao dizer “cadaveroso Reino” exala das palavras. Na contramão de Gonçalves Dias, Sanches parece não almejar um retorno à sua terra.

O exílio auto imposto foi a causa dos seus achaques e padecimentos. Para Victor de Sá, Sanches era “um intelectual lúcido, um racionalista impenitente”, que ao longo da vida jamais esqueceu “do ambiente de mesquinhez mental que [na pátria] havia observado na sua juventude.”⁴³ Sousa Viterbo assinala que nos tempos de Sanches “a residência [em seu país] era então muito difícil, se não impossível, para todos aqueles que prezassem um pouco a dignidade humana e a liberdade de consciência (...); o fanatismo e a Inquisição oprimiam todos os espíritos”⁴⁴

A “mesquinhez mental”, a “residência muito difícil”, a falta da “dignidade humana”, da “liberdade de consciência”, “fanatismo” e “Inquisição” são elementos fundamentais para compreendermos como os escritos de Sanches são carregados de um ressentimento, que lhe causaram os achaques e os padecimentos. Mesmo com as reformas que eximiram da sociedade lusa o antigo poder da inquisição, Sanches não retorna, pois “sabia que o prejuízo de tão persistentes perseguições havia de fazer-se sentir em Portugal ainda por muitos anos e várias gerações.”⁴⁵ Segundo Victor de Sá, os desdobramentos da história portuguesa não se deram nesse sentido, mas

era de certeza o ambiente de tacanhez mental que persistia; era o medo, a tibieza de caráter, a ausência de espírito crítico, o reinado enfim de um mundo de superstições a povoar a imaginação de gentes ignorantes. Era esse

⁴³ SÁ, Victor de (org). *Ribeiro Sanches. Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (e outros textos). Lisboa: Livros Horizonte, 2ª Edição, 1980, p. 10

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

o prejuízo mais fundo que perduraria ainda por muitos anos, antes que fosse possível criar-se em Portugal um ambiente de compreensão e de tolerância favorável ao desabrochamento do espírito humano, ao progresso das ciências e à adopção de normas racionais de conduta social.⁴⁶

Foi somente aos 60 anos de idade que o nome de Sanches veio a público em Portugal. Com 71 anos é que circulará seu nome novamente, por meio de uma dedicatória a uma edição portuguesa de uma obra médica de Joseph Raulin.

António Nunes Ribeiro Sanches⁴⁷, nascido em 7 de Março de 1699, em Portugal, filho de Simão Nunes, sapateiro e comerciante, e de Ana Nunes Ribeiro, era de família de cristãos novos, numerosas na época, devido à obrigatoriedade de conversão ao cristianismo – mesmo que as convicções judaicas não fossem praticadas pela maioria. Logo após breve passagem pela Universidade de Coimbra, onde frequentou o Colégio de Artes, Sanches partiu para a Universidade de Salamanca. Foi então que se inclinou para a área médica. Durante as férias em Guarda, praticava medicina com um amigo. Formado em Salamanca, foi exercer medicina em Benavente. Apesar da conclusão do curso, Sanches não pôde ser nomeado oficialmente como médico, pois o título era reservado apenas aos cristãos velhos. Logo após ser denunciado à Inquisição, segundo as fontes, por seu primo distante Manuel Nunes Sanches, decide partir para o estrangeiro no último quarto do ano de 1726.

Nos cinco anos seguintes, Sanches viajou e residiu por brevíssimos momentos em Génova, Londres, Bordeaux, Lyon e Leida. Em Londres, foi acolhido por familiares que também viviam entre judeus expatriados. Aproveitando para cursar Matemática, Física, Química, Ciências Naturais e Farmácia. Foi neste momento que o contato pela interação com

⁴⁶*Idem.*

⁴⁷Para os dados biográficos de Ribeiro Sanches consultar: ⁴⁷ SÁ, Victor de (org). *Ribeiro Sanches. Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (e outros textos). Lisboa: Livros Horizonte, 2ª Edição, 1980.

outros judeus desterrados fez com que ele se convertesse novamente ao judaísmo. Ele mesmo, segundo de Sá, se justifica indiretamente do sucedido. Para Ribeiro Sanches:

A navegação mais fácil que acha é para Holanda, Inglaterra ou França, onde chega ignorante da Língua daquelas terras, sem conhecimentos mais que dos Judeus portugueses, ou Castelhanos, entre os quais acha parentes e amigos; e ou de boa vontade, ou forçados da necessidade, como já sucedeu algumas vezes, se fazem Judeus.⁴⁸

Porém, como não se obtemperou em Portugal aos supersticiosos cristãos, também não o faria pelos sectarismos dos perseguidos. Em Leiden, Sanches matriculou-se na Universidade de Leida, em 12 de Abril de 1730, conheceu ali sua “única felicidade”⁴⁹, o médico e mestre Herman Boerhaave, “Hipócrates de nossos tempos”.⁵⁰

Já no ano seguinte, foi designado para ir a Moscou, na Rússia, para exercer seu ofício. Em Moscou conheceu dias melhores, suas questões judaicas e cristãs ficaram de lado e suas tentativas frustradas de retornar a Portugal, também. Foi nomeado Médico da Cidade e do Senado de Moscou, com o salário anual de 600 rublos. Depois de três anos como instrutor de cirurgiões, parteiras e farmacêuticos foi transferido para Novo-Pavlov, onde passou a prestar serviços ao exército. Desse período, escreveu o médico:

Fui médico por cinco anos nos Hospitais Militares no vigor da idade, e com ânimo de ser útil à humanidade. Cada doente que visitava informava-se da causa de seu mal; quando chegava a ter visto de 50 a 60 estava tão fatigada a atenção, que quase desmaiava; descansava por força, e via os mais sem a

⁴⁸Ribeiro Sanches apud SÁ, Victor de (org). *op. cit.*, p. 21

⁴⁹ A citação completa é: “tive por mestre de medicina o grande Hermano Boerhaave (única felicidade que conheço na vida).” Talvez fruto de um exagero, a citação corrobora com a conduta amargurada em que se encontrava Ribeiro Sanches no exílio. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: 1759, Livro IV, p. 57.

⁵⁰ LEMOS, Maximiano. *Notícias de Alguns Manuscritos de Ribeiro Sanches Existentes na Biblioteca Nacional de Madrid*. In: Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto, 1913-1914, p. 145.

reflexão devida; em duas Campanhas [relativo às campanhas feitas pela Rússia na Crimeia (1735-1736)] que fiz como médico não tinha o juízo forças para outro estudo do que escrever o que notava dos tártaros do Cuban, dos Calmukos, dos *Cabardinskoi* e dos Cozaques do Dom (relações que se me queimaram).⁵¹

Depois das campanhas, Sanches retorna para São Petersburgo. Torna-se médico do Corpo Imperial de Cadetes, servindo como médico pessoal à Czarina Ana Ivanovna. Segundo Victor de Sá, foi nesse período que Sanches manteve

correspondência com muitos sábios, e exercia influência em diversos centros científicos, para alguns dos quais promovia o envio de livros: assim, por exemplo, livros de Astronomia para os jesuítas da China, e outros para a Academia Real da História, em Lisboa⁵²

Com a queda de Ana Ivanovna e a ascensão da imperatriz Isabel Petrovna, Sanches foi denunciado como judeu, frutos de ciúmes profissionais e intrigas de corte. Após 16 anos residindo na Rússia, o médico cristão-novo decide abandonar o país, deixando por lá toda sua biblioteca, confiada à Academia de São Petesburgo. Firmou residência em Paris, em 1747. Segundo de Sá, a vida em Paris, no que tange ao saber ilustrado, foi para Sanches um momento de profundo labor científico. Eram publicados então: *Os Espíritos das Leis*, de Montesquieu; em 1749, o primeiro volume da *História Natural* de Buffon; no ano seguinte, *O Quadro Filosófico dos Progressos do Espírito Humano*, de Turgot; em 1751, *Século de Luís XIV*, de Voltaire; no restante da década, ainda foram publicados: *Tratado das Sensações*, de Condillac; *Sobre os Fundamentos e a Origem da Desigualdade entre os Homens*, de Rousseau; *Código da Natureza*, de Morelly, entre tantas outras obras.

⁵¹SÁ, Victor de (org). *op. cit.*, p. 22

⁵²*Ibidem*. p. 23

Datam desse período a publicação da versão final dos textos de Sanches: *Origem da denominação de Cristão Velho, e Cristão Novo, em Portugal, e as causas da continuação destes nomes, como também da cegueira judaica: como método para se extinguir em poucos anos esta diferença entre os mesmos súbditos, e cegueira judaica; tudo para aumento da Religião Católica e utilidade do Estado; Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, de 1756; *Origem da Doença Venérea*, de 1751.

Em *Origens da Denominação...* Sanches denuncia os efeitos resultantes da Inquisição e dos seus métodos processuais:

Considero aqui um Português que se tem, e se se persuade que é Cristão velho pelo sangue, e que quer tirar as suas inquirições para entrar no Estado Eclesiástico, ou outros Estados honrosos do Reino. Faz a sua petição ao Ordinário, pedindo que se lhe tirem as suas inquirições; perguntam-se as testemunhas; depõem três que seus Pais e seus quatro avós eram não somente Cristãos velhos, mas que nunca ouviram falar do contrário: vem a quarta testemunha; depõe que ele ouvira dizer que seu Avô descendia da Nação Judaica, ou de Mouros, ou de Mulatos: dá o seu juramento, e acabados os autos vai o Suplicante procurar a resposta, e a que recebe é que há impedimento ao despacho que suplica. Fica este homem atônito porque sabe que ele e toda a sua descendência fica excluída de todos os Cargos honrosos de Sua Pátria para sempre: já se lhe representa o desprezo com que será tratado pelos vizinhos e conhecidos; já vê como são desprezados e tratados os Cristãos novos em todo o Reino; já se vê separado da Sociedade onde nasceu. Ora diga-me agora o Português verdadeiro, quantas vezes sucedeu isto em Portugal? Quantas e quantas famílias se acham e se conhecem em todo o Reino, de quem os Pais e avós jamais estiveram na Inquisição, e que não puderam tirar as suas Inquirições, vivendo apontados e distinguidos por infectados de sangue defendido? Como é possível que um Português, a quem o brio, e amor da honra é tão natural, não aborreça então

e deteste com tantas maldições quantas lhe sugerira o seu ódio, as Leis de sua pátria, que o desnaturalizam dela?⁵³

Em 1762, foi restabelecida por Catarina II da Rússia, a pensão anual dada ao médico. Foi nesse momento que Sanches, a pedido do então secretário do Estado, o Marquês de Pombal, redigiu obra que versava sobre o método do ensino de medicina em Portugal com o intuito de renovação do saber médico via experimentalismo.⁵⁴ *Método para se estudar medicina*. O primeiro esboço do texto foi feito em torno de 1758.

Logo após a publicação e o bom acolhimento desse impresso, foi estabelecida ao autor uma pensão anual dada pela coroa portuguesa. Começou, então, a escrever o posteriormente aclamado *Cartas sobre a educação da Mocidade*. No ano de impressão, foram feitas apenas cinquenta cópias, que foram distribuídas entre amigos e, algumas delas, enviadas a Portugal. As *Cartas...* tratam do problema central da questão portuguesa nos setecentos para o autor: a abrangência do ensino religioso durante séculos no reino português e suas consequências para o bem público do reino. É nele que Sanches traça os apontamentos necessários para uma possível desestagnação de Portugal na questão moral, política e social; Portugal era ainda, para o autor, um Reino Gótico. Em sequência, em 1761, redige outro escrito *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*.

Sanches morreu em 1783, em Paris. E foram dois estrangeiros que mantiveram sua memória, o doutor Charles Andry, colega e íntimo amigo em Paris, e Vicq-d'Azyr. Este, responsável pelo elogio acadêmico do médico beirão e também por sua biografia em língua estrangeira, que só foi traduzida para o português em 1789.⁵⁵ Manoel Roiz de Almeida, em sua tradução, de 1772, para o português do texto de Sanches, *Instructions succinctes sur les*

⁵³Ribeiro Sanches apud SÁ, Victor de (org). *op. cit.*, p. 20

⁵⁴ Para essas questões ver: ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

⁵⁵*Ibidem*. p. 11-12

accouchements em faveur des soges-femmes des provinces, escreve uma dedicatória exaltando as virtudes do médico cristão-novo: “Ao sábio e insigne portuguez o senhor Antonio Ribeiro Sanches”. Almeida prossegue seu panegírico:

Se eu pertendesse buscar para Protector desta pequena Tradução hum Sabio, cujo nome se visse gravado nos Annaes das mais celebres Academias, e Universidades da Europa; se eu quizesse enobrecer o fronsrespicio desta Obra feita por hum grande Medico, como o nome de outro. que pela extensão dos seus vastos conhecimentos tivesse a fortuna de ser discipulo, e amigo do Grande Boerhaave; e a incomparavel honra de ser escolhido por ele mesmo para Medico da Camara, e dos Exercitos das Emperatrizes de todas as Russias; se finalmente eu determinasse dedicar este breve Tratado, feito parautilidade pública, e bem da Sociedade, a hum homem, que penetrado do verdadeiro amor da patria, só estimasse aquilo, que pudesse ser-lhe proveitoso, e capaz de promover a sua gloria, os seus interesses, e a sua verdadeira felicidade, que outro me poderia lembrar, senão o insigne Portuguez Antonio Ribeiro Sanches?⁵⁶

A louvação a Ribeiro Sanches se dá por seu saber ilustrado e sua posição como exímio patriota. Segundo Ramos Junior,

o nome de Ribeiro Sanches apareceu, pois, como sinônimo do sábio ilustrado, do médico reconhecido não só pelo seus ‘vastos conhecimentos’, mas por sua virtude, humanidade e patriotismo. Essas marcas, profundamente laudatórias, configuram a tônica sobre as representações de Ribeiro Sanches no século XVIII.⁵⁷

Podemos destacar que no campo das ciências médicas o elogio também é uma maneira de legitimação e de difusão de um novo modo, ou mesmo código, de conduta. A rigor, o

⁵⁶*Ibidem.* p. 14-15

⁵⁷ *Ibidem.* p.15

médico deve evitar excessos, zela pelos costumes, ter postura.⁵⁸ É na prática laudatória que a figura de Ribeiro Sanches irá assumir o papel de homem da ciência.

1.2 - Questões de historiografia

Foi somente nas comemorações do centenário de morte do Marquês de Pombal (1882) e com a emergente historiografia positivista que se aproximaria a figura de Ribeiro Sanches ao Marquês e às suas reformas. De acordo com Nelson de Campos Ramos Junior⁵⁹, foi durante a “Questão Coimbra” (1865-1866), marco que compreendeu o surgimento de uma nova geração de homens ligados à filosofia positivista, que se inseriram na vida cultural portuguesa com um discurso em “prol da reabilitação da figura pombalina enquanto precursor de ideias liberais e do progresso nacional”.

Nesse sentido, para o historiador positivista Teófilo Braga (1843 – 1924), em sua *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa* (1892 – 1902), Ribeiro Sanches é o principal articulador das reformas pombalinas da faculdade de medicina. Camilo Castelo Branco (1825 – 1890), autor do *Perfil do Marquês de Pombal* (1882), de acordo com Ramos Junior, afirma que Ribeiro Sanches “foi o maior oráculo do Conde de Oeiras e que, sem ter sido reconhecido pelo ‘valido do rei’, amargou o exílio em Paris por causa de suas origens judaicas, tendo sua pensão suspensa durante anos.”

É a partir da leitura desses dois autores que se criou um dos maiores *topoi* da historiografia lusitana sobre o cristão-novo: “a vinculação direta e incontestada de Antonio

⁵⁸ Sobre a ética e medicina nesse contexto ver: KOZLUK. “Sedulus, fidus, dignus honore, vigil”: le jeu de la varietas dans la construction de la figure Du médecin dans la préface médicale de la Renaissance. *Rhetorica. A Journal of the History of Rhetoric*, vol. 28.1, p. 52-66, 2010.

⁵⁹ RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *op. cit.*, p. 9

Nunes Ribeiro Sanches com as medidas reformadoras de Sebastião José de Carvalho e Melo.”⁶⁰

Foi nas primeiras décadas do século XX que Antônio Sérgio (1883 – 1969) criou um segundo *topos* da historiografia portuguesa a respeito de Ribeiro Sanches, a partir do conceito de “estrangeirado”.⁶¹ Segundo Ramos Junior, a figura de Antônio Sérgio é marcada por um espírito universalista, idealista e contrária a uma historiografia até então historicizante. É na crítica à situação cultural e intelectual portuguesa que ele urdiu a categoria dos *estrangeirados*,

o termo em questão remete-se a um personagem histórico tido como membro de um movimento distinto (...), contrário aos costumes e às convicções dos chamados ‘castiços’, caracterizados como portugueses defensores do absolutismo e da manutenção do poder da Igreja. Combatentes do atraso e arautos do progresso, os ‘estrangeirados’ seriam os detentores do ‘Espírito Moderno’ – marcado pelo senso crítico, pelo método experimental e pela aplicação matemática – que teria ‘brilhado’ em Portugal no período dos descobrimentos, mas que fora substituído pelo ‘Espírito Medieval’ – apegado ao dogmatismo e à autoridade – devido à Contrarreforma e a instauração da Inquisição.⁶²

Dentro desse universo historiográfico renovado acerca de Ribeiro Sanches, ora como *estrangeirado*, ora como *predecessor de Pombal*, foi Jaime Cortesão (1884 – 1960) o primeiro historiador português a ser contrário a uma leitura decadentista da história do século XVIII português. Apesar de sua aversão a esse olhar, persistiu-se na historiografia portuguesa uma tendência a compreender a questão do atraso português perante o resto da Europa. É o caso de historiadores como Antônio Coimbra Martins e José Sebastião da Silva Dias (1916 – 1994). Para Silva Dias, por exemplo, é quase exclusivamente pela ação dos estrangeirados e

⁶⁰*Ibidem.* p. 23

⁶¹*Ibidem.* p. 24

⁶²*Ibidem.* p. 26

dos estrangeiros que houve uma renovação da cultura nacional. Para o autor, eram eles que combatiam a Inquisição, a escolástica e o provincianismo.⁶³

Para Nelson Ramos Junior, a figura de Ribeiro Sanches até então ainda estava vinculada e submetida a uma “esfera maior de compreensão, representada pela relação com sua pátria.”⁶⁴ Segundo o autor, há nesse período outra corrente de divulgação do médico cristão-novo, advindas da atividade de nomes proeminentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1836 – 1911).

Foi nesse momento que se intentou divulgar os “achados documentais que dizem respeito ao médico beirão”. Para Ramos Junior, foi neste contexto que surgiu a mais completa obra sobre Ribeiro Sanches, a biografia escrita por Maximiano Lemos (1860 – 1823), *Ribeiro Sanches: sua vida e sua obra*.⁶⁵ Destoando dos estudos até então publicadas pela historiografia positivista, a biografia intenta legitimar Sanches como médico e cientista dentre os principais nomes da história da medicina portuguesa. De Maximiano Lemos, passando por Ricardo Jorge e Arthur Araujo, até Luís de Pina, tem-se, segundo Ramos Junior, a primeira e a segunda gerações de médicos que se dedicaram “ao modelo historiográfico de divulgação e legitimação da figura do médico beirão”, relacionando-o, segundo o autor,

à necessidade de um discurso de solidificação da ‘medicina portuguesa’, enquanto categoria válida do conhecimento, a partir da elaboração de narrativas historiográficas que a instaurem enquanto tradição do conhecimento medicinal universitário de início do século XX⁶⁶

⁶³*Idem.*

⁶⁴*Ibidem.* p.30

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶*Ibidem.* p. 31

Em meados do século XX, a historiografia portuguesa passa por uma profusão de novas concepções historiográficas. No contexto do fim do Estado Novo (1933 – 1974), com a suspensão dos mecanismos de censura e da tentativa do Estado em legitimar uma história nacional, há um intercâmbio maior com a historiografia estrangeira e suas concepções de método e abordagens históricas, principalmente com aquelas do paradigma francês da “nova história”.⁶⁷ É neste momento que essa historiografia amplia seus horizontes de pesquisa, abrangendo novos campos e novos temas, tais como os culturais, sociais, políticos e científicos da história.

É a partir de então, segundo Ramos Junior, que Ribeiro Sanches terá dentro da historiografia um espaço de sistematização dos aspectos mais teóricos de sua obra. Apesar deste novo lugar de destaque, o médico cristão-novo será referência constante na abordagem dos conceitos que ainda persistem nessas renovações, como o de *estrangeirado*. Todavia, segundo o autor, com a elasticidade do conceito de *estrangeirado* neste momento, é perceptível uma tentativa de espacialização da figura do médico português, quando não mais o conceito se refere ao reformador, mas também ao cientista.

Dentro dessa perspectiva de renovação e espacialização, temos os escritos de Ana Cristina Araújo – o primeiro de 1984 e o segundo do ano 2000. Em 1984, partindo dos discursos de Ribeiro Sanches, Araújo dedicará seu estudo à compreensão das convicções científicas e pedagógicas do médico português ao confrontá-las com outros autores ilustrados (Wolff, Hume, Voltaire etc). No texto seguinte, a autora analisa os escritos sobre medicina de Sanches, indicando a “possibilidade de interpretá-los enquanto signos de um discurso de normatização tanto do espaço público, quanto da conduta individual.”⁶⁸

⁶⁷*Ibidem.* p.32

⁶⁸*Ibidem.* p.33

O estudo de Ana Cristina de Araújo salienta o pensamento reformista de Ribeiro Sanches e mostra a rede de relações em que ocorriam os intercâmbios de apontamentos entre Ribeiro Sanches e a corte portuguesa. A autora percebe que, no escol intelectual português dos setecentos, Ribeiro Sanches partilhava de “um certo espírito de solidariedade, de ‘exílio’, reforçado na maior parte das vezes por significativas afinidades teóricas e doutrinárias”. Antes mesmo das reformas pombalinas, por indicação de Ribeiro Sanches, livros de medicina e filosofia moderna chegaram à biblioteca joanina. A questão intelectual em Ribeiro Sanches, segundo Araújo, tem todo fundo e conteúdo baseado na positividade metodológica newtoniana, que “reintroduz, no espaço intemporal das operações do espírito, a necessidade de um rigor geométrico”. Outros pontos tratados pela autora são o anticlericalismo, as contradições religiosas, as influências de pensadores ingleses e, por fim, a natureza e aplicação das reformas educacionais.

Tiago C. P. dos Reis Miranda⁶⁹ traça as discussões dos historiadores sobre esse conceito e as contradições pertinentes entre a ideia a que remete o conceito e as reais proposições dos *estrangeirados*. Segundo o autor, em Portugal, entre 1920 e 1950 – nos estudos de António Sérgio e Jaime Cortesão –, o termo foi primeiramente usado de forma singular, e representava somente a vontade em elogiar um espírito liberal, a novidade de ideias, nesses homens da Ilustração. Posteriormente, segundo Miranda, António Coimbra Martins, de maneira mais ampla, sugeriu que Portugal devia suas melhores realizações aos estrangeirados. Há, na historiografia, uma visão constante sobre os estrangeirados, sem uma crítica pertinente na utilização do conceito, escreve: “é norma! que ele [o estrangeirado] desperte a imagem de uma Lisboa que se tornava decadente – ‘contemplativa’ e ‘beata’ –, fomentando uma enorme hostilidade em relação à Europa de além-Pirineus.” Predomina essa

⁶⁹ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “Estrangeirados”: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, n.123-124, pp. 35-70, 1991

perspectiva historiográfica, que continua a colocar os estrangeirados como a vanguarda intelectual da Ilustração portuguesa, a vanguarda das novas e reformadoras ideias.

Parece haver uma necessidade dos “estrangeirados” na historiografia portuguesa, que atravessou o século XX, pois foram neles em que se depositaram uma certa esperança de transformação social, foram neles que se basearam as correções necessárias a Portugal. Os estudos históricos em Portugal, principalmente com António Sérgio e Jaime Cortesão, tende a ter um carácter muito pessimista, taciturno, sobre a história de Portugal. Os “estrangeirados” são dessa forma uma saída possível, um sonho necessário, a possibilidade de fuga do atraso, da estagnação, que só existem dentro de um quadro comparativo e estrutural.

Dessa perspectiva, os estrangeirados ganham um apelo político e social forte dentro de uma historiografia liberal, que tem de fundo uma intenção transformadora da esfera política e social; seria uma leitura liberal dos estrangeirados. Ora, tal entendimento sobre o movimento limita as possibilidades de análise, além de circunscrever os estrangeirados dentro de contornos interpretativos. Em Ribeiro Sanches, pretender uma interpretação liberal, culminará num distanciamento completo de sua obra. Não obstante, lemos que Jaime Cortesão o coloca como um dos estrangeirados que perdeu todo o senso de realidade da península ao passar mais de trinta anos fora de Portugal.

Jaime Cortesão afirma que Ribeiro Sanches

...Quando, cerca de 1759, escrevia as suas Cartas, vivia há mais de trinta anos no estrangeiro. Residira longamente em Inglaterra, na França, na Holanda, na Itália, na Rússia. Hebreu de sangue e estrangeirado pela demorada formação, e renovação intelectual nesses países, ele não compreendia nem podia compreender o seu país de origem. E o que sucedia com ele, acontecia com muitos outros estrangeirados.⁷⁰

⁷⁰ CORTESÃO, Jaime apud MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *op. cit.* p. 39-39.

Quando apelidava o governo português de 'Monarquia Gótica' (no sentido de bárbara e antiquada) por não subalternizar bastante as suas colônias, julgava estreitamente Portugal pelo critério racionalista e friamente utilitário, que então dominava na Europa para além Pirineus. Mostrava-se incapaz de descortinar os valores morais e espirituais, específicos, a que obedecia a nação. Certamente, Portugal menosprezava, com dano próprio, as atividades agrícolas e comerciais, que outrora haviam criado uma burguesia capaz de influir e tonificar a política nacional. A crítica nesse ponto era certa. Pecava apenas por carência. Em Portugal, acima dos interesses do comércio e dos cálculos da burguesia, embora por vezes coincidindo com eles, haviam prevalecido sempre outros valores: uma fé religiosa, estreitamente fundida com a fé política da nação.

Dessa forma, não basta que estejam os estrangeirados exilados, divagando sobre sua pátria, deve haver nos estrangeirados algo vivo de Portugal. A desconfiança de Cortesão em relação à Ribeiro Sanches não calhou numa mudança de foco nas análises sobre os estrangeirados. Pelo contrário, o que ocorreu, pelo menos em relação a Ribeiro Sanches na *Historiografia luso-brasileira*, foi que seu nome continua a ser celebrado como um dos homens de letras mais instigantes devido aos seus discursos críticos e inflamados, ficando abaixo apenas de Luís António Verney. De acordo com Thiago Miranda, o que falta é uma análise crítica aprofundada de cada autor estrangeirado. Análises de caráter biográfico e pensar a obra de cada um por eles mesmos. Colocar em dúvida a ideia de novidade transformadora que vem incutida ao conceito.⁷¹

Jaime Cortesão, apesar de tudo, não foi um crítico dos “estrangeirados”, as contradições ficaram apenas no nível da constatação e nunca foram objeto de análise. Havia, segundo Miranda, um entusiasmo muito grande para com eles por serem tidos como “‘percursores’ do espírito liberal”.

⁷¹ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *op. cit.* 40.

Interessante observar que, no paralelo entre historiografia liberal portuguesa e os estrangeirados, notamos esse sentimento de estagnação e atraso, notamos essa vontade de transformar. Aqueles, ao perceberem Portugal em atraso com as demais nações da Europa, diziam pretender “renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando a capaz de um verdadeiro movimento de salvação”; os estrangeirados, por sua vez, possuíam os mesmos sentimentos, mas as suas origens remontam às transformações no escopo das ciências, da educação e das instituições. Não se pode estranhar, portando, que nasce dessa semelhança a própria valorização de um grupo que historicamente pretendia elevar Portugal a novos patamares. Assim, o conceito de estrangeirado sempre carregou na historiografia uma ideia a priori de “renovação”, “novidade” e transformação.

Dentro daquele contexto, o debate entre António Sérgio e Jaime Cortesão definiram os rumos interpretativos sobre os estrangeirados, pelo menos até o final do século XX. António Sérgio tinha a intenção de analisar a crise moral de Portugal. Assim, o resgate dos estrangeirados é a própria fundamentação histórica de que havia uma: a resposta estaria no estrangeiro. Jaime Cortesão, por sua vez, fez várias ressalvas aos apontamentos de António Sérgio, mostrando as contradições de pensamento, mas, no fundo, manteve a ideia de que eram um grupo de intelectuais engajados nas mudanças sociais necessárias para alavancar Portugal. E persiste, na historiografia, tanto portuguesa quanto brasileira, essa noção pré-julgada de que era um grupo que trazia consigo uma novidade.

O conceito estrangeirado colocado aqui como um substantivo e não como um verbo no particípio, elimina a ideia do verbo “estrangeirar”, que indicaria ação ou estado. O termo, desse modo, designa um corpo coeso, um singular coletivo, mas não imprime a ação do grupo, apenas situa-o num espaço e tempo determinados. Não encontramos correspondência do verbo nos dicionários de Raphael Bluteau (1728) e António de Moraes Silva (1789). Que a primeira vista pode indicar que de fato não há uma autodenominação. Contudo, uma leitura

sobre o substantivo “estrangeiro” poderá lançar alguma luz sobre o que poderia pensar de um estrangeirado.

Em Raphael Bluteau, estrangeiro é

o homem de outra terra (...) Aquele que nasceu em outro Reino, e tem outra pátria que a das pessoas com que vive. (...) Como se para os romanos e mais nações do mundo fora profecia que sempre os estrangeiros haviam de ser inimigos da terra, que não fosse sua pátria.

Há um duplo negativo e positivo em ser “estrangeiro”, observa-se que pode ser tanto uma pessoa advinda de outro lugar quanto um inimigo da nação. Essa conotação de inimigo do Estado evidencia o caráter negativo que se poderia designar o “estrangeirado”. Portanto, podemos afirmar que a relação dos homens ao estrangeirar-se noutra pátria era vista como perigosa. Era-o por ser uma coisa “estranha” a normalidade natural do lugar. Por isso, lemos em Jaime Cortesão quando, ainda em princípio da década de 1920, eliminava do panteão dos “estrangeirados” Ribeiro Sanches, pois “mostrava-se incapaz de descortinar os valores morais e espirituais, específicos, a que obedecia a nação.” Se ainda na década de 1920 encontramos essa leitura negativa do estrangeiro, não restam dúvidas de que o conceito de “estrangeirado” tinha uma conotação puramente de fundamentação histórica para ações políticas necessárias.

Conforme observam Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões, o estrangeirado dessa forma não chega a ser uma identidade individual “mas um seguimento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e epistemológico.”⁷² As autoras apontam que a questão dos estrangeirados, o laço que os unia, deve ser compreendida fora do escopo da economia, da política, da educação e das ciências ou que se tenha consciência que todas elas estavam inseridas na vida dos desterrados.

⁷²Cf. CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens de Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e viajantes*. Penélope. 2000, p. 74.

Seguindo a análise da bibliografia acerca de Ribeiro Sanches feita por Ramos Junior, ainda vários outros autores portugueses se debruçaram sobre os escritos do médico português.⁷³ O intuito ou a primazia desses historiadores foi "autonomizar" a figura de Sanches, desvinculando-o da sua então subordinação (historiográfica) à figura de Pombal.

É a partir de então que Ribeiro Sanches tornou-se cada vez mais um objeto privilegiado de estudo. Num aspecto político-cultural, podemos destacar o estudo de Fernando Augusto Machado⁷⁴, que analisa um aspecto mais singular dos escritos de Sanches, suas crenças pedagógicas e suas vinculações teóricas com outros ilustrados. Outros autores como Zília Osório de Castro, Maria Helena Carvalho dos Santos e Antonio Rosa Mendes leem os escritos de Sanches numa perspectiva que almeja compreender os seus aspectos políticos.⁷⁵ Segundo Ramos Junior, após a década de 1980, foi dada atenção aos aspectos mais particulares da obra do médico cristão-novo: "suas preocupações pedagógicas, médicas, políticas e científicas".⁷⁶ A questão econômica ganha destaque em Vicente Serrão. Sanches,

⁷³Podemos citar: Ana Cristina Araújo. "Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches". In: *Revista de história das idéias*. Coimbra. vol. 6, 1984. Ana Cristina Araújo. "Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches". In: *Ars Interpretandi — Diálogo e Tempo*. Homenagem a Miguel Baptista Pereira. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000. Ana Cristina Araújo. "Ribeiro Sanches e o desastre de Lisboa". In: Ana Cristina Araújo; Nuno Gonçalves Monteiro; Walter Rossa; José Vicente Serrão (organizadores). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. Rómulo de Carvalho. *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979. Fernando Augusto Machado. *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa: Ribeiro Sanches*. Porto: Campo das Letras, 2001. Norberto Ferreira da Cunha. Norberto Ferreira da Cunha. "A ideia de tolerância em Ribeiro Sanches". In: *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa nacional, 2000. Maria Helena Carvalho dos Santos. "Ribeiro Sanches e a questão dos judeus". In: *Revista de história das idéias*. Coimbra. Vol. 4, tomo I, 1982. Maria Helena Carvalho dos Santos. "Poder, Intelectuais e Contra-Poder". In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.) *Pombal Revistado*, 2 vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. Zília Osório de Castro. "O Estado e a Igreja pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches". In: *Estudos em homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Antonio Rosa Mendes. *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*. Cascais: Patrimónia, 1998.. José Vicente Serrão. "Pensamento económico e política económica no Período Pombalino. O caso de Ribeiro Sanches". in: *Ler História*, nº 9, Lisboa: Edições Salamandra, 1986,

⁷⁴MACHADO, Fernando Augusto. *op. cit.*

⁷⁵RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *op. cit.*, p. 34-36

⁷⁶*Ibidem*. p. 37

nos últimos, passou a ser uma figura de “estudos que [o] privilegiam (...) enquanto objeto singular de compreensão.”⁷⁷

Há menções a Ribeiro Sanches fora da historiografia portuguesa, como nas obras de Kenneth Maxwell⁷⁸ e Charles Ralph Boxer.⁷⁹ Neste, o médico português ainda é representado como oráculo pombalino ou estrangeirado. Em Maxwell, as rápidas menções ao médico cristão-novo em seu trabalho referem-se a alguns aspectos de sua relação com Pombal no que toca um encontro que ocorreu entre eles, à necessidade de inserção do *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756) dentre as obras que ajudaram na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1775, e por fim, às diferenças políticas entre Sanches e Pombal.⁸⁰

No caso do Brasil, a maioria dos textos publicados no Brasil são alguns estudos que abordam a relevância de Ribeiro Sanches para compreender as críticas que fomentaram o reformismo ilustrado português. Na historiografia brasileira até finais da década de 1980, Ribeiro Sanches ainda é representado “no interior de iniciativas de sistematização da conjuntura portuguesa em finais do século XVIII”.⁸¹ Dentre os historiadores que se destacam, estão Maria Odila Leite da Silva Dias, Francisco Calazans Falcón, Fernando Antonio Novais.⁸²

Temos a obra de Francisco C. Falcon, *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*, a qual segue a proposição conceitual de Jaime Cortesão, que já completou seus trinta anos de publicação, traçando pormenorizadamente somente o perfil de cada estrangeirado e sua contribuição para as reformas pombalinas. Além da obra de Falcon,

⁷⁷*Ibidem.* p.38

⁷⁸ MAXWELL, Kenneth. *op. cit*

⁷⁹ BOXER, Charles Ralph. “*An enlightened portuguese: Dr. Ribeiro Sanches*”. In: _____. *Opera Minora*. Vol. III. Org.: CURTO, Diogo Ramada. Lisboa: Fundação Oriente, 2002

⁸⁰ RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *op. cit.*, p. 39

⁸¹*Idem.*

⁸² FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982; Maria Odila Leite da Silva Dias. “*Aspectos da ilustração no Brasil*”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005; Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 7ª ed., 2001.

Fernando Novais propõe que a possibilidade de existência dos estrangeirados se deu graças a uma coerente política externa portuguesa, que permitiu a entrada de ideias reformistas, além do papel modernizador dos castiços. Há, assim, apenas um mapear as origens intelectuais e culturais das reformas pombalinas sem se preocupar com a singularidade de pensamento de cada estrangeirado ou com a questão conceitual em si.⁸³

O trabalho de Nelson de Campos de Ramos Junior, autor da mais recente dissertação defendida sobre Ribeiro Sanches, tem o objetivo de compreender a trajetória de Ribeiro Sanches e sua legitimação no complexo campo de formação das ciências do século XVIII, demonstrando como as primeiras impressões acerca de Ribeiro Sanches já o cunhavam a partir de um lugar e inserção social no mundo das ciências, ou como um homem que respondia aos interesses de um novo lugar social.⁸⁴

1.3 Formação da Rede de Contatos

Na ponta final dos seus argumentos, Sanches enfatiza que a utilidade pública é o que mais interessa a todos da sociedade. Após sua partida de Portugal, Sanches concluíra sua formação em Salamanca em 1724, partindo ao estrangeiro em 1726. Residiu e ampliou sua rede de contatos em Gênova, Pisa, Montpellier, Londres, Bordeaux, Paris, Marselha, Lyon e Leiden. Foi nesta cidade dos países baixos que Sanches teve o encontro decisivo de sua vida, com o seu professor Boerhaave⁸⁵. A importância do médico holandês para Sanches é elementar para caracterizar o seu crescimento intelectual,

⁸³ A questão é levantada por: RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *op. cit.* 2013

⁸⁴ RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *op. cit.* 2013

⁸⁵ MACHADO, Fernando. *op. cit.*, p. 71

... ou porque V.M. o venera tanto, ou porque tive a fortuna de ser seu discípulo por dois anos, ou por ele ser a causa do bem que tiver por sua recomendação em Rússia, eu não creio que em muitos séculos passados houve gênio mais superior, mais infatigável no trabalho de História Natural, Química, e Matemática, da Medicina, e em toda a sorte de estudo da natureza, das Leis, e dos Costumes da sociedade: Nunca ouvi homem eloquente mais que a ele; bela presença; agrado e afabilidade, que atraia o ânimo ainda daqueles que não compreendiam o que ensinava: tudo abraçou aquele vasto, e compreensível engenho; tão bem sabia as humanidades Gregas, Romanas, como as das línguas da Europa: sabia o Hebraico, e o Árabe, e o melhor que está escrito nestas línguas⁸⁶

É mais do que evidente o afeto, a admiração, a veneração e o respeito de Sanches por Boerhaave. É dele que advém em Sanches toda sua fortuna crítica, é dessa experiência em Leiden que Sanches olhará com tanto desgosto para aquilo que aprendeu em Coimbra e depois em Salamanca, segundo seu próprio relato: “... em dois anos que estive Leiden, já de 30 anos aprendi mais com dois professores Boerhaave e Albinus do que aprendi depois de 20 anos.”⁸⁷ E prossegue “...eles não só me ensinam a medicina mas também aquele método de saber pensar, e discorrer, e escrever Latim”⁸⁸. Sanches defende o método, a pedagogia geral, como ruptura e mudança geral das ciências em Portugal. Por isso se dá sua abrangência de aplicação, por isso é possível a generalização a tantos assuntos em apontamentos porque Sanches tinha em mente que o método a ser empregado, aquele do saber pensar e ler, seria necessário para a correção dos vícios e dos erros portugueses.

Dessa forma, a pedagogia ou a arte de aprender em Sanches tem um valor único, é só dela que ele se vale para mudar o modo de ser, de agir e de pensar: a capacidade de usar a própria razão em todas as ações da vida. Essa será sua finalidade pedagógica primordial. São as novas metodologias, vinculadas à secularização, que Sanches dará à educação a

⁸⁶ *Ibidem*. p. 70

⁸⁷ *Ibidem*. p.. 72

⁸⁸ *Idem*

possibilidade de ser pensada dentro da própria essência constitutiva da nação e, conseqüentemente, organizada para as necessidades da própria nação.⁸⁹ É nesse aspecto que Sanches escreverá em suas *Cartas para a educação da mocidade*, organizando o sistema escolar vigente; dá às escolas intermédias uma função de propedêutica metodológica às escolas maiores.⁹⁰

Será nesse âmbito que toda a educação estará voltada para a finalidade da utilidade pública, organizada pelo método da imitação. Ei-lo que seja um objetivo comum às Luzes. Segundo Fernando Machado⁹¹, o artigo de Dumarsais para a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert volta-se para a educação como finalidade para a utilidade pública e Ribeiro Sanches até o antecipa nesse objetivo. A prioridade de toda educação é a sua utilidade. Rousseau também corrobora com essa nova visão acerca da educação em seu Emílio, mesmo apresentando propostas bem distintas dos seus correligionários.⁹²

E para essa finalidade que Sanches construíra toda sua crítica à educação vigente em Portugal, traçará em linhas gerais a falta de compromisso da educação, então controlada pelos eclesiásticos, para com o Estado. Em 1771, no seu inacabado escrito *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, ele enfatiza e eleva sua crítica a subserviência do rei português no âmbito da educação para com a Igreja. É nesse escrito que está sua máxima contra Portugal, que ele denominava *cadaveroso reino*. É por esse aspecto que Sanches edifica em seus escritos todo um novo sistema educacional a ser construído e empreendido.

De sua estadia na Rússia datam os primeiros contatos de Sanches com D. Luís da Cunha, diplomata português. Segundo Ricardo Freitas,

⁸⁹MACHADO, Fernando. *op. cit.*, p. 46

⁹⁰*Idem*

⁹¹*Ibidem*

⁹²*Ibidem*. p.47

O contato entre os intelectuais teria iniciado durante a visita de Cunha à Universidade de Leyden com objetivo de atender a um pedido do Cardeal Mota, um dos ministros da Corte portuguesa, para que o diplomata compusesse “um catálogo dos melhores autores que escreveram assim da filosofia como da medicina moderna, ajuntando-se os de que necessita para praticar o que eles ensinam.” O documento deveria atender a um primeiro esforço de reforma do ensino médico na Universidade de Coimbra e, após consultas aos professores da universidade holandesa, Cunha enviou para Lisboa dois catálogos de medicina e filosofia, com nomes de vários intelectuais que deveriam ser adotados em Coimbra, dentre eles, Sydenham, Newton e Boerhaave.⁹³

A relação de Sanches com D. Luís da Cunha foi de grande importância, pois é graças ao apoio e proteção do diplomata que o nosso autor teve condições de fazer circular seus escritos em Portugal. Os laços com o embaixador permitiram a Sanches um intercâmbio regular com os elementos próximos da corte de Lisboa e possibilitou a divulgação em Portugal de suas propostas de reformas. Após 1746, Ribeiro Sanches trocou diversas correspondências com o clérigo Luís Antônio Verney, autor do Verdadeiro método de estudar (1746). Com o médico Jacob de Castro Sarmiento, tradutor do Novo Organon, também estabeleceu um amplo diálogo epistolar, tendo por objeto a troca de ideias sobre o progresso das ciências e as atividades da Sociedade Real de Londres e da Academia Real de Paris.⁹⁴

Foi também D. Luís da Cunha quem conseguiu os documentos necessários para o exílio no estrangeiro, em 1731. O nobre é responsável por dar a Sanches as primeiras oportunidades em escrever sobre os “métodos de estudar”, assunto que posteriormente seria constante na obra de Ribeiro Sanches.

⁹³ FREITAS, Ricardo Cabral de. *O físico e o moral na dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Ribeiro Sanches (1699-1783)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011, p. 61

⁹⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches. *Revista de História e teoria das idéias*. Revoltas e revolução, Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, p. 377-395, 1984.

D. Luís da Cunha foi um dos primeiros homens de Portugal, a serviço Real, a expor claramente necessidades de reformas educacionais e uma redução significativa da igreja sobre os assuntos do Estado real. Porém, ao mesmo tempo, o diplomata visava em última instância a conservação do Estado absolutista. Para Joaquim Romero Magalhães, D. Luís da Cunha não era apenas agente do governo português. Fora de suas ações diplomáticas, praticou ações que visavam o enriquecimento logístico ao arranjar mapas na tentativa de atualização geográfica dos domínios ultramarinos, pois isso seria indispensável para a defesa e conservação do Estado luso.⁹⁵

Segundo Magalhães, foi D. Luís da Cunha quem primeiro observou a necessidade de mudança da Corte portuguesa para o Brasil, necessidade que pôde ter duas finalidades: buscar a conservação do Estado ao afastá-los dos perigos de invasões e guerras; ou conservá-lo politicamente ao afastar-se dos grandes centros de pensamento. A única certeza é a vontade de D. Luís da Cunha em manter Portugal como um Estado rico e explorador das riquezas brasileiras. Escreve Magalhães:

A dificuldade em aumentar essa imensa riqueza consistia na falta de homens para as "novas empresas, e não convém despovoarmos Portugal para povoar o Brasil". Para o Brasil convinha que fossem colonos, mas para trabalhos agrícolas, não para as minas. Havia, em qualquer caso, que restringir a emigração. Também estrangeiros deveriam ser autorizados a ir para lá, embora devidamente vigiados e transportados "nas nossas frotas". A grande questão da cobrança dos quintos também merece ser apreciada nesta visão global do Reino e do império. O diplomata toma partido contra o pagamento do imposto pela capitação dos escravos que Alexandre de Gusmão gizara e impusera.⁹⁶

⁹⁵MAGALHAES, Joaquim Romero. *O projecto de D. Luís da Cunha para o império português*. In: Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 653-659

⁹⁶*Ibidem*. p. 658

Na Rússia, segundo Freitas, foram feitos os primeiros “contatos com os membros da missão jesuítica portuguesa na China, com destaque a Polycarpo de Souza, André Pereira, e Domingos Pinheiro. Sanches obteve desses contatos “plantas orientais e conhecimentos de suas aplicações medicinais, além de livros de medicina e astronomia” e os inseriu nas relações em torno da Academia de Ciências de São Petersburgo, esta que se interessava na época em estabelecer contatos com os jesuítas de Pequim. Nesse interim, Sanches faz uso de sua rede de contatos ao oferecer a esses correspondentes jesuítas instrumentos científicos de seu contato na Inglaterra, Jacob de Castro Sarmiento.⁹⁷

Podemos notar que, na Rússia, sua rede contatos se amplia consideravelmente. Graças ao seu prestígio frente à corte de Anna Ivanovna, a rede de contatos de Ribeiro Sanches se fortalece. Nesse período, apesar da condição financeira delicada da Academia de Ciências de São Petersburgo, Sanches conseguiu aumentar os salários de Gerhard Friedrich Müller e Johann Georg Gmelin. Porém, esse prestígio de Sanches sofre abalos quando da morte da imperatriz: a instabilidade política que se instaurou fez com que Sanches fosse “envolvido num clima político tenso devido à sua fidelidade à imperatriz falecida.”⁹⁸ Apesar desses abalos, Sanches continuou a ser recomendado como médico dos nobres, rendendo-lhe, em 1744, o cargo de Conselheiro de Estado.⁵⁹ A boa impressão deixada aos russos fez com que Sanches mantivesse ligações com vários nobres, mesmo após sua partida para a França.⁹⁹

Não nos resta dúvidas de que independente do lugar de onde fala, Ribeiro Sanches era parte da grande rede de difusão de saberes que integraliza a Europa naquele período. Em Paris, temos a intensificação dessa rede quando Sanches se insere dentro do fecundo meio

⁹⁷FREITAS, Ricardo Cabral de. *op. cit.*, p. 63

⁹⁸*Ibidem.* p. 61.

⁹⁹Confirma-se essa hipótese quando encontramos nos escritos de Ribeiro Sanches uma carta, de caráter instrutivo, de 1766 (quase vinte anos após deixar a Rússia), a um nobre sobre a educação de seu filho, um jovem fidalgo. SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Plano de Educação da Fidalguia. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.*

filosófico francês. Para além de questões médicas, Sanches tem interesses voltados mais intensamente para as áreas da educação, pedagogia, sociedade e política.¹⁰⁰ Ali, o letrado estabelece relações com Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alembert, diretores da *Encyclopédie Raisonné des Sciences, des Arts & Métiers*. Sanches publicou, no XVIIº volume da enciclopédia, sobre doenças venéreas, seus sintomas e causas.¹⁰¹

Dessa feita, Sanches está integrado à rede dos intelectuais franceses. Em Portugal, na década de 1750, com a ascensão do consulado pombalino, com os contatos com Lisboa, Sanches passa a ser procurado para dar posicionamentos sobre as reformas de Pombal. É lícito afirmar que, sem a rede de contatos, Sanches provavelmente não teria sido tão frequentemente consultado. Sabemos que somente após essa ascensão do consulado pombalino os intercâmbios com os outros estrangeirados foram potencializados.¹⁰²

Para além dessas redes de difusão dentro da Europa, que vai da Rússia a Portugal, Ribeiro Sanches também trocou correspondências com outros pensadores alhures. O nosso autor também se interessava pelas questões entre Portugal e Brasil. Para discorrermos mais sobre esse tema, seguirei os passos de Vera Regina Beltrão Marques¹⁰³, que traça as trocas de correspondências entre Ribeiro Sanches e José Henriques Ferreira e Manuel Joaquim Henriques Pereira, membros da Academia de Ciências de Lisboa. Segundo Regina Marques, Ribeiro Sanches foi um dos principais inspiradores para a fundação dessa Academia, o que, para a nossa discussão, pode revelar que seus escritos não eram vãos.

1.4—No contexto das reformas pombalinas

¹⁰⁰ FREITAS, Ricardo Cabral de. *op. cit.*, p. 65.

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2005, n. 25, p. 39-57.

De todo modo, essa historiografia coaduna a produção intelectual de Sanches à Ilustração em Portugal. Um de seus marcos são as reformas pombalinas, que se articulam a um conjunto mais abrangente de tentativas de reestruturar e reformular a sociedade portuguesa. O reformismo ilustrado português tem seus princípios vinculados já a partir dos governos de D. José I (1750-1777), D. Maria I (1777-1816) e por D. João VI (1816-1826). Nesse momento, no que diz respeito à educação, o empreendimento das reformas possuía um caráter de vanguarda.¹⁰⁴ É no governo de D. José I, que indica o seu mais conhecido ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras, desde 1759 e, Marquês de Pombal, desde 1770). É a ele, mas não só, que se deve o caráter vanguardista das reformas.

É no período pombalino (1750-1777) que percebemos as ações políticas respaldarem-se no esforço de reestruturar os aparatos estatais, ao dar-lhes mais força na atuação sobre o social e o político. Áreas como justiça, economia, educação, estatuto nobiliárquico e eclesiástico dentro do Estado foram atingidas pelas reformas pombalinas.¹⁰⁵

O Marquês de Pombal vivera vários anos no estrangeiro e convivera com “comunidade de expatriados [*estrangeirados*] portugueses.”¹⁰⁶ Conheceu suas angústias, o ressentimento do desterro. Mas não foram somente os exilados que fincaram as ideias das reformas,

as preocupações de Pombal também refletiam as de uma geração de funcionários públicos e diplomatas portugueses que haviam meditado muito sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas”.¹⁰⁷

Como veremos mais adiante no texto de Ribeiro Sanches, há um crescimento do poder do Estado frente à sociedade. Indo do mais geral aspecto como o controle da economia, ao

¹⁰⁴ VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. As reformas ilustradas e a instrução no mundo luso-brasileiro (1759-1807) In: LUZ, G. A; ABREU, J. N; NASCIMENTO, M. R do (orgs). *Ordem Crítica: A América portuguesa nas “fronteiras” do século XVIII*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013, p. 33

¹⁰⁵ *Ibidem*. p.35

¹⁰⁶ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p. 10

¹⁰⁷ *Idem*.

mais singelo deles: pretendendo fiscalizar seus passos até a escola para que se evite conversas desnecessárias e possíveis desvios de caráter¹⁰⁸. O poder do Estado também se expande para outros lugares de poder atuantes no Reino, como a Igreja e a nobiliarquia¹⁰⁹

A secularização e o regalismo neste momento não são atitudes de enfrentamento à Igreja, não possuem a intenção de exclusão de suas práticas ou mesmo de sua atuação no interior do Império. Elas são respostas do Estado aos atos políticos da Igreja em Portugal, às ações e às sanções que o poder religioso exercia dentro do Império Português e dizem principalmente à interferência dos jesuítas na sociedade.¹¹⁰

Nesse período de efervescência da razão fez com que a religião não seja mais o alicerce fundamental da vida social e política. A religião passa a ser um argumento moral para a conservação do Estado e seus súditos. Em detrimento da secularização, a laicidade supõe, segundo Catroga, “a institucionalização da diferença entre o espiritual e o temporal, o Estado e a sociedade civil, o indivíduo e o cidadão”¹¹¹ Em Portugal, a separação entre indivíduo e cidadão não é tão nítida. Os reformadores tinham antes um interesse de colocar cada instituição em seu lugar, mas mantinham a parte do “cidadão” (detentores de direitos e deveres, do livre pensamento) relegado ao foro íntimo.

Podemos dizer que são parte de uma tentativa do Império em reorganizar e delimitar os espaços das forças atuantes no reino português. A importância da reestruturação dos poderes exercidos pelo Estado e pela Igreja está no fato de o poder temporal querer se sobrepor ao religioso, mormente no âmbito pedagógico, em firmar a supremacia do poder real.¹¹²

¹⁰⁸ Ribeiro Sanches discorrerá sobre essa questão como se pode ler na página 55

¹⁰⁹ *Ibidem.* p. 35

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 273

¹¹² *Ibidem.* p.35

Desde o século XVI, a Companhia de Jesus era uma das principais instituições religiosas responsáveis pelo ensino público português, deslocado então da Universidade de Coimbra para as ordens religiosas. Foram dois séculos de domínio do método educacional dos jesuítas. O ensino conduzido pelas instituições religiosas priorizava a educação teológica do súdito em detrimento a outros conhecimentos. As demais ciências não possuíam a mesma importância, para os jesuítas, que aquela dada pelo Iluminismo. O que não implica inferirmos que os jesuítas não tivessem conhecimento da revolução científica em andamento na Europa de então, ao contrário, conheciam as ideias e as novas metodologias (como o método experimental nas ciências da natureza) propostas por Copérnico, Kepler, Bacon, Descartes, Galileu, Gassendi e Newton.¹¹³ A diferença era que as obras da revolução científica tinham uso restrito dentro das ordens religiosas, com acessos somente a alguns membros da igreja, e não aos alunos.

Para citar um caso na colônia, na Capitania de Minas Gerais, e também a dimensão das reformas, para onde elas levaram a educação que quase inexistiam aqui, Thaís Nívia de Lima e Fonseca¹¹⁴ sublinha que

até que fossem implantadas as reformas na educação durante a administração do Marquês de Pombal, no governo de Dom José I, foi pouco visível a institucionalização da instrução elementar, na Capitania [de Minas Gerais], já que não houve aqui a presença dos estabelecimentos educacionais jesuítas ou de qualquer ordem religiosa. Mesmo considerando as determinações constantes nas Ordenações do Reino, as ações no sentido de promover o ensino das primeiras letras ou o ensino secundário estavam, em geral, restritas aos particulares. A partir das reformas pombalinas e principalmente depois da criação das aulas régias, tornaram-se mais frequentes as referências a esse tipo de educação na documentação administrativa. Foram

¹¹³*Ibidem*. p. 36

¹¹⁴FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Discurso político e práticas educativas no Brasil do século XVIII*. 2006. Disponível em: <www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/331ThaisNiviaLimaFonseca.pdf>. p. 3702-3711. Acesso em: 14 jan. 2015

recorrentes os ofícios enviados pelas Câmaras das vilas mineiras ao rei, solicitando a instalação de aulas, associando a necessidade da educação como instrumento de civilização, o que significa reforçar a formação moral, cívica e religiosa da população.¹¹⁵

As reformas de Pombal são as responsáveis por trazer de volta a educação ao controle do Estado. É com ele que vemos uma tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os males e vícios do então precário Reino Português. Motivos suficientes para condenar os jesuítas pela decadência cultural e educacional. É válido lembrar que o antijesuitismo não era uma exclusividade de Portugal, mas estava presente em vários outros países. Os jesuítas são vistos como bode expiatório e o obstáculo a ser superado para a implantação da nova filosofia iluminista, do uso da Razão, e de integralização de toda Europa como centro e margem da história universal.

Para o historiador L. H. de Carvalho,

[...] o tão celebrado ódio do Marquês de Pombal à Companhia de Jesus não decorreu dos prejuízos opiniáticos de uma posição sistemática previamente traçada. Fatores vários e complexos, de ordem social, política e ideológica, influíram decisivamente na evolução de uma questão que ainda hoje apaixona e obnubila a visão dos espíritos mais esclarecidos. Na brevidade desta forma de ideal político nacional – a conservação da união cristã e da sociedade civil – se condensa toda uma filosofia com objetivos claramente definidos, responsável, aliás, de certa forma, tanto pelas virtudes quanto pelos vícios do despotismo imperante.¹¹⁶

As reformas da educação portuguesa no século XVIII não são exclusividades das iniciativas de Pombal. Havia uma intensa disputa pela preeminência educativa entre ordens religiosas e sociedades de clérigos. Por exemplo: a sociedade de clérigos, Congregação do

¹¹⁵*Ibidem.* p. 3709

¹¹⁶ CARVALHO, L. R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

Oratório, recorria a filosofias modernas para criticar o aristotelismo, acolhendo as ideias de Descartes. As práticas pedagógicas da Congregação do Oratório também estavam vinculadas a outras formas de circulação dos conhecimentos científicos, fora do âmbito escolar. Era comum entre os oratórios a criação de pequenos grupos para discutir os temas da ciência mais atual, realizando inclusive experimentos.¹¹⁷

É nesse universo de querelas e contradições que se insere as reformas pombalinas. Destaca-se aqui a figura de Ribeiro Sanches como crítico e responsável pelos apontamentos que influíram diretamente as diretrizes de das reformas de Pombal. Em um quadro em que a educação estava mais caracterizada pela formação de fieis do que de súditos úteis ao Estado, Sanches assume uma posição de destaque ao criticar essa condição de submissão do Império luso à ordens e congregações religiosas. É neste momento que assistimos uma vasta publicação de textos que apontavam a necessidade de reformas educacionais em todos os níveis, da juventude ao ensino nas universidades. Segundo Maxwell:

A reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformada.

Também para o historiador Laerte Ramos de Carvalho, o sentido da secularização nas reformas de Pombal teve seu objetivo

[...]superior [em] criar [um]a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensão do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar uma escola

¹¹⁷VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. *op. cit.* p. 37

que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.¹¹⁸

Como podemos inferir, a questão primeira era tornar os súditos do rei em homens úteis ao Estado. Em Sanches, essa educação voltada para os fins de ser útil ao Estado não se confunde com a criação de súditos com o conhecimento puramente técnico. “Produzir um novo corpo de funcionários *ilustrados*” (grifo nosso) tem que ver o fim em última instância com uma premissa que está acima da necessidade do Estado. O termo “ilustrado” que destacamos representa o conhecimento esclarecido e adquirido por meio daquele método (pautado nas ciências naturais de observação e experimento).

Para Rogério Fernandes, há ressonância das ideias de Sanches nas prerrogativas reformadoras de Pombal. As ideias do médico-beirão possuem correlações com as medidas para organização do sistema escolar, por exemplo, na

fundação do Real Colégio dos Nobres(1761), cuja abertura se efetua em 1766, e da Real Escola Náutica do Porto (1762); criação da Real Mesa Censória (1768), organismo que passa a superintender na atividade do Diretor dos Estudos;criação da Junta de Providência Literária (1770)¹¹⁹

Essas ressonâncias não devem ser entendidas como influenciadoras ou mesmo inspiradoras das reformas feitas por Pombal. Elas são, antes disso, produtos de um período. Frutos de ações particulares ou coletivas que podem ou não encontrar confluências. David Willemse tem a impressão que “Portugal do século XVIII não soube apreciar os serviços, a experiência e o talento desse homem notável, bem como o governo português lhe tenha

¹¹⁸ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo:Saraiva/EDUSP, 1978, p. 139

¹¹⁹FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992, p. 85

concedido, na velhice, uma pensão anual de duas mil libras.”¹²⁰ A correlação entre Pombal e Sanches deve ser feita de forma cuidadosa para que se evite o determinismo ou se que anule um pensador em detrimento do outro. Sanches, exilado, foi responsável para mostrar historicamente a fragilidade do Reino português.

¹²⁰ David Willemse. *António Nunes Ribeiro Sanches - Élève de Boerhaave et son importance pour la Russie*. Suplemento da Revista Janus, vol VI. Leiden: E. J. Brill, 1966, p. 41 (Tradução de Nelson Ramos Junior)

Capítulo 2

2.1 Ilustrações e a opinião pública

Os anos que transcorreram os setecentos foram singulares na história moderna por apresentarem uma nova condição do pensamento sobre o mundo e as coisas que nele e fora dele existem. Não é ilícito alegar que os setecentos, conhecido como Século das Luzes, são o século da opinião, seja ela pública ou privada. Nunca até então se escreveu tanto (libelos, apontamentos, críticas de diversos tipos, considerações, tratados, breviários, diários, correspondências) partindo de um princípio da atitude pessoal, ou do ato de escrever sobre qualquer coisa: opinar. A opinião no Iluminismo assume deveras uma posição de legitimação da própria condição crítica assumida pelas luzes.

Dentro desse universo da opinião, encontramos Antônio Nunes Ribeiro Sanches, português, médico, letrado, opinador. Em 1777, Sanches foi agraciado com um brasão encomendado pela Academia de Ciências de São Petersburgo em que se lê: *Nec sibi, sed totigenitum se credere mundo*.¹²¹ Com uma vasta rede de contatos que ia de Pequim ao Brasil, Sanches manteve-se – e fez questão de que mantivessem também os seus correspondentes – atento ao novo e ao moderno no mundo europeu.

Em sua vida de mais de oitenta anos não publicou nenhuma obra, porém teve clara consciência de que, mesmo sem efeito, poderia fazer surgir uma nova condição da estagnação portuguesa de então por intermédio dos seus impressos e correspondências, isto é, por meio de sua rede de contatos. Sanches era, antes de tudo, um divulgador das ideias que surgiam em vários centros importantes da Europa.

¹²¹ O verso em questão faz parte de um poema de Lucano, poeta romano, a Catão. Em tradução livre: “conscientizar-se de que não veio ao mundo só para si mas para todo o mundo.”

Ribeiro Sanches foi um dos letrados que assumiram um posicionamento crítico em relação à tradição aristotélico-tomista vigente em Portugal. Suas obras, principalmente as que versavam sobre ciências, situam a sociedade portuguesa como um “Reino cadaveroso”. Para analisarmos o escopo das ideias desse autor, temos que ter em mente que esse se insere no contexto da Ilustração. Há uma gama de obras que se debruçam sobre o Iluminismo. Optaremos pela discussão historiográfica das obras de Reinhart Koselleck e Gertrude Himmelfarb.

Reinhart Koselleck propõe que o Iluminismo deve ser vislumbrado como um desenvolvimento do Absolutismo, o momento em que o foro interior do homem se deixa mostrar; a razão é guia, e o racionalismo o apanágio do “século das luzes”. A obra desse autor tem por novidade apontar a ascensão de um domínio público, além da discussão aprofundada do movimento das ideias políticas. O livro oferece margem para a abertura de um campo de debates interessante quando nos remete a sua visão do iluminismo e também sobre a metodologia de análise das fontes.

O movimento Iluminista, segundo Koselleck, é um desdobramento do Absolutismo, “no início como sua consequência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou sua decadência.” Como desdobramento desse estado de coisas, o Iluminismo seria, como já dissemos, interno: por intentar essa razão, que só ao soberano servia; externo: pois, ao ter domínio dessa razão, os homens da Ilustração a expuseram em forma de crítica ao Estado que assenhorava-se inteiramente dessa razão. Há, nesse momento, o surgimento da opinião pública a açambarcar-se da razão e a partir dela tecer críticas à sociedade, ao Estado, às artes, aos textos, uma crítica moral, primeiramente; uma crítica política velada. A razão moldará, de fato, o Estado visado pelos ilustrados.

Entretanto, de acordo com Koselleck, o Absolutismo conscientemente engendrou uma dualidade entre moral e política ao pôr fim às guerras civis. No Absolutismo há uma mudança

temporal no que concerne às leis. Segundo Koselleck, Hobbes descreve que não há mais necessidade dos súditos buscarem na atemporalidade de Deus a causa primeira das leis, mas numa questão temporal, isto é, no próprio Estado Absolutista, detentor da razão. Como consequência dessa mudança, Koselleck destaca que:

o homem é partido em dois. Hobbes o divide em uma metade privada e outra pública: os atos e as ações são submetidos, sem exceção, à lei de Estado, mas a convicção é livre, ‘in secretfree’. Daí em diante será possível ao indivíduo refugiar-se em sua convicção sem ser responsável.¹²²

Como desdobramento dessa divisão, temos a ascensão da opinião privada, que permanecia apenas como opinião privada, sem possibilidade de ser exteriorizada. Destarte, o homem como cidadão só existe no foro interior e em segredo.

Nessa perspectiva, a opinião pública é ponto máximo do Iluminismo no que condiz ao uso da razão. A tese de Koselleck, em suas próprias palavras, é a seguinte: “o processo crítico do Iluminismo conjurou a crise na medida em que o sentido político dessa crise permaneceu encoberto.” Nesse sentido, o processo crítico é a exaltação do foro interior do súdito, que exerce sua função política e cidadã nesse processo de crítica ao Estado.

Dessa forma, o Iluminismo é um estado preparatório para uma crise geral do sistema absolutista, pois triunfa na expansão do foro privado ao domínio público. Nessa leitura, temos então um estado anterior ao domínio público da razão, que seria o domínio privado. O foro interior era exercido ali. Um ponto a ser exaltado se refere que dentro do domínio privado da razão não há uma hierarquização, o que confere um primeiro ponto para percebermos a organização pública da razão crítica.

¹²²KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 114.

Na perspectiva de Roger Chartier, a esfera pública se manifesta como um ato politicamente crítico e sociologicamente burguês:

Politicamente essa esfera definia um espaço para discussão e intercâmbio distante do controle do Estado (isto é, da “esfera da ‘autoridade pública’” ou ‘poder público’) e crítica dos atos ou do fundamento do poder estatal. Sociologicamente era distinta da corte, que pertencia ao domínio do poder público, e do povo, que não tinha acesso ao debate crítico.¹²³

Indiferente à organização vertical da sociedade, a opinião política pública exercia a crítica partindo de um pressuposto horizontal, de igualdade. Dessa forma, o súdito se encontrava incluso nas questões do Estado, mas o cidadão estava fora. É essa exclusão que fez o povo sentir a necessidade de representação pública. Chartier esclarece que o Iluminismo, calcado no uso público da razão, no usufruto político desta, faz uso da opinião pública, na sustentação pública das vontades particulares: “a opinião pública, estabelecida como autoridade soberana e árbitro final, era necessariamente estável, unificada e fundamentada na razão.”

Se voltarmos a Immanuel Kant em sua leitura do uso público da razão, encontraremos a necessidade da universalidade igualitária do pensamento; É nesse sentido em que o iluminismo começa com o uso público da razão. O “privado” não é a vontade do sujeito subjetivo ou objetivo dentro dos laços com a comunidade, é “a própria ordem institucional-comum da identificação particular do sujeito”; em contrapartida, o “público” é “é a universalidade transnacional do exercício da razão do sujeito.”¹²⁴

Os conceitos de “público” e “privado” são duplos, revelando um caráter da vontade privada ou pública ao mesmo tempo em que essa vontade transcende a caracterização espacial

¹²³Cf. CHARTIER, Roger. *A esfera pública e a opinião pública*. In: _____. As origens culturais da Revolução Francesa. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p, 49.

¹²⁴ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo. 2012, s/p

do sujeito. A duplicidade reside na afirmação-negação do conceito “ousar”, como já adiantamos mais acima; não é apenas “pense!”, há um “obedeça” elementar na ação de pensar. O uso público da razão não tem um caráter sinteticamente revolucionário: “Não deixe que pensem por você, aja! Pense!”. Em Kant há o “Pense e obedeça!”: penso publicamente (no meu uso livre da razão) e obedeço em particular (como parte da relação hierárquica do poder monárquico). Em Sanches, pensar livremente não o legitima fazer nada em termos revolucionários, o próprio ilustrado procura “melhorar” este sistema de “pense e obedeça” com a finalidade da utilidade pública. O máximo a que Sanches leva seus apontamentos é na direção de perceber as fraquezas do Estado português e apontar reformas possíveis para eliminar tais condições e também para gerir um novo sistema em que o Estado seja obedecido.

Assim, é central atentarmo-nos ao conceito de crítica. Este tratado aqui remete a “crítica prática”, isto é, àquela feita pela observância crítica do Estado absolutista, da Igreja, ou seja, das ordens seculares, centralizadoras do poder e do arcaísmo visando sua reforma. Os Iluministas e simpatizantes das ideias de progresso e razão “entendiam-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo.” A crítica é, dessa forma, a “arma” política usada num campo público, sustentada pela necessidade “auto evidente” de exteriorizar aquilo que outrora cabia ao escopo privado, à maçonaria, ao segredo. O conceito de crítica é a própria conexão entre os mundos dualistas vigentes. É com o movimento iluminista que a crítica deixa de ser simplesmente uma “interrogação sobre a autenticidade, a beleza e correção de um fato”, estende-se aos homens. A crítica era o uso constante da razão numa criação contínua de prós e contras.

Ademais, faz-se mister ressaltar que tais críticas não visavam somente a incitar os homens a pegarem em armas e, por meio de uma revolução, darem cabo ao Estado absolutista. Muito pelo contrário, como se lê em Koselleck, a crítica ao Estado velava as

verdadeiras intenções dos Reformistas. Essa perspectiva crítica é, conforme buscaremos discutir ao longo deste trabalho, observável nos escritos de Sanches.

2.2 Do caráter reformista do pensamento de Ribeiro Sanches

Para adentrar nos aspectos acima *Cartas para a educação da mocidade* oferece um rol de argumentos. O texto, datado de 1759, se insere em uma longa tradição de textos com intuítos pedagógicos publicados a partir do século XVI na Europa e também em Portugal. Mas, ao contrário dos textos escritos sob influência da escolástica e do cristianismo, as *Cartas* são parte de um processo de secularização dos métodos pedagógicos, aproximando-se do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís Antônio Verney.¹²⁵

Ao longo do texto, Ribeiro Sanches faz apontamentos bastante específicos sobre a educação então vigente em Portugal. No texto o primeiro e mais geral objetivo é dar ao Estado Civil a primazia de todas as ações referentes aos súditos, “que a conservação do Estado Civil é a primeira e a principal lei”. Em seguida, os súditos são chamados a participar na manutenção do Estado em que “cada súdito está obrigado a obrar com outros como ele quisera que obrassem com ele,” O Estado Civil acima de todos, coordenando e gerenciando. Nas mãos do Soberano está o poder de fazer os súditos realizarem suas ações exteriores, “ficou à sua disposição regrá-las por leis, prevenir que se não cometesse insulto que alterasse ou corrompesse a união e harmonia que deve Reinar no Estado Civil; ficou no seu poder castigá-las como achasse conveniente para a sua conservação”¹²⁶ O Soberano é responsável por manter a harmonia do Estado e a igualdade entre os súditos. A estes são direitos: primeiro,

¹²⁵ Para esses comentários ver: VENANCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. Apresentação In: GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* [1685]. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.XV

¹²⁶ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade* [1760]. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922, p. 22

“a Propriedade dos seus bens, com obrigação tácita ou declarada, que parte da sua renda seria para sustentar o Estado”; e também,

aquela liberdade interior de querer, não querer, amar, aborrecer, julgar, ou não julgar, ver, ou não ver: que são as acções interiores que passam dentro de nós, e que se não mostram por acções exteriores, que todo o mundo possa observar visivelmente.¹²⁷

Koselleck observa que “para o homem como homem, a convicção ou a própria consciência, permanece o último critério da moral”, e continua, assim como o é para Sanches, dizendo que “resta apenas esperar que a convicção também se oriente pela necessidade política.”¹²⁸

Nas ações dos súditos, é permitida a liberdade interior, mas não a liberdade da ação desse pensamento exterior. O Estado tem, portanto, o direito de controlar toda as ações exteriores dos súditos. O contrato firmado entre Estado e súdito é “pense, mas obedeça”. Em Hobbes, podemos ler “nenhuma lei humana tenciona forçar a consciência moral do homem, mas apenas seus atos”¹²⁹, e segue, no *Leviatã*, “o privado é o livre em sigilo.”¹³⁰ Tudo deve estar submetido à lei de Estado, mas a convicção é livre.

Organizado assim por Ribeiro Sanches, o Estado reveste-se de uma atitude moral cara ao absolutismo. O Estado tem em si moralidade primeira, que pela imitação descenderá até o mais pobre dos súditos. Portanto, “todas as ações que não forem úteis em si, e ao Estado, e ao mesmo tempo que não forem descentes, são viciosas, destruidoras da conservação do própria,

¹²⁷*Idem*

¹²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 37

¹²⁹ HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política: tratado da natureza humana, tratado do corpo político*. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002, p. 3

¹³⁰ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 3.

e por consequência da vida civil”.¹³¹ Revemos, então, a atitude dupla de Ribeiro Sanches sobre o uso público da razão. O “pense e obedeça!” possui uma finalidade ímpar: conservar o Estado civil. Todas as leis decretadas pelo legislador, todos os afazeres dos súditos, sejam nos comércios ou nas indústrias particulares, devem ter a utilidade como objetivo, pois estão todos eles enlaçados a um mesmo vínculo, a alma da vida civil. Assim sendo,

é do jus da Majestade fomentar e promover a utilidade pública e particular, com decência; e que nenhuma requer maior atenção no ânimo do Soberano, do que a Educação da Mocidade, que deve toda empregar-se no conhecimento, e na prática das virtudes sociáveis referidas, e em todos os conhecimentos necessários para servir a sua pátria.¹³²

Para Gertrude Himmelfarb, o movimento Iluminista se apresenta de duas formas: uma vertente que intentava a manutenção do Estado monárquico e priorizava nos seus apontamentos críticos apenas a aprimorar a “virtude social”. Encontramos esse segmento na Ilustração britânica; outra corrente propõe de forma direta dizimar o Estado e construir algo novo, possuindo assim um caráter mais nitidamente revolucionário. Tal corrente percebemos na França. Assim, temos o Iluminismo britânico ético/moral em que a virtude social estava acima da razão, e o Iluminismo Francês em que a razão era a base de toda a transformação e o que moldaria também o “novo” Estado. Himmelfarb discute que, na Ilustração britânica, a razão não é o elemento determinante para o progresso, mas sim a questão do aprimoramento da virtude social. Escreve:

foi ‘virtude’, mais do que ‘razão’, que teve primazia no Iluminismo britânico; não a virtude pessoal, mas as ‘virtudes sociais’ – compaixão,

¹³¹*Idem*, p. 24

¹³²SANCHES, António Nunes Ribeiro. *op. cit.*, p. 6.

benevolência, simpatia –, que, assim como acreditavam os filósofos britânicos, natural, instintiva e habitualmente unem as pessoas.¹³³

Essa particularidade do iluminismo inglês pode ser um dos fatores essenciais para a compreensão do pensamento de Ribeiro Sanches. Residindo ali Sanches teve contato com essas novas cosmovisões de caráter mais altruísta. No Iluminismo britânico há uma pormenorizada atenção aos aspectos da vida social e às relações entre os súditos.

A virtude para os filósofos morais britânicos tinha vantagens sobre o empirismo materialista, pois era uma forma de libertação ao contribuir aos interesses próprios, aos prazeres e à evasão da dor. Segundo Himmelfarb, na Inglaterra não houve *philosophers*, mas sim filósofos morais, os quais davam demasiada atenção aos assuntos metafísicos sobre a virtude. Há, a partir de Locke, uma discussão intensa sobre as origens da virtude, sobre o inatismo e empirismo de tais virtudes, que se alongou por todo o século XVIII. Apesar das discussões, a questão do “senso moral”, isto é, a benevolência, a compaixão, a simpatia, a solidariedade, a afeição natural pelos outros, era vista por todos os filósofos britânicos como um atributo natural e universal do homem, e que tal senso moral antecedia a razão.

Assim, esse pressuposto de “senso moral” anterior à razão abre margem para interpretarmos que os ingleses não consideravam a razão capaz de fornecer incentivo à virtude ou prevalecer sobre as vontades e as paixões. Para Himmelfarb, os ingleses viam no senso moral a possibilidade de correção dos vícios particulares e, conseqüentemente, dos vícios dos súditos. A razão era vista como subversiva, “buscando um futuro ideal, que desprezava as deficiências do presente, para dizer nada do passado – e desdenhava também das crenças e práticas dos incultos e plebeus”. Por sua vez, os filósofos morais foram “muito mais reformistas”, respeitando o passado e o presente, almejando o esclarecimento. Podemos dizer também que essa explicação é o princípio elementar do pensamento conservador.

¹³³HIMMELFARB, Gertrude. *op. cit.*, 17.

Nas *Cartas para a Educação da Mocidade*, de Ribeiro Sanches, impresso no mesmo ano de publicação do alvará que proibia as aulas gratuitas dos jesuítas, podemos ler a dissertação sobre a decadência da educação sob uma perspectiva histórica. Além de apontamentos para reformular e reorganizar os súditos para que sejam úteis ao bem público e a indicação de novos métodos de controle e ensino dos nobres e súditos.

As cinquenta cópias foram distribuídas entre amigos e a alguns nobres portugueses. Composto de aproximadamente 130 laudas, o impresso pode ser dividido em três partes: o domínio da Igreja na Educação e a consequente queda e declínio do mundo romano; a manutenção desse estado de coisas e os vícios e intolerâncias causados durante o medievo; por fim, proposições acerca de um novo método para educar a mocidade com vistas à necessidade do uso da razão para uma saída da estagnação cultural.

Ribeiro Sanches analisa os decretos e as leis dos imperadores Romanos, a ascensão do cristianismo e o consequente domínio da religião sobre a educação da mocidade do Reino: “depois que os Imperadores Romanos abraçaram o Cristianismo, por várias leis, e principalmente pelas do Código ficaram debaixo da sua direcção os Costumes, e a honestidade pública.”¹³⁴ A sua maneira de escrever a história das posturas educacionais, o encontrar os germens no passado, tem todo um objetivo de mostrar o constante e longínquo declínio e subordinação do Estado à Igreja. Objetivamente, o texto tem uma implicância maior em deslegitimar a educação feita pela Igreja em Portugal ao mostrar a nocividade dos vícios e da intolerância civil ao Estado.

As regalias e as leis que favoreciam os Eclesiásticos faziam com que os súditos ligados ao clero não se vissem mais como súditos, mas algo acima deles, causando a desigualdade e a desarmonia. As leis criaram um tipo ocioso e que não tinha como finalidade

¹³⁴SANCHES, António Nunes Ribeiro. *op. cit.*, p. 10

a utilidade pública, dando margem a imitação dos súditos dessa ociosidade e dos seus vícios inerentes. Os

privilégios e imunidades foram a causa dos Costumes depravados, e por consequência da má Educação, foram os que perderam a igualdade entre os Súbditos, considerados unicamente como Súbditos de um Estado Civil; e destruída esta igualdade, já não pode haver justiça, propriedade de bens, respeito aos Magistrados, nem subordinação¹³⁵

Dito assim, há uma urgente necessidade de reformulação e de reorganização dos súditos, para que eles tornem-se outra vez subordinados, obedientes e justos. No ano de 1771, o Marquês de Pombal ao lado do Cardeal da Cunha, que então faziam parte da Junta da Providência Literária, publicaram o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Em suas primeiras linhas já se podem ler as severas críticas às ordenações da igreja, durante seus mais de duzentos anos de controle do ensino: “no tempo da invasão dos denominados jesuítas e nos estragos feitos nas sciencias e nos professores e diretores (...).”¹³⁶ Podemos destacar as palavras “invasão” e “estragos”, como se delas inferíssemos que havia uma necessidade desde a publicação das *Cartas...* de uma reconquista e de uma necessidade de remendar o Estado. E se caso os privilégios e imunidades e “desigualdades” horizontais permanecessem,

Os efeitos que causam estas prerrogativas nos ânimos dos Súbditos são perderem o hábito de exercitarem a sua obrigação nos seus cargos, contra o juramento que deram quando entraram neles: depois perdem aquela inviolável veneração que devem ter para as Ordens do seu Soberano, vício

¹³⁵*Ibidem.* p. 24

¹³⁶ COMPÊNDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771) apud BOTO, Carlota. *A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, Aug. 2010, p. 294. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso dia 15 Jan. 2015

maior que pode haver numa Monarquia, perde-se toda a ideia da igualdade, da justiça, e do bem comum, que deve existir no ânimo do mais ínfimo Súbdito. Deste modo cada Português quer ser Senhor no seu estado; repreende ao rapaz que vai cantando pela rua, porque lhe não agrada: e julga que tem autoridade para fazê-lo emudecer. Está em companhia, observa alguma acção que lhe não agrada, com a mesma fantástica autoridade o repreende e o maltrata, porque se imagina Senhor, e porque o Fidalgo faz o mesmo, e o Eclesiástico, ainda muito mais nas acções que não são da sua competência. Por estes privilégios e imunidades fica uma Nação tão dividida entre ela mesma, que vem a ser insociável; por isso sempre armada, sempre em defesa, como se os seus compatriotas fossem seus inimigos declarados.¹³⁷

Quando lemos nas *Cartas...* que cada português perde a veneração e se sente senhor de si podendo julgar a qualquer um como quiser, a seu bel prazer, automaticamente já indagamos em que lado está essa assertiva naquilo que compreendemos como Iluminismo (a ironia inerente, o sarcasmo). Parece-nos que o correto seria apoiar essa ação em nome da vontade privada, da subordinação como instrumento do uso público da razão. Ainda que o ponto central do excerto seja mostrar as consequências da desigualdade entre os súditos, salta aos nossos olhos algo subentendido: a igualdade entre os súditos está dada somente no momento em que todos, sem exceção, estão subordinados igualitariamente. Ser senhor de si para Ribeiro Sanches é ir contra o bem público, é atacar aquele laço de união entre todos, a alma do Estado Civil.

Dessa feita, reorganizar os súditos está ligado ao fator de (re)subordiná-los todos, reclassificá-los. Para tal empreendimento, é necessária uma nova reestruturação do corpo social. Dessa forma, a escravidão, por exemplo, não é um mal em si para Ribeiro Sanches, mas um mal para o Estado Civil que apreende dela a inumanidade e a desigualdade. Que se escravize, mas não nas posses do Reino português. A intolerância sobre a escravidão se

¹³⁷ *Ibidem.* p. 25

circunscreve aos limites geográficos do Reino. Os súditos que se perdem na empresa de captura, traslado e manutenção dos escravos, não compensam a ação: “a escravidão sem termo, como é a que se pratica em Portugal, é perniciosa ao Estado. Porque não recupera pelos Escravos os Súbditos que perde na conquista, na navegação e nos estabelecimentos que tem na África.”¹³⁸ Pois a perpetuação da escravidão não permite que além da instrução pela razão seja a mocidade

dotada de humanidade, daquele amor de conservar os seus semelhantes, e de promover a paz e a união da sua família, como aquela de toda a sua pátria. Mas não é possível que se introduzam estas virtudes enquanto um Senhor tiver um Negro a quem dá uma bofetada pelo menor descuido; enquanto cada menino, ou menina, rica, tiver o seu negrinho, ou negrinha.¹³⁹

A mocidade, para Ribeiro Sanches, não tem necessidade de apenas ser instruída, ela precisa de uma finalidade acima da própria razão. O que ele intenta é “propor, e persuadir mesmo que [a mocidade] seja boa, e útil à sua pátria, considerando as ciências que há-de aprender como meios, mas não por último fim.”¹⁴⁰ Com essa prerrogativa a tolerância do Estado com a liberdade de consciência da Igreja deve ser bastante peculiar, voltada para o objetivo da conservação de si. Cortar privilégios, reassumir o comando da educação da mocidade, reafirmar o poder civil sobre o religioso são ações necessárias para o usufruto de todos do bem público.

O Estado deve fazer prevalecer a harmonia entre as religiões e os súditos, segundo Ribeiro Sanches, “a diferença das Religiões não é contrária à paz, nem a concórdia, nem a caridade que deve reinar no Estado Civil bem unido e bem governado”¹⁴¹, mas o contrário, o

¹³⁸*Ibidem.* p.27

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰*Ibidem.* p.10

¹⁴¹*Ibidem.* p.24

Estado sem religião é impensável, pois o Estado Civil é antes de mais nada um acordo tácito ou declarado entre os súditos e o Rei com o testemunho divino:

os seus Soberanos não conhecem superior, mais do que a Divindade suprema, que invocaram no acto do juramento de fidelidade, que lhe prometiam os seus povos, prometendo tácita ou declaradamente, de governá-los de tal modo que fossem mais felizes do que antes eram. Daqui provém o sagrado do Estado, porque foi formado com invocação do Altíssimo como testemunha e como caução dos juramentos recíprocos. Daqui vem o supremo poder dos nossos Reis, que têm em si vinculadas todas as jurisdições do primeiro General, que pode dar juramento, levantá-lo, alistar tropas, e licenciar-las, & c. tem a jurisdição do primeiro Juiz, pode condenar a penas pecuniárias, exílio, e de vida e morte: é o primeiro Vedor da fazenda do Estado, pode cunhar moeda, fazer todas as leis que achar são necessárias para promover toda a sorte de agricultura, comércio e indústria: é o primeiro pai e conservador dos seus Estados; é o Senhor de decretar todas as leis que achar necessárias para a conservação e aumento dos seus domínios; fundando estabelecimentos para formar toda a sorte de Súbditos na Educação da mocidade, nas artes liberais e mecânicas, nas ciências necessárias no tempo da paz, e da guerra, & c.¹⁴²

Podemos inferir da passagem acima, a teoria de Sanches da origem do poder. O rei estava acima das vontades da nobreza, dos súditos e da Igreja, negando a elas serem instâncias de poder do Estado. Aos nobres, a concessão de graça real não deve presumir que haja nela algum poder político especial.¹⁴³ No que se refere à Igreja, Sanches nega a ela o papel de fundamento da sociedade, foi apenas testemunha e caução do contrato entre povos e soberanos. De seu testemunho advém o carácter sagrado daquele pacto. À Igreja também foi determinada que fizesse juramento de fidelidade. Está declarada e assumida a origem divina do poder dos Reis, por Ribeiro Sanches.

¹⁴²*Ibidem.* p. 6

¹⁴³VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. *op. cit.* p.42

Para o nosso autor, foi a quebra e a deturpação desse juramento que causou, no reino português, aquilo que ele denominou “monarquia gótica”, que

Seria uma corrupção não só dos princípios de instituição da sociedade civil como da própria Igreja cristã, cujos domínios se restringiriam às ‘consciências’ e ‘ações mentais’, cabendo-lhe ensinar o Evangelho e aplicar os sacramentos, sem, porém, imiscuir-se nas ‘ações exteriores’, campo de competência da jurisdição civil.¹⁴⁴

Podemos continuar seguindo seus passos nas *Cartas...* Colocadas todas as questões sobre o prejuízo à mocidade da Educação somente Religiosa, elucidados os vícios e as intempéries, Sanches procura então enfatizar a natureza e o objetivo da educação da mocidade portuguesa.

Sobre a educação particular, aquela dada por pai e mãe, Sanches declara veementemente que não está em sua alçada, mas educar pelo Estado “propondo a virtude, a paz e a boa-fé, por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências, como meio para adquirir estas virtudes sociais e cristãs.” Para o autor, o objetivo da educação é formar um súdito “obediente e diligente a cumprir suas obrigações e um Cristão resignado a imitar sempre, do modo que alcançamos aquelas imensas ações de bondade e misericórdia”¹⁴⁵ Não bastam mais os exemplos dos pais e dos mestres, são necessárias leis que premiem os bem criados e castiguem quem não quer ser útil ao Estado ou a si.

Para Rómulo de Carvalho, o plano das *Cartas...*

dividia a mocidade em três grupos sociais cujo destino escolar nada tem a ver com as capacidades dos componentes dos grupos, mas apenas com a sua situação social. Os grupos são o povo, a classe média e a nobreza¹⁴⁶

¹⁴⁴*Ibidem.* p. 43

¹⁴⁵*Ibidem.* p. 32

¹⁴⁶ CARVALHO, Rómulo de. História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. Carvalho, (Carvalho, 1986, p. 439-440

Pensar como Rómulo de Carvalho que existe uma contradição nos argumentos de Sanches, é deixar passar ao largo a ideia de *imitação*¹⁴⁷ que atravessa todos os seus escritos. Magalhães também parece não perceber que a situação do súdito não é de igualdade entre si, ao contrário, a igualdade vem do Estado para o súdito na forma de utilidade ao bem público. Quando todos os súditos são iguais para Estado é que todos são igualmente úteis a ele. Segundo Carlota Boto, a educação, para o nosso autor, está diretamente subordinada aos interesses econômicos, políticos, comerciais e até militares do Estado português.¹⁴⁸

Nas páginas seguintes Sanches responderá aos autores, como Rousseau, que pretendem a universalização da educação:

que filho de pastor quererá ter aquele ofício de seu pai, se a idade de doze anos soubesse ler e escrever? Que filho de jornaleiro, de pescador, de tambor, e outros ofícios vis e mui penosos, sem os quais não se pode subsistir a República, quererão ficar no ofício de seus pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso? O rapaz de doze ou quinze anos, que chegou a saber escrever uma carta, não quererá ganhar a sua vida e trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar de manhã até a noite, nem a cavar.

Insiste Sanches no mesmo argumento:

Há poucos anos que nos Estados del Rei de Sardenha se promulgou uma lei, que todos os filhos dos lavradores fossem obrigados a ficarem no ofício de seus pais; dando por razão, que todos desamparavam os campos, e que se refugiavam para as cidades onde aprendiam outros ofícios: Lei que parece mal concebida, e que jamais terá execução. Se os filhos dos lavradores desamparam a casa de seus pais, é porque têm esperança de ganharem a sua vida com a sua indústria e inteligência; e já lhe não são necessárias as simples mãos para sustentar-se; sabem ler e escrever; tiveram nas aldeias

¹⁴⁷ Ver o ponto 2.3

¹⁴⁸BOTO, Carlota. *op. cit.*, p. 286

onde nasceram escolas pias de graça ou por muito vil preço, e do mesmo modo as mulheres, que ensinam os seus filhos a escrever, quando não têm dinheiro para pagar Mestres; e esta é a origem porque os filhos dos Lavradores fogem da casa de seus pais; o remédio seria abolir todas as escolas em semelhantes lugares.

Todo o rapaz ou rapariga que aprendeu a ler e a escrever, se há-de ganhar o seu sustento com o seu trabalho, perde muito da sua força enquanto aprende; e adquire um hábito de preguiça e de liberdade desonesta. Como são os Mestres de ler e escrever, homens rudes, ignorantes, sem criação, nem conhecimento algum da natureza humana, têm aqueles meninos três horas pela manhã e três de tarde, sentados, sem bolir, sempre tremendo e temendo; perdem a força dos membros, aquela desenvoltura natural, porque a agitação, o movimento e a inconstância é própria da idade da meninice: e não convém uma educação tão mole a quem há-de servir a República de pés e de mãos, por toda a vida.

Apesar da extensão dos excertos, o ponto de inflexão que eles sugerem é deveras importante. A educação da mocidade, em Sanches, está preocupada, como já dissemos, com a manutenção do Estado Civil, sua harmonia e ordem. Dito assim, educar a todos é logicamente um ponto contra a harmonia e a igualdade, pois tirará dos súditos a sua função fazer subsistir o Estado. Cada súdito, por iguais que sejam diante do Estado exercem funções fixas. Para Sanches, essa fixidez garante a vida do Estado pois cada um está ligado a ele e para ser útil a ele. A fluidez ou mesmo as regalias e imunidades concedidas pelo Estado fornecem elementos para sua própria ruína. Nesse sentido educar a todos é garantir essa fluidez, gerando ócio e também escassez de mão de obra.

O Estado precisa das mãos que não pensem e apenas obedeçam. Mais adiante, Sanches propõe o ensino religioso a esses súditos excluídos apenas aos domingos para que nos demais dias não ocupem a cabeça com pensamentos de outra ordem a não ser aqueles que estão designados a fazer. Pois “quem trabalha faz um ato virtuoso, evita o ócio; vício o maior contra

a Religião e contra o Estado: E Santo Bento achou o trabalho de mãos de tanta virtude que o pôs por regra de sete horas cada dia. Isto é o que basta para a boa educação da mocidade plebeia”, e não precisamos nos preocupar em educar os súditos plebeus porque o “povo imita a ação dos seus superiores.”¹⁴⁹

De maneira geral, o pensamento que afastava certas camadas sociais dos bancos escolares não se restringe a Ribeiro Sanches, Voltaire também concordava com a ideia de que alguém era necessário para arar e cultivar a terra.¹⁵⁰ De acordo com o programa do pedagogo francês Louis René Caradeuc de la Chalotais, a educação também não deve estender-se igualmente a todos os súditos: “le bien de la société demande que les connaissances du peuple ne s'étendent pas plus que ses occupations.”¹⁵¹ Segundo Araújo, a abrangência desse pensamento se encontra nas bases das reformas pombalinas. Tal modo de pensar pode ser encontrado na maioria dos filósofos das luzes, de Voltaire a Mirabeau, também, na península ibérica, além de Sanches, temos Pablo de Olavide.¹⁵²

Em contrapartida, Jean-Jacques Rousseau defendia uma educação que permitisse ao homem reencontrar o estado de natureza, com a finalidade de servir à transformação social. Rousseau priorizava, neste caso, a educação dos pobres pela sua necessidade de mudança no quadro geral da sociedade, em detrimento à educação dos ricos, cuja hipocrisia de polidez, vícios e a condição social em que se encontravam não tinham necessidade de serem educados.¹⁵³ No pensador francês, podemos ler que “ao educar o filho para sua profissão, não estaria [os pais], trabalhando contra ele”¹⁵⁴; Sanches, por sua vez, querendo evitar esse possível mal de educar erroneamente um filho propõe, como já visto, que o filho –

¹⁴⁹*Ibidem*, p. 34

¹⁵⁰VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. *op. cit.* p. 39

¹⁵¹ CHALOTAIS apud ARAUJO, Ana Cristina. *Dirigismo Cultural e formação das elites no Pombalismo*. In: _____. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2000, p. 11. “o bem da sociedade exige que o conhecimento das pessoas não se estender mais do que suas ocupações” (tradução nossa)

¹⁵² *Idem*, p. 12

¹⁵³VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. *op. cit.* p.39

¹⁵⁴*Idem*.

independente de sua condição social – seja educado para prosseguir ou manter a profissão do pai.

Em seguida, Sanches trata das qualidades dos mestres designados pelo Estado para ensinar a ler e a escrever. Respalado no princípio da *imitação* - sobre a qual trataremos mais detidamente nas páginas seguintes –, Ribeiro Sanches determina que as questões físicas dos mestres devam ser consideradas na hora da escolha. Além de ser casado, “um Mestre de escola não deve ter defeito visível no seu corpo, nem vesgo, torto, corcovado, nem coxo; porque se viu por experiência uma escola de meninos serem vinhos porque o seu Mestre tinha aquele defeito.” Eles ainda devem ser casados, e se ficassem viúvos devem casar-se o mais breve possível para manter o cargo. Os homens casados, para Sanches, são mais carinhos e zelosos qualidade necessária para o trato com a mocidade de tenra idade. Segundo Sanches, “imitamos o que vemos, e sem nos apercebermos do que fazemos, adquirimos o hábito, antes de pensar que é vicioso.” A capacidade de imitar nas crianças é ainda mais elevada, “e por isso não convém que tenha aquela tenra idade tão apta a imitar e tão susceptível das impressões extraordinárias, ter por objeto continuado um Mestre no corpo defeituoso, e muito menos no ânimo;”¹⁵⁵ Sanches vai mais além e propõe que todos aqueles assalariados do Estado devem ser casados, excetuando apenas os sexagenários dessa condição, desde que tenham filhos.¹⁵⁶

Os mestres designados pelo Estado deveriam ainda contemplar outros requisitos para serem admitidos: Proficiência em língua latina; conhecimento profundo do português; saber escrever com propriedade, matemática e suas quatro operações básicas; por fim, noções básicas de economia.¹⁵⁷ É relevante ressaltar este último ponto, pois a necessidade de conhecimento de economia básica elucida um ponto nerval de necessidade do conhecimento

¹⁵⁵*Ibidem*, p. 35

¹⁵⁶*Idem*.

¹⁵⁷*Idem*.

do dinheiro; um Estado em que seus súditos saibam operar com dinheiro e não mais com frutos ou soldos diversos está apto, na visão de Sanches, a pensar em construir suas próprias indústrias. Daí a necessidade de aprender a “conta e razão”, noções básicas de matemática financeira para que as crianças cresçam com uma noção ao menos virtual da serventia e dos usos do dinheiro.

Sanches também propõe que a jovem mocidade na escola receba um “livrinho”, impresso em português, para aprender a ler e que ele contenha os princípios da Vida Civil. E que seja escrito de modo claro para ser compreendido pelos pequenos adultos e que o mestre faça uso desse livro para praticar em sala os hábitos de leitura e compreensão, distribuindo castigos e prêmios, “costumando aquela idade, mais a obrar conforme a razão, do que a discorrer; me parece que se não saíssem dali com outro ensino, teriam aproveitado mais do que se aprendessem tudo aquilo que os Pais desejam.” Esse livrinho, que poderíamos dizer que foi um dos primeiros esboços do livro didático, deve conter

as propriedades do homem no estado natural, que consiste em buscar o que lhe é necessário para conservar-se, satisfazendo a fome e a sede, e que naturalmente temos, aquela propriedade de imitar o que vemos com amor e com admiração, que temos naturalmente; a piedade e a compaixão de ver sofrer e maltratar os nossos semelhantes, e que destes dois princípios provêm todas as acções que obramos enquanto não forem sufocados pelos maus exemplos, de soberba, de tirania, de crueldade, que dão os Pais, as Mães, e os que criam aquela aurora da humanidade. Quanto cuidado deviam ter os Pais e os Magistrados, que as mães e as amas soubessem criar as crianças até saírem do seu colo?¹⁵⁸

Se se incute na percepção da criança desde o começo de sua educação as propriedades imitativas que nós possuímos, o que pretende, Sanches, é fazer dessa nossa qualidade algo

¹⁵⁸*Ibidem*, p. 36

desenvolvido, imita-se melhor quando se sabe que se imita, imitar acima de tudo o amor e compaixão, renegar os vícios. Aprendido essas propriedades as crianças deveriam saber e perceber com a própria razão que “a ninguém é lícito viver conforme a sua vontade, conforme o seu prazer e fantasia.” Ela deveriam ter a noção elementar de que “o homem nascido entre os homens devia obrar e fazer tudo conforme as Leis estabelecidas entre eles.”¹⁵⁹

Em sequência, Sanches arguirá com bastante propriedade e longamente sobre o número sobejo de Escolas de Latim espalhadas pelo Reino. Argumentará que essas escolas, vindas dos tempos em que a Igreja dominava a educação, é propensa aos vícios, desde que são “escolas do ócio, da dissolução, e de toda a desordem civil.”¹⁶⁰ As críticas giram em torno da falta de utilidade ao bem do Estado que essas escolas de Latim oferecem.

A primeira proposta de Sanches é que em aldeia ou vila com menos de 200 habitantes fossem proibidas escolas de qualquer nível públicas ou privadas. E em lugar das escolas de Latim nesses vilarejos se construíssem ou reformassem as escolas desativas em “Pensões”, n’onde os alunos iriam fiar em regime de interno, e não excedesse o número de 20 alunos. Os mestres iriam também ficar no mesmo regime de internato, casados e de boa aparência física. Para Sanches essas proposições são de quem “deseja ver aumentado o número de súditos, por seu nascimento e estado serem as mãos e os pés da Republica”.¹⁶¹

Em relação às colônias, Sanches é breve: tece que o único objetivo da colônia deve ser a agricultura universal e o seu comércio. E apenas lavradores, pescadores, os oficiais mecânicos, os professores das artes liberais e os mercadores, devem ser os legítimos habitantes das terras além mar e que somente fosse permitido as escolas de “conta e razão”, ler e escrever, ou seja, as mesmas que se tem no Reino. Assim, caberá ao Reino determinar o

¹⁵⁹*Idem*

¹⁶⁰*Ibidem*, p. 37

¹⁶¹*Ibidem*, p. 37

número necessários de escolas para ler e escrever e de escolas de Latim para sua própria conservação.

O interesse de Ribeiro Sanches no Brasil não estava na sua condição de ser colônia, mas dizia respeito às riquezas naturais pouco e mal exploradas. Escreve Marques que “Ribeiro Sanches aludia a necessidade de explorar racionalmente a natureza do Brasil, destacando produtos capazes de gerar riquezas comerciais que se explorados, reverteriam em muita utilidade, possibilitando ao Reino ‘entrar no gênio das nações’.”¹⁶² A fundação da Academia tem, portanto, o interesse na exploração das riquezas naturais do Brasil, com intuito de enriquecer Portugal. Ribeiro Sanches criticava as formas de gerência da colônia. A discussão sobre esses apontamentos está limitada pela ausência de fontes. Temos notícias através do texto de Marques de que há um texto de Ribeiro Sanches, de 1777, intitulado *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo*, que traça tais críticas às formas de gerência do Reino para com a colônia.¹⁶³

Assim, não é impossível afirmar que a biografia de vida de Sanches é devedora de sua vida intelectual nas redes de contatos que criou em grande parte da Europa. Apresentadas dessa forma, as redes foram a influência intelectual e a condição de se manter fora de Portugal. A proteção de D. Luís Cunha, os réis recebidos de Portugal (como privilégio de suas obras sobre a educação), o caráter newtoniano e conservador de perceber o Estado e a sociedade, a primazia da “virtude” sobre a razão são os elementos, os fatores, que permitiram o engendramento do pensamento críticos de Ribeiro Sanches. Mas não somente, Ribeiro Sanches saiu de Portugal em um momento em que lá pululavam as querelas de paradigmas políticos.

¹⁶²MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*. Educar, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. Editora UFPR

¹⁶³ *Ibidem*, p. 46

Para evitar o ócio e desperdício daqueles súditos já formados ou mesmo bacharéis, que não fazem da sua formação seu sustento, Sanches emprega novamente a necessidade da utilidade pública. O Estado tem de operar e fiscalizar de maneira atenta por meio de exames de qualificação os formados, em Medicina ou Jurisprudência. Aqueles que fossem melhor qualificados deveriam ser enviados para o Estrangeiro para melhor aprender a matéria; os que ficassem deveriam ser reenviados para a escola a fim de tornarem-se mestres ou acompanhassem os alunos em formação e os demais que fossem alocados para trabalhar para o Estado.

Sanches, mais uma vez, prioriza o regime de internato. Para ele é elementar para o aprendizado e para a utilidade pública, além de dar ao Estado uma melhor possibilidade de fiscalizar tais escolas. Elas seriam resididas pelos mestres e estudantes, sendo estes um número que não excedesse a vinte ou fosse menor que quinze, examinados por sua “capacidade e no seu talento”. Para o Estado, a necessidade de manter esses internatos, segundo Sanches, se justifica no fato de que os pais dos estudantes não conseguiriam bancar os estudos, “é evidentíssima a todo aquele que conhece a dificuldade de adquirir estas ciências à sua custa [dos pais]”¹⁶⁴

Podemos dizer que há um crescimento exponencial do Estado sobre a vida dos súditos. O Estado “governa” os súditos pois é dele que advém toda moralidade e é para ele que se volta toda finalidade da vida dos seus habitantes. Sanches prioriza que o Estado devesse ainda dizer quem pode ou não sair do internato e ir para o estrangeiro aprender novas ciências com a intuito de um reaproveitamento do Estado. Os demais iriam perpetuar as escolas sendo mestres e ex-alunos que trabalhassem para o Estado. É o surgimento de um Estado que se abstrai mas mantém sua força pela lei. Não há governo de si fora dele, e se houver tem de ser voltado para ele conforme suas leis.

¹⁶⁴*Ibidem*, p. 94

O autor aponta que o Estado comece a ter uma nova política de mercantilismo ao criar leis tarifárias nos portos para estrangeiros “proibindo a todo estrangeiro de vender o seu trigo mais que ao diretor do seleiro daquele porto.” Só se recorreria ao trigo estrangeiro em caso de escassez incontornável no reino.¹⁶⁵ Para Carla Boto,

o padrão econômico mercantilista – e não ainda a economia de mercado – era compreendido pelos contemporâneos como o grande responsável pelo vigor político e pela riqueza econômica dos países centrais da Europa¹⁶⁶

Nas *Cartas*... lemos também que há necessidade de uma reestruturação do Estado no que concerne às suas estradas e aos seus rios para melhor prover a circularidade do comércio, da agricultura e da indústria:

Como em Portugal há tantos estabelecimentos no Estado Eclesiástico, onde residem a honra, e a subsistência e que o Latim é a porta para entrar nelas, é natural que todos queiram aprender esta Língua. Como os prémios se dão a quem não serviu o Estado, e só aos Herdeiros que não fizeram serviço algum, daqui vem o ódio, e o desprezo para o trabalho, e para a indústria. Se o Estado não puser por alvo a honra e a conveniência em outro lugar que no Eclesiástico e na Nobreza, todos os plebeus quererão ser Eclesiásticos ou Nobres. Dispenda o Estado a instituir Cargos para promover a agricultura como comércio e a indústria; ocupe os Soldados com dobro e tripla paga a fazer caminhos de carros; mande desentupir as fozes dos rios que entram do mar, para se desalagarem os campos convertidos em alagoas, atoleiros e paules; logo serão necessários Arquitectos, Engenheiros, Maquinistas, Contadores, Inspectores, Escrivães e Secretários, e outro grande número de gente empregada nestas obras para haver Comércio Interior e agricultura; sem elas não é possível que haja indústria, nem trabalho no Reino.¹⁶⁷

¹⁶⁵*Ibidem*, p. 97

¹⁶⁶BOTO, Carlota. *op. cit.* p. 293

¹⁶⁷SANCHES, Ribeiro. *op. cit.*, p. 99

Está relacionado à utilidade pública as questões pecuniárias do Estado. Este se reveste da mais espessa próxima realidade dos súditos. É ao Estado que se volta e a ela que se deve honrar. O rei é uma figura a mais no quadro geral em que o Estado é a verdadeira razão de ser dos súditos e do Rei, a alma cívica. Ainda sobre os estudantes, Sanches declara que o fato de eles irem em liberdade para as escolas, caminharem para chegar nela é a prova de que eles estão sujeitos aos vícios e às depravações:

Saindo cada dia de casa duas vezes têm ocasião estes Estudantes de se comunicarem, e de aprenderem todos os maus costumes do povo, e queira Deus que não aprendam também os vícios; o certo é que naquela liberdade em que vão à Escola, e voltam para suas casas, adquirem desobediência, preguiça, rudez e obstinação que observam neles os Mestres, talvez faltando às classes por sua culpa, talvez desculpando-se com mil mentiras por semelhantes faltas.

Ao fim de seus apontamentos, o médico volta sua atenção para a educação da nobreza, propondo a criação de três escolas que seriam destinadas a servir à educação da mocidade nos estudos finais. A primeira escola ensinaria História da Natureza Universal, da Natureza humana, voltada para o ensino da História Natural, Botânica, Anatomia, Química, Metalurgia; a segunda, “todos os conhecimentos que necessita o Estado Político e Civil para governar-se e conservar-se”, sendo ensinado História universal profana e sagrada, a filosofia Moral, o Direito das Gentes, o Direito Civil, as leis pátrias; na terceira e última escola seriam ensinadas todas as coisas que pertencem à religião.¹⁶⁸ Outra vez, essas escolas iriam ter o mesmo regime de internato e todas elas deveriam ter como método único de aprendizados das matérias a observação, lição, ensino, conversação e meditação, pois as ciências e seu método estimulam

¹⁶⁸*Ibidem*, p. 101

a mocidade a serem mais exatos e corretos devido ao uso contínuo da razão e da lógica.¹⁶⁹

Nas horas de ócio e descanso, devem ter como leitura as poesias lúdicas de Camões:

Todos os homens se determinam a afrontar os maiores perigos e os maiores trabalhos, pela esperança, que têm de descansarem e viverem felizes: além disso sem repouso, não pode haver trabalho, nem fadiga por muito tempo; evitarão os homens muitas desgraças se no tempo do descanso, do repouso e da tranquilidade, pudessem viver consigo. Quem foi bem instruído na Mocidade, na história e na leitura dos bons Poetas, tem esta vantagem sobre os homens ordinários, que podem estar sós, e divertirem-se sem companhia; porque aumentam a sua felicidade com o que pensam, ou com a leitura em que foram educados; diverte-se a fantasia; o juízo aproveita, e fortifica-se a virtude: e deste modo evitam mil desgostos, mil desordens, que sucedem no curso da vida por não poder estar só um instante, como vemos fazem aqueles que não tiveram uma educação ingênua, e que vivem pela vontade, e pelo parecer dos outros¹⁷⁰

Carla Boto comenta que para Rogério Fernandes a Escola Militar ou Colégio dos Nobres era um

Colégio destinado à educação militar da nobreza, com a condição, no entanto, de se não esquecer que os filhos da nobreza receberiam nesse colégio uma educação polivalente, de tal sorte que poderiam desempenhar funções nos estratos superiores do aparelho do Estado”¹⁷¹.

E Joaquim Ferreira¹⁷² diz que “Ribeiro Sanches, propondo ao Marquês de Pombal a criação do Colégio dos Nobres, nutria a certeza de ofertar à sua pátria um núcleo de estadistas

¹⁶⁹*Ibidem*, p. 106-107

¹⁷⁰*Ibidem*, p. 49

¹⁷¹FERNANDES, Rógeiro apud BOTO, Carlota. *op. cit.*, p. 289

¹⁷² FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. N. Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Editorial Domingos Barreira, [s.d.]. p. 7-85.

capazes de engrandecê-la.”¹⁷³ Não se sabe se o Marquês ouviu os apelos de Sanches, mas em 1761 era fundada o Colégio dos Nobres.

Acompanhamos pormenorizadamente os apontamentos de Ribeiro Sanches em suas *Cartas para a Educação da Mocidade*. Percebemos e discutimos o poder sobejo que é conferido ao Estado, também sobre a necessidade de uma educação moral fora do escopo da religião. Vimos e anotamos que parece haver um íntimo laço entre a questão do dinheiro e das virtudes, sendo que aquele opera melhor em um Reino em que a virtude se sobrepõe ao vício e às depravações. Ainda sobre as virtudes, Koselleck assinala que neste momento, “uma virtude é uma virtude não por causa da convicção ou da justa medida, mas do seu fundamento político.”¹⁷⁴ As escolas são todas voltadas para Utilidade Pública, todas têm o escopo de sua finalidade voltados para o Estado. Também podemos ver que todo o texto gira em torno daquilo que chamamos de “do entendimento humano”, ou seja, da capacidade da imitação. Nela se respalda o argumento de que nem todos os súditos precisam educar-se nas ciências, pois o Estado precisa de homens que trabalham com as mãos. E, pela imitação, a reverberação vertical da ordem chegará a esse súdito aparentemente excluído e o tornará minimamente versado na moralidade proposta pelo Estado. Todavia, o bem público e a ordem são elementares para que o Estado, ou o Reino Português, saia da sua estagnação frente aos demais estados da Europa ao reeducá-lo, reorganizá-lo e reclassificá-lo.

Assim, as suas ponderações, seus apontamentos e as suas críticas nas *Cartas...* conjugam uma ideia ilustrada com o pensamento monárquico e religioso. Elas coadunam a ideia das luzes (razão e utilidade) para serem mais úteis à Coroa e aos súditos. Lemos que essas ações não tinham interesse em romper com as bases de poder do Antigo Regime, visavam apenas tirar o Reino do “atraso”. Lemos que existem crítica à nobreza, pois

¹⁷³ FERREIRA apud BOTO, Carlota. *op. cit.*, p. 289

¹⁷⁴ KOSSELECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 37

é a ela que os súditos se espelham. Por fim, elas precisam se destacar como uma sociedade moral e politicamente superior, é ela que deve ficar à frente do vulgo.

2.3 A Imitação.

Dissertação Sobre as Paixões da Alma, escrito em 1753, busca elucidar, a partir de uma base empírica de dados, a origem dos males do corpo, mas que advém da alma: a cólera, o medo, a ansiedade, o amor, a ira e o ódio. Todos eles possíveis de serem remediados para a conservação do corpo. Nesse texto, Sanches faz uma breve digressão sobre o entendimento humano, a origem e formação das ideias e, a partir disso, observa que a *imitação* é uma faculdade natural, é também origem de todas as paixões da alma. Pensamento este bastante próximo a Galeno de Pérgamo¹⁷⁵, que escrevia: “a natureza, sem ser instruída, produz admiráveis movimentos somente através da imitação”¹⁷⁶. Sanches, por sua vez, acrescenta que a “maior parte das ações da vida civil que fazemos, que aprovamos ou reprovamos, dependem desses dois princípios”, o da imitação e o da conservação de si.

Discorrer sobre as paixões da alma no século XVIII era tarefa quase comum entre os vários filósofos. Lançavam um olhar crítico em busca do entendimento sobre a condição humana, seja uma condição primeira, a qual corresponde à natureza humana ou uma condição em sociedade. As paixões da alma eram tratadas de forma a alumiar novos caminhos para o entendimento do espírito humano e, conseqüentemente, de suas ações: buscavam-se as leis

¹⁷⁵ Foi um importante médico e filósofo romano. Suas teorias dominaram e influenciaram a ciência médica ocidental por mais de um milênio. Seus relatos de anatomia médica eram baseados em macacos, visto que a dissecação humana não era permitida no seu tempo, mas foram insuperáveis até a descrição impressa e ilustrações de disseções humanas por Andreas Vesalius em 1543. Desta forma Galeno é também um precursor da prática da Vivissecção e experimentação com animais.

¹⁷⁶SANCHES, António Ribeiro. *Dissertação sobre as paixões da alma*. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html>. Acesso em: 12 set. 2010.

universais do espírito. Geralmente vinculada às concepções da medicina no século XVIII¹⁷⁷, aqui buscamos nos desvencilhar dessa interpretação sobre as paixões da alma alargando a perspectiva.

Sanches, em sua disciplina, a medicina, buscava uma compreensão desta para além daquela crítica feita sobre um conhecimento puramente experimentado, tão em voga em Portugal, percebido em seus escritos como descrevemos acima. Sanches considera que o conhecimento da alma revelará as condições do corpo. Uma alma doente refletirá no corpo e um corpo doente refletirá num Estado decadente.

A palavra “conservar”, em Sanches, tem um apelo bastante político e prático: a conservação do corpo é também conservação da vida e, conseqüentemente, do Estado, pois “a todo vivente implantou o Altíssimo aquele sumo desejo de conservar-se e de produzir seu semelhante”, e prossegue, “estes desejos são a origem de todas as paixões da alma”, caso o ser racional abuse sobre a medida desses desejos eles “servirão à sua destruição”¹⁷⁸.

Conservar-se ainda derivava de outra faculdade. Não basta ao súdito ter um governo de si apenas, um controle de seus entendimentos. Na origem da conservação e também da destruição, ele observa “a propriedade de imitar o que vemos fazer e mesmo padecer; é este princípio causa de muitas utilidades para conservar-nos e causa também de muitos males que nos destroem.”¹⁷⁹ Desse ponto, Sanches lançará mão, em seu texto, de páginas e páginas de exemplos dos males causados pela faculdade da imitação em todas as paixões dadas pela Alma, pois “todas as paixões d’alma são actos repetidos do mesmo objeto agradável ou desagradável.”¹⁸⁰

¹⁷⁷ Para essa perspectiva consultar: EDLER, Flavio Coelho; FREITAS, Ricardo Cabral de. *O “imperscrutável vínculo”: corpo e alma na medicina lusitana setecentista. Varia História* Belo Horizonte , v. 29, n. 50, p.435-452, Agosto. 2013

¹⁷⁸*Ibidem*. p. 3

¹⁷⁹*Idem*

¹⁸⁰*Ibidem*, p. 5

Postulado dessa maneira, a imitação, advinda de sua ideia do entendimento humano, é um fator de primeira ordem para organizar e coordenar a sociedade. “E quem dissera que deste princípio de imitarmos o que vemos fazer, e padecer é que depende muita parte a concórdia das sociedades?”, pergunta Sanches. Se um se conserva é mais provável que a imitação desse conservado seja benéfica para a sociedade, pois em Sanches os súditos são esse ajuntamento de paixões da alma que devem ser regrados para a conservação do Estado: “somos instrumentos temperados ao unísono, tocada que for uma corda a mais vibrarão um tom semelhante.”

É possível antever, por esses breves comentários, uma perspectiva política em Sanches, vertical e de conservação, isto é, monárquica, em que o Rei é esse homem primeiro de alma serena e atitudes pensadas à conservação de si e dos povos: “estamos em companhia, por acaso um de *maior autoridade* ri, inesperadamente, sem nos apercebermos, todos rimos, tossimos, escarramos sem pensarmos, somente porque ouvimos que outros circunstantes tossem e escarram com decoro.” Temos, segundo Sanches, a faculdade de imitar aquilo que está acima de nós, seja para o bem da conservação seja para a nossa destruição, e termina ao dizer que deixa “muitas outras provas que pertencem aos políticos e a quem tem a seu cargo governar os costumes.”¹⁸¹.

Assim, controlando e remediando, fazendo-se imitar aos melhores as quatro sortes de paixões d’alma (dor e medo, contentamento e desejo) o súdito estará satisfeito para conservar-se, ser útil ao Estado. Por isso, Sanches reivindica em seu impresso que as paixões das almas fossem não mais ensinadas e controladas pela Igreja, pois foram entregues aos teólogos que atuavam por meio de dogmas e do terror,

¹⁸¹ *Idem*

(...) que com leis penais que tiveram o cuidado de curar os males que causam as paixões desordenadas; não ensinavam nem persuadiam mas castigavam as faltas, daquela parte inteligente que eram prejudiciais à sociedade. Castigando induziam o medo nos ânimos desregrados e atemorizavam os inocentes para não ousar cometer delitos e é o que fazem ainda hoje os nossos legisladores e jurisconsultos.¹⁸²

Da parte inteligente, Sanches pediria os cuidados, mas daqueles não inteligentes Sanches concordava com as palmadas, como se observa na passagem abaixo:

São necessários os castigos nos meninos estúpidos de constituição grosseira natural, violento crusteio, que se não move nem pelo louvor nem pela vergonha. Aquela dor excita aquele sensório comum duro e estúpido de nascimento e o az mais delgado e mais elástico para receber outras ideias mais facilmente. As dores repetidas serão tantos golpes para descascar aquele tronco tão cheio de espinhos e de casca.¹⁸³

Sanches também admitia o uso da violência em alguns alunos que, pelo mal juízo e dureza do ânimo, não conseguiriam aprender pelas vias da palavra. A violência sobre eles era, para Sanches, um caminho possível para abrandar esse ânimo. O ato violento sobre esse tipo específico de aluno pode ser lido aqui como um ato violento do Estado, responsável pela educação, sobre o súdito distinto: sem juízo, de ânimo inflexível, que foge da sua responsabilidade e lança a revolta contra o Estado.

2.4 Imitar quem?

Ao largo da faculdade de imitação está um desejo em Sanches de homogeneização dos súditos por uma outra via que não fosse mais aquela do confessorário. Um mesmo perfil e

¹⁸²*Ibidem.* p. 1

¹⁸³*Ibidem.* p. 23-24

um mesmo sentido de existência seria dado a todos a partir de um microcosmo do ensino secular, a Universidade, isto é todo o corpo social seria educado pela imitação da Universidade, contra o confessionalismo, que era o tipo de educação que vigorava até então em Portugal. Pois, a imitação dos confessores (homens do corpo eclesiástico) geraria nos súditos uma personalidade religiosa, que não é útil ao Estado, seus perfis espelhariam a imagem da instituição que representavam em cadeia contínua que entroncava no Papa. Escreve Sanches:

Como era costume d'aqueles mandarem os Reis criar seus Filhos nos Conventos dos Frades, já se sabe que os filhos dos Cortesões teriam o mesmo ensino e educação; e como toda a Nobreza por costume, por vanglória, e sobre tudo por interesse imita com gosto ainda os mesmos vícios dos Monarcas, bem se pode considerar, que reputariam felizes os Nobres que tivessem aquela educação.¹⁸⁴

Assim, de forma vertical, a imitação que fazia a nobreza daqueles monarcas imitadores do Papa chegava-se aos súditos, pois “do trato e do modo de pensar da Nobreza e dos Magistrados, depende o dos povos onde residem.”¹⁸⁵ O caminho da imitação é descendente, partindo do Rei para o súdito.

Nesse sentido, para Sanches, o ponto inicial da imitação não deveria repousar mais sobre o Papa e a Igreja, mas sim sobre a Universidade, o Colégio dos Nobres, ou aquelas instituições de caráter laico e essencialmente voltadas para a conservação do Estado.

Parece-me que quando um Estrangeiro quizer saber de que modo pensa geralmente um Reino, ou República, quais são as suas virtudes morais, civis, e Cristãs, que poderá facilmente formar uma ideia do seu estado se observar a sua Universidade principal: porque nela se formam os Eclesiásticos tanto seculares, como Regulares; nela os Magistrados, os Letrados, os Médicos, e

¹⁸⁴SANCHES, António Ribeiro. *op. cit.*, p. 11

¹⁸⁵*Idem*

todos aqueles empregados no estado civil. Estes espalhados por todos os seus domínios comunicarão pelas suas ações, e pelo seu exemplo o que aprenderam na Universidade.¹⁸⁶

Desde 1717, todas as leis, saberes e atitudes das universidades portuguesas se deram pela interposição da *Bula Unigenitus*. Sanches tece considerações sobre o servilismo do Estado português a um Senhor que não é o Rei de Portugal apenas:

E então veremos, diz, como pensa o resto de Portugal; que Ciência existem nele: que conhecimentos do Estado civil, e do bem comum; que conceito têm os povos do Poder Real, e do Pontifício, qual é o objeto dos Estudos desta Universidade; se é servir a pátria ou a corte de Roma que é o mesmo que seu próprio interesse sem entrar nele nenhum serviço do Estado.

Prossegue, buscando explicar ou compreender as diferenças de métodos, e defendendo a autoridade dos médicos e das matérias da natureza:

E que dou a entender que o método dos Estudos existentes até agora na Universidade de Coimbra foi erróneo, e precário. Que quero desterrar dos nossos estudos aquela regra universal para convencer-mos, a autoridade dos Doutores, ainda nas matérias da pura Natureza: Que quero destruir o costume de convencer, e de persuadir nas consultas dos Médicos, e nos Tribunais de Judicatura, de se decidirem as matérias mais importantes pela autoridade dos Doutores; porque raríssimas vezes se decidem pela íntima razão provada com experiências observadas sem erro. (...) Estas e outras muitas objecções encontrará o método dos estudos que proponho, por todos aqueles que estiam e seguem o método de ensinar e aprender da Universidade de Coimbra, e dos Conventos.¹⁸⁷

¹⁸⁶MACHADO, Fernando Augusto. *op. cit.*, p. 67

¹⁸⁷SANCHES, António Ribeiro. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. 2003. Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html>. Acesso em: 12 set. 2010, p. 1

Seguindo o discurso de Ribeiro Sanches, podemos afirmar que a tal ponto chegou a universidade em Portugal pela subserviência à Igreja, e que essa dependência minava o trono.¹⁸⁸ De forma sarcástica, atacou Sanches essa condição:

Lamentamos, Ilustríssimo Senhor, o estado de um Monarca, que não tem, nem pode ter um Conselheiro, um juiz, nem um Procurador da Coroa, que não esteja ligado por juramento defender tudo o que tem decretado uma Potência Estrangeira, uma Potência que fundou na sua Monarquia, outra que fez os mesmos efeitos que aquelas plantas chamadas parasitas que se sustentam do suco da árvore, adonde estão pegadas: lamentamos que está S. Majestade, e cada uma das suas vilas, sustentando a nossa Universidade, para diminuir o Poder Real, para absorver-lhe a jurisdição que tem nos seus Síbditos, e em Portugal um em vinte, pela doutrina da Universidade, ficam subtraídos daquela indispensável obrigação: e assim é que se consideram os Eclesiásticos.¹⁸⁹

Todos os males e vícios de Portugal eram advindos de um senhor que não aquele legítimo. Portugal, ao manter sua educação sob tutela da Igreja Romana, criou para si um estado de ânimo vicioso e precário. Em Sanches, por fim, a imitação é a via de acesso à conservação e também à destruição. A imitação ganha contornos mais instigantes quando percebemos que ela está para além de uma mera faculdade da alma, é também o recurso para a boa educação. Se a alma é responsável por imitar, os sentidos também o são, a inteligência também a é, e assim por diante numa cadeia ininterrupta

Em Ribeiro Sanches, será primordial compreender o contexto da Ilustração nesses países, pois percebemos uma nítida influência desses “iluminismos” nos seus escritos: a questão newtoniana que permeava sua visão de mundo somado aos apontamentos críticos a

¹⁸⁸MACHADO, Fernando. op. cit., p. 68.

¹⁸⁹MACHADO, Fernando. op. cit., p. 69

Portugal são perspectivas que percebo serem britânicas, na sua manutenção do Estado, e francesas, na premissa racionalizante dessa manutenção. Essas premissas culturais são indispensáveis para a tese de sua hibridez. Não se atinge uma maioria sem reorganizar as relações entre os súditos e entre estes e o Estado. Antevemos uma vontade moral, uma atitude para com o Estado, mas uma atitude política que intenta dizimar internamente o Estado Português não é verificável como se verá. Diante desse quadro, o que podemos encontrar é um Sanches que tenta racionalizar a ordem social portuguesa ao colocar cada instituição política e social em separado, exercendo funções específicas. Dessa maneira, o saber médico em Sanches exerce um ponto fundamental para compreender sua leitura do político, pois ao atribuir a separação do Estado e da Igreja (tanto na vertente política quanto na educacional) Sanches o faz por analogia entre o corpo – este reservado ao Estado – e a alma – reservado a Igreja.

Capítulo 3

3.1 - A Governamentalidade: Sanches e a gerência dos povos

Em Portugal, no século XVIII, o crescente saber médico estava afinado com as ideais ilustradas. Desde meados do século XVIII, os esforços operados por alguns segmentos da cultura letrada tentavam colocar o Reino português em harmonia com as mudanças existentes na ciência moderna encontradas na Europa. Para tanto, lançaram mãos de várias publicações que visavam “corrigir” os males do Reino. Dentre eles, estava a necessidade de educar os súditos no que toca a sua condução de governar-se, isto é, de poder conservar-se com boa saúde, para ser útil ao Estado.

O papel dos médicos letrados no contexto luso nos revela que eles tentaram exercer um domínio sobre a “saúde dos povos”, como também no âmbito das famílias e do privado.¹⁹⁰ O “regime de viver”, conceito que pode ser encontrado nos trados de medicina dos Setecentos, evocava por meio da disciplina subentendida das regras e conselhos uma educação dos indivíduos e seus corpos.¹⁹¹ Nele estão pressupostas novas formas de conduta para a população. Porque se útil ao Estado, ela deve estar em condições físicas e mentais para o bom funcionamento do governo. Não se deve entender a prática do regime de viver como apenas uma forma de precaver doenças, “é toda uma maneira de se constituir como sujeito que tem por seu corpo o cuidado justo, necessário e suficiente”¹⁹²

Portanto, de acordo com Jean Neves Abreu, a medicina tinha o interesse de dar ao súdito uma autonomia em termos de saber cuidar de si:

A medicina propunha, nesse aspecto, uma estrutura de conduto destinada a assegurar ao homem uma autonomia na medida em que o próprio sujeito

¹⁹⁰ ABREU, Jean Luiz Neves. *op. cit.* p.15.

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² Michel Foucault apud ABREU, Jean Luiz Neves. *op. cit.*, 156

deveria se munir de um saber médico do qual poderia se utilizar frequentemente¹⁹³

Dessa forma, o “regime de viver” chegava aos súditos em quatro frentes: um regime para o Corpo; um regime para os prazeres; um regime para a família; por fim, como moral do corpo por meio da Educação Física.

De acordo Abreu, o regime para o corpo pautava-se na conservação da saúde na busca pelo equilíbrio. Nesse sentido, a disciplina do corpo se dá na ingestão de alimentos saudáveis, que condiga com a estrutura do corpo: se quente, prefira alimentos frios; se frio, prefira alimentos quentes. Estes são melhores para os melancólicos.¹⁹⁴ Os médicos condenavam a gula, pois “os principais fundamentos para ter boa saúde consist[e] em comer [e beber] com moderação”.¹⁹⁵

Segundo Abreu, esse pensamento médico tentava se afastar da perspectiva eclesiástica ao criar novas verdades sobre a ingestão de alimentos ou de bebidas alcoólicas.¹⁹⁶ Sinalizando assim a reorganização dos saberes dentro do governo.

No regime para os prazeres, o discurso médico reafirma a inserção do corpo no mundo das ciências, afastando-o da Igreja, pela normatização dos seus prazeres. Não só os prazeres sexuais, mas também da alma foi tirada sua ligação com a Igreja (responsável então por educá-la moralmente):

A alma, termo comumente associado à religião, passava a ser apropriada pelo saber médico para indicar também as sensações do corpo humano. As pesquisas precursoras da neurologia forneciam um novo arsenal de argumentos aos médicos, o que permitiu dissociar o amor do pecado e prescrever outros remédios que não os morais. A paixão continuava a

¹⁹³*Idem.* 156

¹⁹⁴*Ibidem.* p. 157

¹⁹⁵HENRIQUES apud ABREU, Jean Luiz Neves; *op. cit.*, p. 158

¹⁹⁶ABREU, Jean Luiz Neves. *op. cit.*, p. 159

promover enfermidades, mas essas passavam a ser explicadas à luz da “máquina visível” do corpo humano.

No âmbito do regime de prazer para a família, as normatizações pelo saber médico passam pelo corpo da mulher e pela maternidade, mapearam o corpo feminino com “propósito de garantir seu bom funcionamento”¹⁹⁷, isto é, gerar filhos e manter a saúde. A conduta do casamento, por influir no comportamento dos filhos; as idades ideais dos casais, condenavam as discrepâncias de idade. As ênfases nas práticas de higiene do casal consigo e com os filhos eram prioridades para a conservação da boa saúde.¹⁹⁸ O que temos desses regimes é a migração da moral religiosa para uma conduta normativa médica. Para Abreu,

[A] conservação da saúde das famílias e das crianças se destinavam também aos domínios de uma medicina voltada para a ‘saúde dos povos’. (...) Os conselhos sobre a preservação da saúde, essência do ‘regime de viver’, andavam conjuntamente com a perspectiva moral. A moral, conceito antes reduzido à sua dimensão religiosa, migrava cada vez mais para o campo da medicina, levando a uma racionalização dos comportamentos morais.¹⁹⁹

A finalidade da higiene se estendia do indivíduo para a coletividade. Ao longo do século XVIII, uma série de textos são publicados em Portugal dedicados à higiene pública. A conservação da “saúde dos povos” tinha por finalidade garantir a saúde do corpo social e aumentar o erário do Estado.²⁰⁰

É na normatização das condutas e na implicação de uma condição de poder governar-se dos súditos, e não mais apenas do Rei, que percebemos uma nova perspectiva do Estado

¹⁹⁷*Idem.*

¹⁹⁸*Idem.*

¹⁹⁹*Ibidem.* p. 175-179

²⁰⁰ *Ibidem*, p.147

para com a população. Dito assim, para compreendermos essa mudança lançaremos mão do conceito de Governamentalidade.

Na quarta aula do seu curso sobre *Segurança, Território, População*²⁰¹, ministrado entre 1977 e 1978, no *Collège de France*, Michel Foucault apresenta um conceito para compreender a genealogia dos processos de transformação política no âmbito da soberania real para uma racionalização do Estado.

De sua primeira aula podemos inferir três acepções do que é Governamentalidade:

Primeiramente, são os procedimentos estatísticos, os cálculos e táticas das instituições vigentes que tem como objeto a população, que visam aprimorar os instrumentos técnicos e os dispositivos de segurança para gerir a população; Em segundo, a continuidade histórica no Ocidente de um tipo de poder que se sobressai a todos os outros (disciplina, soberania), conhecido como governo. Este responsável por criar, gerir, operar e desenvolver uma gama de aparelhos específicos de governo e de saberes; por fim, o resultado dos processos históricos entre os séculos XVI e XVIII que consolidaram três grandes economias de poder: Estado soberano, Estado administrativo e Estado de governo ou governamentalizado.²⁰² Cada uma dessas economia de poder está atrelada a um conjunto específico de instrumentos.

A Governamentalidade se assenta sobre as práticas de governo, num primeiro momento em sua “instância reflexiva” e posteriormente sobre as práticas mesmas de governo. Na “instância reflexiva”, Foucault estuda os modos de conceitualização das práticas de governo para apreender como se estabelecem os objetos, como são criados seus pontos de inflexão, as regras gerais e os objetivos de conjunto.²⁰³ Tem por finalidade o estudo da prática

²⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

²⁰² AVELINO, Nildo. Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em Teoria Política. Rev. Bras. Ciência. Polít., Brasília, n. 5, July 2011, p. 85. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100004&lng=en&nrm=iso>. Access on 29 Jan. 2015. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 81-107.

²⁰³ *Ibidem.*, p. 85

pela soberania política da racionalização governamental. A finalidade da Governamentalidade é a gerência do povo.

Na última aula do seu curso, Foucault diz:

o exercício do poder, esta prática muito singular da qual os homens não podem escapar, ou que escapam apenas por momentos, instantes, por processos singulares e atos individuais ou coletivos; que coloca ao jurista, ao historiador, toda uma série de problemas; esse exercício do poder como é possível regrá-lo e determiná-lo naquele que governa?²⁰⁴

Para compreendermos essa leitura de Foucault devemos destacar que Governo, para ele, possui uma acepção mais ampla, não se restringe simplesmente à instituição política, está ligado às discontinuidades e continuidades das técnicas (artes de governar) revelados pelo processo da governamentalidade. Diz ele que:

ao nos referirmos ao sentido restrito da palavra ‘governo’, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizada se centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado.²⁰⁵

Não há, para Foucault, mais o objetivo, como em Maquiavel, de defesa de um território, tampouco uma necessidade de aumento de poder do Rei ou das forças do Estado.

²⁰⁴ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b 2004b, p. 314-315

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 247

Agora, o estado tem como prioridade a gerencia da população.²⁰⁶ Num sentido inverso, o governo agora conjuga esforços para cuidar de sua população,

promovendo a felicidade dos homens através do oferecimento de condições de trabalho, de produção, de consumo, de vida ou de morte. Distanciando-se da simples aplicação coercitiva de um corpo de leis sobre a população o Estado foi, paulatinamente, tornando-se positivo e presente na vida cotidiana dos homens.²⁰⁷

A população, como se verá em Ribeiro Sanches, é a questão primeira desse poder, não mais a família. Outrora, as artes de governar estavam voltadas ao Soberano, especificamente com a pergunta: “Como governar-se a si mesmo? (...) como governar-se, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar sermos governados, como fazer para ser o melhor governo possível”²⁰⁸

Para aqueles que se aventuraram a responder essas questões chegaram a uma conclusão de que para governar um Estado é necessário que haja um governo de si, portanto a família é um princípio revelador daquele sujeito cuja família governa; como a governa, seus bens, sua fortuna e por fim, o Estado.²⁰⁹ Dessa forma, a arte de governar parte de si, do um, para chegar ao Estado, o todo. Segundo Foucault, há o caminho contrário, descendente, do Estado bem governado até o indivíduo que se espelha no Estado. É nesse caminho inverso que encontramos a lógica da política. É nesse momento em que esse espelho cujo reflexo tem uma nitidez maior de um lado. Usurpado, o indivíduo deixa conseqüentemente de perceber que o reflexo é ele mesmo. Assim, a peça fundamental, para Foucault, nesse caminho que ascende e

²⁰⁶ SANTOS, Rone Eleandro dos. *Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault*. 2001. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas., p. 126

²⁰⁷ *Ibidem.*, p.127

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *op. cit*, p. 275-276

²⁰⁹ *Ibidem.* p. 281

descende, ou melhor, na pedagogia do príncipe e na política, é o “governo da família, que se chama precisamente de ‘economia’”.²¹⁰

A soberania então se colocará sobre o matiz da família, e consequente do bem comum, da salvação de todos. O príncipe, o rei, irá se dedicar a cuidar de seus súditos como o pai que se dedica inteiramente da família e tudo que a compõe. Inversamente, o bem público é a própria submissão obediente à lei do soberano. Portanto, pode-se inferir que a soberania retira toda sua finalidade de si próprio, a lei, a moral, são o próprio soberano. Ele é, em terra, o detentor máximo da moral e da política. A família funciona como um modelo disciplinar ou um dispositivo de avaliação apenas, o soberano não retira da relação familiar ou do efeito da família seus instrumentos de poder, ele retira de si. O bom súdito é aquele que obedece ao Um, cuja assertiva se assenta em todos. Assim, o saber do Um dá-se pelo “conhecimento das coisas, dos objetivos que se podem alcançar, que se deve fazer de modo a alcançar, a ‘disposição’ que se deve utilizar para alcançá-lo, é esse conhecimento que vai constituir a sabedoria do soberano”.²¹¹

Ainda assim, apesar de todo esse mecanismo do saber do soberano, ainda não há aqui uma tentativa de racionalizar o Estado, de compreender cientificamente essa racionalidade. Para Foucault, nesse momento, o primeiro exercício pensado para desenvolver a arte de governar de maneira específica e autônoma foi o mercantilismo. O mercantilismo foi a primeira racionalização dessa arte de governar, instaurada como um saber próprio, um poder autônomo, “o mercantilismo é a primeira racionalização do exercício de poder como prática de governo”.²¹²

²¹⁰*Ibidem.* p. 282

²¹¹*Ibidem.* p. 288

²¹²*Ibidem.* p. 290

A família se torna um eixo bastante estreito, fraco, inconstante. Enquanto opostamente a soberania começa ser um quadro amplo, abstrato, rígido.²¹³ A arte de governar perde forças quando não mais consegue assimilar à família o Estado, ou ao Estado a família. Assim, o problema de governar se colocava cada vez mais sobre a questão da população. Foi por meio do processo de deixar de ser arte de governar para ser a ciência política, por excelência, que a população se tornou central nos discursos. A população não mais se reduz à família, esta é transposta ao segundo plano.

A população aparecerá como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo, consciente diante do governo do interesse, como consciência de cada um dos indivíduos constituindo a população, e o interesse o como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isto que será o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. Nascimento de uma arte, ou, em todo caso, de táticas e de técnicas absolutamente novas.²¹⁴

Dessa forma, a população será efeito e instrumento da constituição de um saber de governo, pois faz o elo necessário sobre o saber de todos os processos, o que, segundo Foucault, é precisamente aquilo que chamamos de “economia”. É então por essa nova conduta do governo que se vê a “passagem de uma arte de governar para uma ciência política”²¹⁵. As estruturas do soberano dão lugar às técnicas de governo, como se verá em Sanches. É assim, no interior dessas técnicas de governo, que a disciplina e os dispositivos de segurança surgem como critério elementar para gerir as populações. Foucault destaca que não é um processo de mudança simples, mas um complexo triangular em que soberania-disciplina-gestão

²¹³*Ibidem.* p. 291

²¹⁴*Ibidem.* p. 293

²¹⁵*Ibidem.* p.294

governamental situam-se na ordem primeira desse movimento que se dá em torno do governo, da população e da economia política. Aqui está situada a governamentalidade.

Ela está na complexidade que envolve o poder na vontade de gerir as populações, ela está no tipo de saber que essa gerência induz às populações, ela é também o movimento que faz aparecer o governo como um tipo de saber específico, engendrando por um lado, o lado da disciplina, ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo, e por conseguinte à uma série de saberes; por fim, governamentalidade é o processo, o resultado do processo pela qual o Estado moderno é, e ainda o é, meramente administrativo, *ergo*, “vivemos na era da ‘governamentalidade’”.²¹⁶

A genealogia dessas técnicas pode ser encontrada mesmo fora daqueles que participam efetivamente do corpo estatal, neste ponto tentarei demonstrar como os apontamentos escritos pelo exilado médico cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches são profundamente atribuidores dessa vontade de gerência das populações. Seus vários escritos giram em torno de temas diversos, pedagogia dos povos, educação da nobreza, ciência médica, o cultivo da moral, questões menores sobre economia. Enfim, é a própria genealogia do poder, ou governamentalidade, que tentaremos compreender.

Evidentemente, para apreendermos o caminho da ciência, o recurso à crítica é essencial. A crítica intelectual e a censura moral são parte elementar dos apontamentos de Ribeiro Sanches que visava preparar e organizar uma nova sociedade por meio da gerência dos povos. Em Ribeiro Sanches, o reino da subjetividade é o reino da legitimação contra a experiência, o descontínuo. A atitude moral é uma vontade interior, consciente, que exerce um processo profundo de crítica e censura. Mas nesse momento não a moral religiosa, baseada também na experiência, é contudo uma moral laica, respaldada no inadvertido.

²¹⁶*Ibidem.* p.297

Apontamentos, comentários, notas, libelos, todos essas são categorias de censura e crítica. A moral ganha contornos políticos sobre

um pano de fundo limitado, o grande plano utópico surtia o efeito de uma bazófia. Mas é precisamente nisto, na caricatura, que de alguma forma se manifesta o esquema do século. A passagem da defensiva à ofensiva, da formação de um poder indireto a uma tomada direta do poder.²¹⁷

A crítica é o próprio meio de criar a dualidade entre Estado e Povo, o descompasso entre um e outro. A princípio ela também se separa do Estado, para em seguida, também com base nesta separação, estender-se de maneira aparentemente neutra até submetê-lo à sua sentença. A crítica é hipócrita, pois se encobre do véu moral apolítico. Ela funda uma novidade histórica, através da execução de uma série de conceitos antagônicos, ela refaz a realidade a partir dessa dicotomia: razão e revelação, liberdade e despotismo, natureza e civilização, comércio e guerra, moral e política, decadência e progresso, luz e escuridão... Ela tende a dicotomizar a realidade, pois somente nessa diferenciação ela é capaz de operar. Isto é, a crítica é um processo dialético, racional, que metodicamente divide o mundo em conceitos e a partir disso reorganiza tais conceitos em uma perspectiva, aqui, moral.

A divisão dualista mundo em um domínio da moral e um domínio da política é, em sua historicidade, o pressuposto e a consequência da crítica política. A crítica entra em cena não só onde se expressa de maneira explícita, mas está subjacente à concepção de mundo dualista que marcou a época. A polarização recíproca de todos os conceitos com os quais o século pensou, ganha sentido e coesão interna pela função crítica inerente a todos os dualismos; inversamente, a crítica política só podia fundar-se em uma realidade histórica em que a moral e a política estivessem, de fato, separadas (...) É inerente ao conceito de crítica levar a cabo uma distinção. A crítica é uma arte de julgar. Sua atividade consiste em interrogar a autenticidade, a

²¹⁷KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 81.

verdade, a correção ou a beleza de um fato para, a partir do conhecimento adquirido, emitir um juízo que, como indica o emprego da palavra, também pode se estender aos homens.”²¹⁸

A crítica está totalmente investida de censura, ela é nesse momento o sucedâneo da censura moral e – por que não? – da própria moral. “A crítica é a morte do Rei”²¹⁹. Vemos então que não há lugar para o Príncipe, singular, único, soberano, absoluto, numa sociedade que já está se dicotomizando criticamente. O Rei é também dividido, vê-se nele o homem e o homem investido de Príncipe. E é contra esse homem que a crítica irá investir.

É neste âmbito de crítica que a ciência lançará mão de suas prerrogativas para normatizar a sociedade, como instrumento disciplinador e regulador do Estado. É nesse sentido que a população e a vida das gentes tornam-se um problema político. É, então, que o Estado com as suas instituições constituídas irá gerir os povos. Para Foucault, foi a governamentalização que garantiu a sobrevivência do Estado:

se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, (...) o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade

Assim feito, acreditamos que em Ribeiro Sanches a arte de governar racionalizada ou governamentalizada pode ser lida em seus apontamentos. Como já discurremos no capítulo anterior, ele tinha a preocupação de reafirmar o poder do Estado, quando dava-o sobejado poder no controle dos seus súditos. Podemos inferir dessa vontade que para tal

²¹⁸ *Ibidem.* p. 92-93

²¹⁹ *Ibidem.* p. 103

empreendimento o Estado sozinho não poderia conseguir criar vistas para fiscalizar todos os pormenores das ponderações do médico. Tal é o caso que grande parte dos responsáveis por contribuir para as reformas pombalinas eram homens de diversos saberes, médicos, cientistas, naturalistas, clérigos, filósofos. Por isso, o médico beirão lança mão da sua condição de médico letrado, fazendo uso de um discurso que almeja ser parte auxiliador do Estado, uma de suas constituídas instituições. Devemos lembrar que não era uma prerrogativa pessoal de Sanches fazer parte do Estado, ele apenas era uma das várias vozes que vão aos poucos legitimando o saber médico norma, útil ao Estado.

Essa perspectiva se faz presente em um texto, que embora não seja o foco principal de nossa análise, permite entrever como a ciência médica se coloca no setecentos como auxiliar do Estado. Trata-se da *Conservação da saúde dos povos*, texto impresso em Portugal em 1757, no qual Ribeiro Sanches expõe as utilidades da medicina para a conservação do Estado, por meio da diminuição da mortalidade dos súditos. Segundo Ribeiro Sanches, o propósito da obra era

mostrar a necessidade que tem cada Estado de leis, e de regramentos para preservar-se de muitas doenças, e conservar a Saúde dos súbditos; se estas faltarem toda a Ciência da Medicina será de pouca utilidade.²²⁰

Mais adiante, o médico expõe: “espero achar ainda algum amante do bem comum, que aprovará pelo menos o trabalho e a fadiga que tomei para publicar este Tratado”.²²¹

Dois outros apontamentos versam sobre a gerência dos povos, todos eles publicados quando o médico cristão-novo já residia em Paris (desde 1747). O primeiro de forma mais sucinta irá elucidar os pontos básicos dos apontamentos e interesses de Ribeiro Sanches para

²²⁰ SANCHES, Antônio Ribeiro. *Tratado da conservação da saúde dos povos*. Lisboa: Officina Joseph Filipe, 1757. Prólogo

²²¹ Ibidem. Prólogo

uma atualização do corpo científico e também moral de Portugal, trata-se de uma carta enviada a um amigo Joaquim Pedro de Abreu; o segundo, de caráter mais específico, discute a questão sobre Cristãos novos e Cristãos Velhos em Portugal. Para além desses dois apontamentos, lançaremos mão de alguns fragmentos de textos inacabados. Os textos foram escritos entre os anos de 1748 e 1783.

Ao final da carta enviada como resposta a Joaquim Pedro de Abreu, escrita em 26 de Março de 1760, podemos perceber um breve *insight* das ponderações do lusitano sobre o quadro geral das ciências em Portugal. Apreendemos também sobre a necessidade de um “novo método” para se aprender as ciências e para a sua conservação: conservar as ciências e o próprio Estado. A carta trata de suas argumentações acerca da necessidade de se ter em Portugal um ensino voltado para as ciências, a importância desse apontamento para que o então “cadaveroso reino” encontre seu lugar junto à história universal europeia. Sanches falará da necessidade de se aprender as línguas estrangeiras, do estado das ciências médicas e por fim, da reformulação necessária na educação para que deixe de ser uma educação baseada na técnica empírica. Escreve:

Como nas aulas da Fortificação e na da Architectura não ensinam o Pedreiro nem o Bombardeiro estas ciências, e somente os Architectos e os Engenheiros têm esse cargo, daqui vem que se deviam examinar todas as artes e ciências que hoje se aprendem pela simples experiência, e aquelas que se ensinam por regras e por método tão científico, como requer a sua inteligência, perfeição e utilidade pública, para obrigar aos Mestres ensiná-lo; o que se estende não somente da Medicina, mas ainda de todas as ciências humanas que se ensinam ou devem ensinar na Universidade²²².

Lemos no supracitado algumas pretensões pedagógicas de Ribeiro Sanches ancoradas nas questões que são comumente encontradas no século XVIII ou, para ser mais específico, na

²²² SANCHES, Antônio Ribeiro. *op cit*, p. 5

instrumentalização da ciência e construção de um saber novo em Portugal. Há uma separação entre as pessoas designadas aos aprendizados somente das técnicas empíricas e às ciências da técnica. Nestas é que estão sobrepujadas as mudanças necessárias. É notório que enquanto o ensino respalda-se por ser transmitido através da experiência, isto é, através da reformulação contínua do hábito, a educação nesse ponto se revela descontinuada, dependendo daquele que a executa e também da sua vontade em transmitir a funcionalidade da coisa apreendida, experienciada; de outro lado, o saber das ciências é necessariamente aquele que busca a fundamentação essencialista, a natureza de funcionamento do que se aprende.

Há então um caráter duplo: de um lado há o conhecimento técnico descontínuo; doutro, há o conhecimento científico que dissolve a descontinuidade em uma continuidade elementar para o funcionamento do dispositivo de poder que ela instrumentaliza, o Estado.

Temos, assim, algo característico da Ilustração, que é a universalização d'alguma particularidade ao público, e essa universalização que tanto aprendemos como uma valorização por parte da ciência aos povos é caminho estratégico para dissipar uma nova forma de saber a todos. É também a chave com a qual podemos apreender o quadro geral do pensamento europeu em voga nos grandes centros – França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Sanches repele, como se lê nas entrelinhas, o homem puramente empírico: aquele que possui a técnica, mas não a ciência. Declara-se preocupado com a dificuldade que o Estado Português poderá enfrentar se conservar sua educação puramente técnica: “como os professores poderão ensinar se não sabem como ensinar?”. Tem-se uma clara necessidade de reformular a forma de ensinar e não só o que se ensina. Dessa forma, acarreta-lhe a pretensão de estabelecer em seus escritos uma associação entre este homem experimentado e o homem científico. Tal qual se pode ler a seguir a crítica ao homem empírico, prático por excelência:

Eu confesso que temos Médicos Práticos tão capazes que não devemos ter inveja aos estrangeiros. Mas duvido que estes mesmos já no exercício da sua arte, por quinze ou vinte anos, sejam capazes de ensinar a Medicina publicamente.²²³

É possível atinar sobre o que se quer compreender como profissão “prática” na visão de Sanches: é o método puramente empírico da utilização da medicina que ao cabo viria a ser conhecimento esclarecido no hábito, no costume e na continuidade. Sanches teme por esse hábito, essa constância empírica, que implica diretamente no ensino e na conservação das práticas médicas. A descontinuidade é aquilo que escapa à ciência, ao saber. Como conhecimento puramente prático, acaba por tornar-se ingênuo e alheio à novidade. Como procederá então sem uma reflexão sobre a própria técnica? Sanches descreve que os saberes médicos portugueses ainda estão muito ligados à tradição grega, sem desdenhá-lo, mas expressa amargurado em seus escritos que há um saber mais instruído para além desses ensinados em Portugal.

É, sem dúvidas, o momento mais inusitado para percebermos como o movimento iluminista pode ser apreendido na particularidade íntima de um país praiano. Pois a intenção de Ribeiro Sanches é antes de mais nada de “atualização”, faz-se hora de desestagnar a península para que ela entre no curso da história europeia, a história universal. É deveras pertinente a ideia de “atualização” que perpassa os escritos de Ribeiro Sanches, pois ela é reveladora de uma nova ordem de constituição dos saberes, além de pressupor que há na atualização um atraso inerente. Essa dicotomia é primordial no processo crítico, cujo objetivo é abrir a fenda em que se inserirá a partir da crítica ao estado de coisas a novidade.

Ribeiro Sanches se coloca como um homem europeu, quando há em suas pretensões o enriquecimento da ciência portuguesa, um anseio de colocar Portugal em pé de igualdade com

²²³*Ibidem.* p. 1

as nações europeias “já” ilustradas. É necessário no enunciado dessa crítica já delimitar que existe em algum ponto um saber já produzido e vigente, cujo poder de evidência seja elucidado como possibilidade de experimentação. E ser um homem europeu é estar dentro de um corpo de conhecimento que designa e representa a realidade que se é e que se quer. Os iluministas podem ser vistos antes de tudo como filósofos da história ao apresentarem a crítica de forma apolítica e através de suas sugestões e apontamentos é que estabelecem um caminho moral e, implicitamente, político.

Sanches que, como dissemos, priorizava um reajuste rápido das ciências em Portugal, era atento às questões da educação, pois, conhecera a Europa e percebera que nas demais regiões o ensino e a razão eram prioridades numa corrida ainda obscurecida, escreve:

Mas tudo o que venho a relatar seria inútil nestes Professores de Medicina, de Anatomia, de Matéria Médica, e de Química se ignorassem:

1. A Física Experimental, e a língua em que se aprende, e está escrita.
2. As línguas Inglesa e a Francesa.
3. O Método de ensinar a Medicina explicando os Autores, e ensinando a prática de cada parte dela.²²⁴

Nada mais evidente do que a constituição necessária a Portugal de um corpo de disciplinas que introduzem no país um saber que seja apurada e “verdadeiro”. A atenção dada aos estudos das línguas estrangeiras – francês e inglês – pode demonstrar a tanto a força da filosofia francesa expressada no método de ensinar quanto a ciência inglesa através do método experimental newtoniano. Trata-se de uma atitude que visa a inserção de Portugal na temporalidade do mundo além-Pirineus e que se verificará em outros letrados do século XVIII.

²²⁴*Ibidem.* p.5

O que se nota em Ribeiro Sanches é a vontade de inserção de Portugal no caminho do progresso, inseri-lo através da correção dos desvios:

o maior serviço que posso fazer às ciências, e à minha pátria, é capacitar a quem as quiser aprender, mostrar-lhe o que sabem e o que lhes falta; e tirar-lhes as erradas ideias que já sabem e que não necessitam aprender: (...) A maior, e a principal virtude na Filosofia Moral é arrancar do ânimo os vícios porque sufocam o lume da recta razão: E tudo o que se pretende pela boa Lógica e ciência do Método é dissipar do juízo as opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação²²⁵

Ribeiro Sanches anuncia-se aqui como arauto da censura moral, científica e política. Está evidenciado deveras a condição do “homem de ciência” do século XVIII: a serviço da correção dos desvios. A governamentalidade tem aqui um representante indiscutível. Os vícios a que se refere Sanches são a superstição religiosa o que já denota uma oposição ao tratamento feito a Igreja em Portugal, tanto pelo Estado quanto pelos súditos. Para Sanches os vícios são o “fator de ruína dos costumes e das virtudes morais dos povos”. Ao pretender “dissipar do juízo opiniões erróneas, nascidas do costume e da educação”, Sanches aponta indireta e discretamente a Igreja como culpada do atraso e da estagnação, pois era ela quem estava nas cátedras das universidades a ensinar e, mais ainda, era ela o principal agente da educação civil portuguesa nos setecentos. É aqui que vemos Sanches fazer uma crítica moral bem contundente quando afirma que há um certo e um errado, isto é, há um julgamento possível de ser aplicado sobre o que se deve aprender e o que não há necessidade de ser aprendido. Há em Ribeiro Sanches uma vontade em substituir saberes, outrora o saber religioso e fundante dará lugar ao saber da técnica dos povos e aos povos. Essa

²²⁵ *Idem.*

instrumentalização da sociedade através da necessidade da educação a partir da ciência é indício fundamental de um dispositivo que começa a ser pensado sobre o Estado.

Em Sanches, o Estado deve cuidar dos negócios da educação dos povos para torna-los mais esclarecidos, pois é somente depois das correções dos vícios e dos males, com corpos firmes e sadios é que conseguiram ser úteis. Aprender a governar-se (ser esclarecido) faz parte dos novos saberes que ajudam ao cálculo político do estado. Para Foucault, “não é certamente pela lei que se pode efetivamente alcançar as finalidades do governo”²²⁶, é preciso normas e novos saberes.

Foucault descreve que até meados do século XVIII, a arte de governar estava ainda amarrada a certos problemas: o contínuo aumento da riqueza por parte do soberano e do Estado (no mercantilismo), a família ainda era o modelo frágil que sustentava a relação com o Rei (como fazer com que a família seja o micro modelo do Estado):²²⁷

Com a aplicação desse novo problema na racionalidade governamental foi possível repensar a noção de economia, agora não mais estritamente vinculada ao modelo da família, mas atrelada à população e aos fenômenos que lhes são concernentes.²²⁸

Em Portugal, foi a partir das reformas pombalinas que essas amarras foram rompidas, quando houve “emergência do problema da população.”²²⁹

Noutro texto escrito anteriormente à carta, intitulado de “Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal”, com um primeiro esboço feito ainda quando residia em Rússia, e finalmente acabado em 1748, em Paris, Sanches, de modo bastante pessoal em um escrito de

²²⁶ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 132

²²⁷ SANTOS, Rone Eleandro dos. *op. cit.*, p. 167

²²⁸ *Ibidem.* p. 168

²²⁹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 138

caráter bastante biográfico, pretende determinar os fatores que conduziram ao atraso português frente à Europa, partindo de um ponto curioso à primeira vista: trama a ideia com o atraso causado por D. Manuel ao impor sobre Portugal a tirania religiosa sobre os judeus. Sanches, como é relatado por alguns biógrafos, teve problemas sérios com o Estado português por causa de sua descendência judia e por ser cristão novo. Este “atraso” pode ser lido como as amarras de uma arte de governar que estava voltada para Governo de si apenas do Rei.

Nele, lemos todos os problemas concernentes à arte de governar. A população é algo fora do escopo do Estado. Os preconceitos e a Inquisição são dois elementos que ainda priorizavam um tipo “familiar” comum, em que o Rei era macrocosmo. O Estado então não tinha interesse em evitar a mortalidade, regularizar os casamentos, promover vacinações, realizar inoculações. Demorará ainda para que o Reino faça todas essas mudanças.

Na introdução das *Origens...*, Sanches faz menção a sua grande admiração pela Igreja Católica e de como é útil a Portugal. Encerremos uma visão crítica atenta para essa asserção, pois ele bem pode querer conservar a Igreja e sua importância, porque para ele deveria haver separação entre a Igreja e o Estado. É possível notar que ele parte do pressuposto do atraso português na forma com que a Igreja ali exerce sua influência. Ora, nada melhor que contar uma história em que judeus – seu povo – é perseguido e delatar que essa perseguição era antes uma forma de hierarquização dos súditos e da prepotência religiosa, do que uma forma plausível para a exclusão nos judeus da prática religiosa.

Em uma nação que é “governada pelo costume e pela paixão”, a Igreja é um fator central para a manutenção desse costume na condução da alma pelo caminho da moral, que pode ser compreendido como entrave para uma nova arte de governar. A finalidade e meta do governo ainda era o aumento do poder e da riqueza do soberano.

É central atentarmos para o fato de que contar a história do surgimento dos Cristãos Novos é também contar a história de uma tradição que refrata a razão e o progresso dos

povos. Sanches já designa a Igreja como a principal causa desse “atraso”, pois ao determinar as ações do Estado português sobrepõe sua tradição sobre a “novidade” do Estado. Escreve Sanches:

O desprezo universal que tinham e têm todos os Portugueses pela desgraçada Nação Judaica, arraigado no coração depois da mais tenra infância, lhes cegava as grandes qualidades de juízo de que eram dotados para romperem todos na vingança que lhes persuadia o ódio, mais que os crimes desta Nação.²³⁰

E quem desprezou a Nação Judaica e quem enraizou nos corações portugueses esse ódio? Sem dúvidas, Sanches responderia: o Estado em conformidade com as predisposições da Igreja, um Estado subordinado. Quando escreve sobre extinção da Nação Judaica de Portugal, não o faz para sublevar o ódio contra a opressão da Igreja e do Estado, tampouco pretendendo resgatar uma velha história há muito esquecida. Escreve a história dos Cristãos Novos intencionado e voltado para o pensamento que lhe convém, basicamente um pensamento ilustrado: a emancipação do povo judeu ou a possibilidade do retorno ao culto da religião é uma premissa basicamente iluminista naquilo que lhe caracteriza: a liberdade. E da mesma maneira, podemos ler nessa emancipação a vontade de igualar a população, em dar a arte de governar uma nova perspectiva. Em Portugal, no período das perseguições, o saber de governo persistia dissociado de um saber sobre todos os

processos referentes à população em sentido lato, ou melhor, daquilo que será chamado[por Foucault] de economia política. [Porque] a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo

²³⁰*Ibidem.* p. 1

ocorre, no século XVIII, em torno da população e, consequentemente, do nascimento da economia política.²³¹

O principal intento desse pequeno texto é “de fazer de judeus cristãos, e de Cristãos novos Cristãos velhos”. Sanches demonstra ao longo do texto as perdas ao Estado português e as perdas morais no que toca aos judeus, escrevendo:

Eis que o Estado perde um súbdito, mas isto não é o pior: todos os descendentes, para sempre, deste homem, ficam perdidos para o Estado; e queira Deus, e queira Deus, que também a Igreja não venha a fazer a mesma perda com o tempo! eis aqui que já tem o Reino demais um Cristão novo, e em trinta anos poderá ter bastantes, por esta única causa, para povoar uma Aldeia.

Apesar da leitura marcada por um tom de ressentimento, o que temos desses trechos são as premissas para a governamentalização do Estado Português, romper com as amarras de uma tradição que freia o desenvolvimento, que está dissonante com o saber médico (ainda afastado do quadro geral das instituições auxiliares). Escreve:

Tanto que um Menino Cristão novo é capaz de brincar com os seus iguais, logo começa a sentir a desgraça de seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos brincos daquela idade, já começa a ser insultado com o nome de Judeu e de Cristão novo. Entra na Escola, e como é costume Louvável que estes Meninos vão, não só os dias de preceito, mas ainda de trabalho, à Igreja já com o seu Mestre ouvir missa, e ajudar a ela, acompanhar o Santíssimo Sacramento, e outras procissões, o mesmo Mestre, o Clérigo ignorante, o Irmão da Confraria, e o pior é o mesmo Pároco, já fazem distinção deste Menino e daqueles que são Cristãos velhos; porque estes são preferidos para ajudarem à Missa, para levarem o Castiçal, ou vela branca, ou tomar a vara

²³¹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 141

do Pálio. Esta preferência é bem notada daquele Menino ou Rapaz Cristão novo; agasta-se, peleja e chora por se ver tratado com desprezo.²³²

No primeiro excerto há nas entrelinhas demasiada importância dada ao “súdito”, cujo valor é inegável nesse novo arranjo do Estado. É notória nessas passagens sua atenção para um desfecho negativo para o Estado de Portugal caso continuem as perseguições (lê-se, a inibição de uma passagem de uma arte de governar a outra). Há um tom de melancolia nos supracitados, o desprezo, provavelmente sentido por Sanches em criança, que contorna esses parágrafos. Há um sentimento de exclusão perpassando todas as linhas. Entretanto, o problema é que tal exclusão veio de cima, das ordens religiosas e das leis do Estado. Podemos apreender mais uma vez seu anseio de conservar o Estado tal como é, por um lado; por outro, a necessidade de reforma e transformações de ordens jurídicas e religiosas, as quais implicariam diretamente na relação entre o Estado e a Igreja.

Mais adiante, no texto do referido autor, encontramos anotações para possíveis leis que terminariam com a dicotomia entre Cristão Novo e Cristão Velho. Nelas podemos perceber seu caráter humanista, talvez uma herança renascentista, mas que analisadas mais atentamente podem servir de exemplos para demonstrar seu caráter reformador. Ora, é também possível apreender uma retirada ainda que indireta do poder da Igreja, no tocante as questões jurídicas. Escreve:

Que nenhuma pessoa de qualquer condição, ou estado, fosse presa por ordem do Santo Ofício, sem uma prévia inquirição da vida, e Costumes, se vivia ou não conforme o que ordena a Santa Madre Igreja, a qual inquirição seria feita pelo Comissário do Santo Ofício, com três testemunhas fidedignas, juntamente com a deposição e Certidão do Pároco da mesma pessoa da qual se inquire. Cujá inquirição devidamente feita, conforme as leis estabelecidas no Reino, seria enviada pelo dito Comissário ao Santo Ofício, o qual

²³² *Ibidem.* p. 3

segundo o que nela se contivesse contra o procedimento do inquirido, se devia determinar, prender ou fazer prender, ou deixar o inquirido, não obstante qualquer acusação, ou delação feita na Mesa do Santo Ofício, por pessoa de qualquer qualidade, ou condição que fosse.²³³

É, sem dúvidas, uma passagem reveladora quando nos deparamos com a hierarquização de todo o processo jurídico, ao deixar a Igreja em uma “segunda instância de poder”, abaixo do Reino português. É possível deduzir então que se essa lei se faz necessária é porque o contrário da sua intenção é praticado e aceito pelo reino português. A Igreja exerceria, dessa forma, um poder igual ou maior que o próprio Estado. Mas para além dessa constatação, o que se tem com certeza é um abrandamento do poder religioso e do Estado. E esse abrandamento pode ter significados variados, de uma diminuição do poder do Estado e da Igreja sobre o súdito, até uma perda de poder frente ao súdito. Sanches, através das leis propostas, tenta reorganizar a nobreza portuguesa e o acesso a ela.

Para Sanches, a experiência é prova cabal de que não se deva excluir os judeus da sociedade portuguesa. É preferível fazer deles súditos iguais, pois quando partilharem da fé católica irreversivelmente esta prevalecerá sobre aqueles. No entanto, é necessário que o Reino Português faça algumas modificações naquilo que diz respeito às formas de conservar a nobreza:

Se em Portugal houvesse (o que é facilíssimo, e seria mais útil à República) em cada Casa da Câmara, um livro, de que tivesse cuidado o Escrivão dela, no qual estivessem apontadas todas as famílias nobres de cada vila, e termo, divididas nas classes de Fidalgo de Solar, Fidalgo Título adquirido, de Nobreza conhecida por tal, e que vive conforme as Leis da Nobreza, tendo cuidado de indicar e assentar os filhos actuais, e que lhe nasceram, e seus descendentes. E que somente com a Certidão do Escrivão da Câmara pudessem ter a qualificação para possuírem os Cargos Especificados no

²³³ *Ibidem.* p. 8

n.o36. Deste modo a Nobreza portuguesa se conservaria com lustre, como se conserva a Alemã Católica, possuindo os Cargos do Reino somente; quando hoje o mais ínfimo plebeu com as suas inquirições os possui, como o mais qualificado Fidalgo. Teria então a Nobreza mais cuidado de misturar-se com sangue que não fosse obstáculo aos seus descendentes, para possuir os Cargos da Igreja e do Estado.²³⁴

É um ponto peculiar na própria vida de Sanches: quando se pôs a escrever esse pequeno apontamento, encontrava-se na Rússia, onde o judaísmo e sua prática eram proibidos há alguns séculos.²³⁵ Apesar de seu judaísmo pouco lhe servir, foi acusado de heresia quando em viagem para França, não podendo voltar por ordem real russa. Dessa forma, para a finalidade desse texto não devemos apenas supor uma necessidade sua de ser um judeu livre em terras portuguesas e, sim, uma meta para a reparação da nobreza, como se lê no excerto supracitado, e, por fim, de reparação da cristandade. Era interessante para ele, ao menos nesse texto, o aumento de fiéis da Igreja,

Deste modo misturando aqueles que são suspeitos na Fé, com os verdadeiros fiéis sem distinção, nem desonra, nem presunção, todos com o tempo virão a ser Cristãos, em lugar de se aumentar o Judaísmo, para cuja expulsão em vão se introduziram as Inquirições e a Inquisição, como nos ensina desgraçadamente a experiência.²³⁶

Prossegue com uma surpreendente asserção:

Faça-se, pelo amor de Deus, do mesmo modo com os X. N.s, como se faz com os negros, e com os Irlandeses, e mais Estrangeiros ao menos; faça-se que em três, ou quatro gerações, se acabem os Judeus e o Judaísmo.²³⁷

²³⁴ *Ibidem.* p. 9

²³⁵ Victor de Sá descreve que em 1741 por “ciúmes profissionais” Ribeiro Sanches foi denunciado como “judeu” a corte Russa. Motivo que o fizera abandonar a Rússia. Ver: ²³⁵ SÁ, Victor de (org.). *op. cit.*

²³⁶ *Idem.*

²³⁷ *Ibidem.* p. 10

“...e se acabem os Judeus e o Judaísmo”, assim podemos perceber que Sanches escreve seus apontamentos a Portugal com um ressentimento nada contido. Nada é mais revelador da governamentalidade que a passagem da missiva sobre a vontade de nivelar os súditos. A moral partirá do Estado, mantenedor da ordem, organizador dos povos. Se os súditos são um, nesse momento, eles são o próprio Estado: o saber se dilui, o poder se perde. Entre os súditos, o Estado está transparente, pois todos o são... “Ainda que o Povo não se governe pela razão, contudo faremos dela caso, mas principalmente da autoridade, que é o poder adequado, a quem deve obedecer”²³⁸

Nos apontamentos inacabados a seguir veremos como Sanches pensa a organização do Reino dentro uma perspectiva da governamentalidade. O médico beirão, prioriza a criação ou a melhoria de vários negócios estatais e lançar mão da estatística e de dispositivos de segurança para assegurar ao Reino uma prosperidade e crescimento da riqueza e da população.

Em um fragmento de 1777, *Apontamentos promover toda sorte de trabalho em Portugal*, Ribeiro Sanches assinala que não pode haver um crescimento da agricultura no Reino se não houver uma gama de indústrias, que lhe dê os meios necessários para o cultivo, e também das péssimas condições das estradas. Fatores que dificultam a circulação de produtos. É também aqui que percebemos como a questão do dinheiro era cara a Sanches, atentando para a produção dos grandes e médios agricultores, que cultivam mas não possuem o dinheiro:

O *lavrador* pobre ainda que senhor, ou possuidor a foro de terras, de vinhas, de olivas, acha-se ordinariamente sem *dinheiro* para fazer os *avances* para poder *lavar*, para assalariar um ou dois moiros, pagar os

²³⁸*Ibidem.* p. 9

jornaleiros, não tem *boi*, nem *machos*, nem *burros*; (...). Sem fazer estes *avances* o lavrador não poderá jamais haver Agricultura de nenhuma sorte; as terras servirão para *pastos* dos animais, e os homens ficarão na miséria; se diminuirá cada dia só por esta causa a *população*; virão ociosos; desta origem os roubos, a má fé, os crimes, as bulhas que se terminam por sangue, ou por homicídios.²³⁹

O processo de Governamentalidade está associado à emancipação do Estado, às mudanças econômicas e demográficas. O que faz haver correlação entre a falta de Agricultura, a diminuição da população, miséria e homicídio é o dinheiro. Apenas em uma condição econômica em que o dinheiro circule e assalarie podemos ter uma mudança econômica, que *a priori* vem do Estado. O desenlace da ação governamental ocorre por meio de um processo bastante sutil, “quando reconstituído no detalhe mostra que a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família e o problema da população estão ligados”²⁴⁰ De acordo com Rone Santos,

a ação governamental se fundaria sobre três matrizes: em uma idéia cristã de poder pastoral que se encarregaria dos indivíduos, conduzindo-os em direção à salvação, na idéia de razão de Estado que surgiria no século XVI, questão central quando se considera o fortalecimento estatal e, por fim, em uma série de instrumentos estatais que formariam nos séculos XVII e XVIII o dispositivo de polícia.²⁴¹

Em uma visita a uma fábrica de lã, na Prússia, Sanches ficou entusiasmado com a condução do trabalho e organização. A fábrica funcionava no segundo andar de um quartel do exército. Em seu texto, o parágrafo que dá título ao excerto é:

²³⁹ SANCHES apud SÁ, Victor de. *op. cit.*, p. 87 (grifos do autor)

²⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 107

²⁴¹ SANTOS, Rone Eleandro dos. *op. cit.*, p. 15

*Tem o Reino necessidade de tesoureiros em cada comarca das vilas, e de inspetores, empregador, e assalariados para promover o trabalho, emprestando dinheiro para fazer os avances aos lavradores e aos oficiais ou fabricantes.*²⁴²

Para o médico cristão-novo a lição que se deveria tirar das fábricas na Prússia seria de sua disciplina (organização da distribuição de lãs), além dos inspetores havia dois guardas fazendo vigília: “a cada esquina desta grande fábrica que constava de muitas ruas, havia um pequeno Corpo de Guarda, para segurança das fazendas da fábrica, e para manter a paz.”²⁴³

Para ressaltar a importância desse apontamento, destacaremos os títulos de cada parágrafo, neles é possível perceber a gama de mudanças nas mais diversas áreas que diz respeito a emancipação do Estado:

Achar os socorros para fazer os avances a promover o trabalho, e aqueles necessários para vender os seus produtos pelo reino e pela navegação

Sobre a conservação dos bosques, e das árvores para servirem de madeira a serrar, para queimar e para carvão;

Aumentar nas serras o número de colmeias, e em todos os montes que não podem ser cultivados;

Estabelecer pescarias e sociedades de pescadores em todos os portos do mar, e nos rios abundantes;

*Sobre as prisões (não falo do santo Ofício) e cadeias do reino, a sua estreitez, os danos e mortes que causam, o embargo que tem a justiça para julgar processos de crime e do civil;*²⁴⁴

²⁴² SANCHES apud SÁ, Victor de. *op. cit.*, p. 89 (usamos o itálico para diferenciar os títulos dos parágrafos das citações do próprio parágrafo)

²⁴³ *Ibidem.* p. 90

²⁴⁴ SANCHES apud SÁ, Victor de. *op. cit.*, p. 87-96

Para Sanches, a agricultura tem uma função elementar no processo que chamamos governamentalidade. Todos esses apontamentos podem ser entendidos como manobras para fazer conservar-se a população. Ora, o agricultar é aquele que alimenta, assim como o pescador, a população, as terras entregues ao pastoreio não produzem. Nesse mesmo sentido, o olhar sobre as precárias condições das prisões é voltado para a conservação da vida. Assim assinalados, essas prerrogativas, o valor dado ao lavrador, são uma tentativa do médico beirão de contrapor uma sociedade de pastores (condutores do rebanho) ao de agricultores. De acordo com Rone Santos, “todos aqueles que dispensam algum tipo de cuidado para com os homens possuem prerrogativas suficientes para usar o título de pastor dos homens, rivalizando com o homem político.”²⁴⁵

Por fim, é preciso ressaltar que para Sanches não há uma eliminação da soberania e da disciplina, pois é a partir delas que o autor consegue refletir sobre a arte de governar. Para o autor, a sociedade de soberania ainda deve persistir, mas com o foco voltado para a gerência dos povos. Não devemos ler os apontamentos do médico beirão como uma tentativa de mudança de uma sociedade de soberania para uma sociedade de disciplina. Como ressalta Foucault, o que há no século XVIII é “um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança”²⁴⁶.

Como lemos durante o capítulo e os demais, em Sanches a racionalidade governamental inferida de seus apontamentos funciona no interstício do conjunto legislativo, das práticas disciplinares e dos mecanismos de segurança.

²⁴⁵ SANTOS, Rone Eleandro dos. *op. cit.*, p. 89

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 142-143

Conclusão

Esta dissertação procurou abordar as concepções do médico cristão-novo, António Nunes Ribeiro Sanches, relativos à estagnação portuguesa. Para tanto, o percurso que escolhemos foi o de investigar em seus escritos algumas características ainda pouco exploradas pela historiografia e que a nosso ver elucidam aspectos relevantes para compreensão de suas concepções sobre o Estado, como a Imitação, o Ressentimento e a Governamentalidade.

Durante muito tempo, Ribeiro Sanches foi para a historiografia um oráculo de Pombal. Seus apontamentos eram lidos à luz das reformas pombalinas. Graças a ressonâncias de ideias com o Marquês, foi cunhado por Antonio Sergio de “inspirador de Pombal”. Esse lugar-comum afastou o médico beirão de ser percebido como figura autônoma importante. Outro lugar-comum foi sua longa relação com os *estrangeirados*. Sanches foi relacionado com uma vontade que parece ser necessária a Portugal, aquela de encontrar alhures a solução para um “atraso” que não se esvai.

Foi a partir da década 1970 que os historiadores portugueses se debruçaram sobre os textos, correspondências, excertos, do médico cristão-novo. E desde então, os aspectos culturais, sociais, políticos e filosóficos de seus escritos foram pouco a pouco estudados e discutidos. No caso brasileiro, ainda são poucos os historiadores que o tem como fonte primária.

Ribeiro Sanches foi um médico letrado e exilado. Homem casto, devotou a sua vida para as ciências e sua divulgação. Em nossas incursões pelas veredas dos seus apontamentos levantamos questões que acreditamos ser importantes para enriquecer ainda mais os estudos luso-brasileiros sobre o médico.

Assinalamos a importância da Imitação como fio condutor dos seus apontamentos. Como procuramos discutir, a prioridade da educação dos nobres em detrimento da dos súditos mais abastados encontra respaldo na imitação, pois na sociedade hierarquizada do Antigo Regime, aos nobres bem instruídos é que se deve imitar (faculdade natural).

Ressaltamos o ressentimento do exílio como um dos fatores de Ribeiro Sanches não mais retornar a pátria. A mágoa é um importante componente de seus textos. Ainda que subentendida ela está arvorada em cada crítica aferroada feita a Portugal. O exílio e a “mesquinhez de pensamento” foram as causas de seu padecimento. “Tenho tudo contra mim” – dizia Sanches – “achques, idade, uma frialdade de favor e proteção (que desanimaria ao mais intrépido zeloso e amante do bem comum”, ainda na mesma carta escrevia “achques, dores, fraquezas, são as consequências de uma idade passada com tristeza, trabalhos e infinitos males, para que fui parece mais nascido”²⁴⁷

Por fim, procuramos estabelecer relações entre a Governamentalidade e os apontamentos de Sanches. Em estilo ensaístico, assinalamos as relações entre o conceito de Michel Foucault com as críticas do médico beirão como indício de um posicionamento em favor da racionalização da arte de governar.

As reformas educativas propostas pelo médico beirão inserem-se num conjunto mais amplo de reformas empreendidas pela Coroa. Tentavam desvencilhar Portugal de seu “atraso”, sob inspiração das luzes, e recuperar seu poder real. Para Sanches, não se tratava de um só jato fazer desse cadaveroso reino um novo.²⁴⁸ Tinha por empreendimento restaurar a força da monarquia e engrandecer o Reino. Outras propostas, visavam a reeducação dos súditos que pudessem por a partir e por meio dela julgar “por si e, intimamente, depois de

²⁴⁷ SANCHES apud SÁ, Victor de. *op. cit.*, p. 27.

²⁴⁸ SANCHES apud SÁ, Victor de. *op. cit.*, p. 52

estar instruído e ter alimpado do ânimo aquelas noções falsas ou viciosas que contraímos na educação, nas companhias e nas leituras que amamos ou que estimamos”²⁴⁹

Como vimos, essa autonomia intelectual do súdito em princípio entraria em conflito com o crescente poder Real sobre os negócios de todo o reino. Dessa forma, assinalamos que para o médico cristão-novo ela se circunscreve apenas para o foro íntimo. O pensamento é livre nas ações interiores. As ações exteriores estão submetidas ao Estado. Assim, em um só lance, Sanches reafirma a soberania do Rei e o teor de “obediência” do súdito para com o Estado. Não há possibilidades para a existência de uma total autonomia do súdito, pois isso abriria brecha para uma possível trama contra o poder Real; em correlação, não há lugar também para a completa autônima do soberano. Portando, a liberdade do foro interior do súdito é a moeda de troca entre Estado e Súdito

Assim, toma forma aquilo que chamamos de *hibridismo*. Nele está contido toda a contradição, todo o paradoxo do pensamento ilustrado de Ribeiro Sanches. Assinalamos que a noção de “paradoxo do iluminismo” anula as ideias ao contrapô-las umas a outras; em contrapartida, com o *hibridismo* percebemos que as ideias opostas possuem juntas uma positividade, revelando serem correlatas. Como dissemos, por exemplo, que o aumento do poder real e a educação ilustrada da mocidade – apesar de sua aparente contradição – são equivalentes é porque delas advém a resultante de ser útil ao bem público, ao Estado. É, então, que podemos vislumbrar uma nova arte de governar, que tem por objetivo a gerência da população.

Assim, vimos que o caráter reformador de Ribeiro Sanches assenta não somente na percepção do avanço do mundo europeu, pela perspectiva das luzes, mas também em um sentimento que norteou sua biografia, o ressentimento. O que podemos inferir desse equilíbrio entre paixão e razão é Sanches foi um homem triste e soturno – pelos seus vários motivos –,

²⁴⁹ *Ibidem.* p. 23-34

mas ao contrário do que o ressentimento poderia provocar – poderíamos dizer ao Estado, ou à Igreja –, o médico português priorizou que os seus compatriotas não padecessem do mesmo mal, da mesma angústia.

Fontes

SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. In: _____. Obras. Org. CARVALHO, Joaquim de. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2 vol., 1959 – 1966.

_____. *Ribeiro Sanches: dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*. Org. SÁ, Victor de. Lisboa: Livros Horizontes, 2ª ed., 1980.

_____. *Dissertação sobre as paixões da alma*. Covilhã, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/dissertacao_paixoes_alma.pdf Acessado em: 10 mar. 2013.

_____. *Método para aprender e estudar a Medicina*. Covilhã, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/metodo_aprender_estudar_med.pdf Acessado em: 10 mar. 2013.

_____. *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756). Covilhã, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf Acessado em: 10 mar. 2013.

_____. *Origem da denominação de cristão-velho e cristão-novo em Portugal* (8 de novembro de 1748). Covilhã, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cristaosnovos_cristaosvelhos.pdf Acessado em: 10 mar. 2013.

_____. *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente* (maio de 1763). Covilhã, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/aponts_universidade_reino_conveniente.pdf Acessado em: 10 mar. 2013

_____. *Carta a Joaquim Pedro de Abreu* (26 de março de 1760). Covilhã: 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/carta_joaquim_abreu.pdf Acessado em: 10 mar. 2013.

Catalogue des livres de feu M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès. Paris: Chez de Bure, 1783. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5500059t.r=Ribeiro+Sanches.langPT> Acessado em: 10 mar. 2013.

_____. *Plano para a Educação da Fidalguia*. (Fevereiro de 1766) Universidade da Beira Interior: Covilhã – Portugal 2003
Disponível em: www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches.../plano_educacao_fidalguia.pdf
Acessado em: 10 mar. 2013.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

_____. “Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches”. In: *Ars Interpretandi — Diálogo e Tempo*. Homenagem a Miguel Baptista Pereira. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 35-85.

_____. "Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches". In: *Revista de história das idéias*. Coimbra. vol. 6, 1984, pp. 377 – 394.

_____. *A Cultura da Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

_____. "Ribeiro Sanches e o desastre de Lisboa". In: ARAÚJO, Ana Cristina; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (organizadores). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 309-322.

AVELINO, Nildo. Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em Teoria Política. *Rev. Bras. Ciência. Polít.*, Brasília , n. 5, July 2011, p. 85. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100004&lng=en&nrm=iso>. Access on 29 Jan. 2015. Brasília, janeiro-julho de 2011

BOTO, Carlota. *A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade*. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, Aug. 2010, p. 294. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso dia 15 Jan. 2015

BOXER, Charles Ralph. "An enlightened portuguese: Dr. Ribeiro Sanches". In: _____. *Opera Minora*. Vol. III. Org.: CURTO, Diogo Ramada. Lisboa: Fundação Oriente, 2002, p. 203 - 213.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens de Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e viajantes*. Penélope. 2000

CARVALHO, Laerte Ramos de. *Reformas Pombalinas de Instrução Pública*. São Paulo: Edusp, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

_____. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

_____. *História da fundação do Colégio dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlantide, 1959.

CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006

CASTELO BRANCO, Camilo. *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1982.

CASTRO, Zília Osório de. "O Estado e a Igreja pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches". In: *Estudos em homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 399-406.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e O Tratado de Madrid*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CHARTIER, Roger. *A esfera pública e a opinião pública*. In: _____. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009

CUNHA, Fanny Andréa Font Xavier da. *António Nunes Ribeiro Sanches, Médico Higienista (1699-1783)*. In: *Cadernos de Cultura: Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. XIX*. v.1, n.1

CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa nacional, 2000.

DIAS, José Sebastião da Silva. "O Eclectismo em Portugal no século XVIII: génese e destino de uma atitude filosófica", separata da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano VI, Coimbra, 1972.

_____. "Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI - XVIII). In: *Biblos*, nº. XXVIII, 1952, p. 204 - 498.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp.39-126.

DIAS, José Lopes. “Duas cartas inéditas do Dr. José Henriques Ferreira, comissário do físico-mor e médico do vice-rei do Brasil, a Ribeiro Sanches”. In: *Separata da Imprensa Médica*, Lisboa, 1959.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, s/d

EDLER, Flavio Coelho; FREITAS, Ricardo Cabral de. *O "imperscrutável vínculo": corpo e alma na medicina lusitana setecentista*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p.435-452, Agosto. 2013

FALCON, Francisco José Calazans *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992

FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. N. Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Editorial Domingos Barreira, [s.d.].

FREITAS, Ricardo Cabral de. *O físico e o moral na dissertação sobre as paixões da alma (1753) de António Ribeiro Sanches (1699-1783)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Discurso político e práticas educativas no Brasil do século XVIII*. 2006. Disponível em:<www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/331ThaisNiviaLimaFonseca.pdf. 2006>. p. 3702-3711

FOUCAULT, Michel. *A “Governamentalidade”*. In:_____. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos*, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

GAY, Peter. *The Enlightenment: The Rise of Modern Paganism*. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1995.

_____. *The Enlightenment. The Science of Freedom*. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1996.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Tradução: Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política: tratado da natureza humana, tratado do corpo político*. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.

_____. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Editora Escala, 2003.

ISRAEL, J. *Iluminismo Radical: A filosofia e a construção da modernidade [1650-1750]*. São Paulo: Madras, 2009.

KANT, Immanuel. O que é esclarecimento? [Online] Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm> Acesso em 15 de maio de 2011

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999;

_____. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOZLUK. “*Sedulus, fidus, dignus honore, vigil*”: le jeu de la varietas dans la construction de la figure Du médecin dans la préface médicale de la Renaissance. *Rhetorica. A Journal of the History of Rhetoric*, vol. 28.1, p. 52-66, 2010.

LE MOS, Maximiano. *Ribeiro Sanches: A sua vida e a sua obra*. Porto: Editor Eduardo Tavares Martins, 1911.

_____. Introdução. IN: SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a educação da Mocidade*. 2011.

_____. *Notícias de Alguns Manuscritos de Ribeiro Sanches Existentes na Biblioteca Nacional de Madrid*. In: Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto, 1913-1914

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anuar Alex. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: 1759, Livro IV

MACHADO, Fernando Augusto. *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa: Ribeiro Sanches*. Porto: Campo das Letras, 2001.

MAGALHAES, Joaquim Romero. O projecto de D. Luís da Cunha para o império português. In: *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Tradução: António de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1997.

MENDES, António Manuel Nunes Rosa. *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*, Cascais, Patrimónia, 1998.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. “‘Estrangeirados’. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de História*. São Paulo: nº. 123/124, 1990/1991.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do Reformismo Ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*, p. 13-22.

NOVAIS, Fernando Antônio. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 7, 1984.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 7ª ed., 2001.

RAMOS JUNIOR, Nelson de Campos. *Mediador das Luzes: Concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783)*. 2013. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013

RODRIGUES, Manuel Augusto. "A Biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches". Separata de *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, vol. 2. Coimbra: Coimbra editorial, 1986. Disponível em: www.estudogeral.sib.uc.pt Acessado em: 20 mar. 2011.

SÁ, Victor de (org). *Ribeiro Sanches. Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (e outros textos). Lisboa: Livros Horizonte, 2ª Edição, 1980

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 2 vol, 1984.

SÉRGIO, António. “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. In: *Ensaio*. Lisboa: Publicações Europa-América, v.2, 2ª ed., 1957.

SILVA, Ana Rosa Coclet da. *A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777*. Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II – 2003.

VENANCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. Apresentação In: GUSMÃO, *Alexandre de. Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* [1685]. São Paulo: Martins Fontes, 2004

VILLALTA, L. C; MORAES, C. C. de; MARTINS, J. P. As reformas ilustradas e a instrução no mundo luso-brasileiro (1759-1807) In: LUZ, G. A; ABREU, J. N; NASCIMENTO, M. R do (orgs). *Ordem Crítica: A América portuguesa nas “fronteiras” do século XVIII*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013

VOLTARE. *Deus e os homens*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo*. Trad. Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM, 1998.

WILLEMSE, David. *António Nunes Ribeiro Sanches - Élève de Boerhaave et son importance pour la Russie*. Suplemento da Revista Janus, vol VI. Leiden: E. J. Brill, 1966.

ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo. 2012.